



Etyelle Pinheiro de Araújo

**“Não tá acontecendo nada e eles passam
pra tocar um terror” -
repressão policial e construções identitárias em narrativas de
manifestantes de junho de 2013**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem do Departamento de Letras da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Liliana Cabral Bastos
Co-orientadora: Profa. Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro
Agosto de 2015



Etyelle Pinheiro de Araújo

**“Não tá acontecendo nada e eles passam
pra tocar um terror” -
repressão policial e construções identitárias em narrativas de
manifestantes de junho de 2013**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem do Departamento de Letras da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Liliana Cabral Bastos

Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Liana de Andrade Biar

Co-orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Maria Alice Rezende de Carvalho

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profa. Talita de Oliveira

CEFET-RJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia e
Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 agosto de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Etyelle Pinheiro de Araújo

Licenciou-se em História pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia em 2008. Coursou Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca em 2013. Atua como professora de História na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e como professora contratada no Colégio Pedro II, ambos no município do Rio de Janeiro. Tem apresentado trabalhos e publicado artigos voltados para a área da Sociolinguística Interacional.

Ficha Catalográfica

Araújo, Etyelle Pinheiro de

“Não tá acontecendo nada e eles passam pra tocar um terror” - repressão policial e construções identitárias em narrativas de manifestantes de junho de 2013 / Etyelle Pinheiro de Araújo ; orientadora: Liliana Cabral Bastos ; co-orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2015.
134 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2015.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Narrativa. 3. Interação. 4. Construção de identidades. 5. Jornadas de junho. I. Bastos, Liliana Cabral. II. Biar, Liana de Andrade. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. VI. Título.

CDD: 400

Para meu pai, Italo, que se aqui estivesse, muito se orgulharia com essa conquista. Para minha mãe, Neide, que me apoia e sempre vibra com minhas vitórias. Para meus queridos avós que me chamam de 'benção', quando na verdade, abençoada sou eu, por tê-los por perto.

Agradecimentos

Às minhas queridas orientadoras, Liliana Cabral Bastos e Liana de Andrade Biar, por todo incentivo e cuidado, pelas críticas e preciosas sugestões no desenvolvimento deste trabalho.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos.

Aos colegas do NAVIS, pelo incentivo e pelas precisas sugestões de análise de dados e arcabouço teórico.

Às professoras Talita de Oliveira e Maria Alice de Rezende Carvalho, pela disponibilidade para participar da minha Banca de Mestrado. Obrigada pelo tempo dedicado à leitura deste trabalho.

Aos funcionários da PUC-Rio e da Secretaria de Letras, em especial à Chiquinha, pela disponibilidade, eficiência e paciência.

Aos professores da PUC-Rio, com os quais tive grande satisfação em aprender durante os cursos.

Aos participantes da pesquisa que gentilmente aceitaram participar dessa investigação.

Aos meus queridos colegas de trabalho Antony Abreu e Gabriel Coutinho pela disponibilidade e paciência para me ajudar nas trocas de horários para que eu pudesse acomodar melhor o tempo dedicado ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao precioso colega Fernando Rocha, por todo o entusiasmo e dedicação na revisão do texto. Agradeço, especialmente, à Sonia Patti, diretora adjunta do CE, Dr. Tuffy El Jaick e Claudio Aurélio Nogueira, diretor geral do CE Padre Madureira, por toda compreensão e incentivo para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa.

Aos queridos alunos da turma NEJA III-2015, por vibrarem com cada vitória minha no curso deste semestre.

À amiga Naomi Orton, pela mega disposição para me ouvir, apoiar e contribuir com preciosas sugestões.

Ao meu irmão Italo Victor de Araújo Júnior, que me incentivou e me apoiou, aturando meus (não poucos) momentos de frustração e preocupação.

A todos os amados familiares e amigos, especialmente Fábio Peixoto, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo apoio nos momentos de angústia.

Agradeço aos meus pais que sabiamente me ensinaram a não desistir dos meus sonhos, mesmo quando as situações não forem favoráveis.

Resumo

Araújo, Etyelle Pinheiro de; Bastos, Líliliana Cabral; Biar, Liana de Andrade. **“Não tá acontecendo nada e eles passam pra tocar um terror” - Repressão policial e construções identitárias em narrativas de manifestantes de junho de 2013.** Rio de Janeiro, 2015. 134p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho objetiva investigar a relação entre as identidades que os manifestantes das Jornadas de Junho de 2013, no Rio de Janeiro, reivindicam para si e os episódios de violência policial ocorridos durante os protestos. Tais episódios se iniciaram após o aumento da tarifa de transporte. Com a intensa repressão da polícia, as manifestações ganharam expressiva adesão popular e houve uma diversificação das reivindicações. Compreendemos essas manifestações como parte dos movimentos que se espalharam pelo mundo a partir de 2011, tendo a crise da representatividade como importante motivação para a indignação (Castells, 2013). Este estudo se alinha à Análise de Narrativa (Bastos 2005; Bastos e Biar, 2015) e à metodologia qualitativa interpretativista de pesquisa (Denzin e Lincoln, 2000), com uma dimensão autoetnográfica (Reed-Danahay, 2001). Os dados foram gerados com entrevistas em profundidade com dois manifestantes presentes nas principais atividades de ocupação do espaço público no período. Partindo do modelo laboviano, identificamos as narrativas e os elementos que os manifestantes tornam relevantes nas avaliações que fazem sobre personagens e ações narradas. Concebendo a narrativa como forma de organização da experiência (Bruner, 1973), a análise foi orientada pela visão socioconstrucionista do discurso e das identidades (Moita Lopes, 2003). Na análise, percebemos que os manifestantes constroem suas identidades partindo do sentido que atribuem à violência policial em suas narrativas. Nesse processo, reivindicam identidades que os projetam numa luz favorável. Concebemos essa violência como choque moral (Jasper, 1997) que produziu indignação para além do aumento da tarifa e levou mais indivíduos, inclusive os nossos entrevistados, a participar das manifestações em junho de 2013.

Palavras-chave

Narrativa; Interação; Construção de Identidades; Jornadas de Junho.

Abstract

Araújo, Etyelle Pinheiro de; Bastos, Liliana Cabral (Advisor); Biar, Liana de Andrade (Co-Advisor). **“Nothing is going on and they come and terrorize us” - police repression and identity constructions protestors narratives from June 2013**. Rio de Janeiro, 2015. 134p. MSc. Dissertation – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study aims to investigate the relationship between the identities of the protesters of the Jornadas de Junho in Rio de Janeiro claim for themselves and episodes of police violence that occurred during the protests. Such episodes began after the increase of the transport levy. With the intense repression of the police, the protests have gained significant popular support and the claims became diversified. We understand these protests as part of the movements that have spread across the world since 2011, taking the crisis of representation as an important motivation to indignation (Castells, 2013) This study aligns itself with the Narrative Analysis (Bastos 2005; Bastos and Biar 2015) and interpretative qualitative research methodology (Denzin and Lincoln, 2000), with a autoethnography dimension (Reed-Danahay, 2001). The data were generated from in-depth interviews with two protesters present in the occupation of public spaces in the period. Starting from the labovian model we identified the narratives and the elements that protesters made relevant in their assessments about characters and narrated actions. Conceiving the narrative as a way of organizing the experience (Bruner, 1973), the analysis was guided by social constructionist view of discourse and identities (Moita Lopes, 2003). In the analysis, we noticed that protesters construct their identities starting from the meaning attached by then to the police violence in the narratives. In the process, claim identities that show then in a favorable light. We conceive this violence as moral shock (Jasper, 1997) which produced outrage beyond the tariff increase and took more individuals, including our respondents to participate in the protests of June.

Keywords

Narrative; Social Interaction; Identity Construction; Jornadas de Junho.

Sumário

1. Introdução	11
2. Movimentos Populares – alguns entendimentos	15
2.1. O conceito e a atuação da multidão	17
2.2. A heterogeneidade agindo em homogeneidade	22
2.3. As ocupações e o direito à cidade	27
2.4. A questão da crise da representatividade e sua relação com as Manifestações	31
2.5. As Jornadas de Junho – alguns entendimentos	33
2.6. Encaminhamentos	38
3. Quadro Teórico	40
3.1. A Sociolinguística Interacional	40
3.2. Narrativas	43
3.2.1. A estrutura laboviana	43
3.2.2. Narrativa: ampliando entendimentos	47
3.2.3. A narrativa na visão socioconstrucionista do discurso	50
3.3. Narrativas e construções identitárias	51
3.3.1. O Outro e as construções identitárias	53
4. Aspectos Metodológicos	57
4.1. O posicionamento epistemológico	57
4.2. A entrevista na pesquisa qualitativa	59
4.3. A dimensão autoetnográfica da pesquisa	61
4.4. O contexto da pesquisa	63
4.5. A relação da pesquisadora com o objeto de pesquisa	65
4.6. Os participantes da pesquisa e nosso engajamento nos movimentos populares contemporâneos	66
4.7. A geração dos dados, as perguntas de pesquisa e os procedimentos para análise	67
5. Narrando a violência policial nas manifestações	71
5.1. Rodrigo e o processo de desqualificação da polícia	73
5.1.1. 'eles passam com armas pra tocar um terror e não tava acontecendo nada': a dicotomia manifestantes <i>versus</i> policiais	74
5.1.2. As narrativas e as construções identitárias de Rodrigo	84
5.1.3. A entrevista como situação social	91
5.1.3.1. A mudança de enquadre – de ativista político a ativista especial	91

5.1.3.2. Interações na narrativa	100
5.2. Elaine: a dispersão policial como um ataque à população	102
5.2.1. Policiais <i>versus</i> manifestantes: ‘eles aplicando tiro de borracha e o pessoal encostado na parede’	103
5.2.2. A tentativa de resistência à repressão e as construções Identitárias	109
5.2.3. A interação: o compartilhar da militância	113
5.3. Apontamentos sobre a análise – Aproximações e Distanciamentos	118
6. Considerações Finais	121
6.1. Reflexões Reticentes	125
7. Referências bibliográficas	129
8. Anexo	134

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano (1994)

1. Introdução

No dia 20 de junho de 2013, motivada por um misto de indignação com a política vigente no Estado do Rio de Janeiro e euforia com o crescimento dos protestos pelas cidades do Brasil, preparei um cartaz e, da mesma forma que milhares de pessoas, me dirigi ao centro da cidade do Rio de Janeiro para participar de uma manifestação que tinha como bandeira principal o protesto contra o aumento da tarifa de transporte coletivo. Junto ao meu cartaz, outros mais surgiam, com reivindicações diversas. Foi muito bonito ver aquela gente toda ocupando a rua e reclamando seus direitos. Sem motivo aparente, segundo a visão que eu tinha do lugar onde eu estava no meio da multidão, a polícia começou a lançar bombas de gás lacrimogêneo e atirar balas de borracha contra os manifestantes. A tentativa de correr foi inútil, dada a quantidade de pessoas. Quando, finalmente, cheguei a uma larga via para fugir e ir para casa, me deparei com alguns jovens com porretes nas mãos, quebrando lojas e furtando pessoas. Enquanto eu testemunhava essa cena, ainda ouvia os tiros de bala de borracha disparados na rua ao lado. ‘Estão batendo e atirando balas de borracha em pessoas com cartazes, enquanto tem gente do lado de cá cometendo crimes e nada acontece’, foi o que pensei, ainda em choque com a situação.

O grande incômodo provocado pelo episódio acima descrito me incentivou a desenvolver o objeto de estudo desta dissertação: investigar a relação entre as identidades que os manifestantes das Jornadas de Junho no Rio de Janeiro reivindicam para si e os episódios de violência policial ocorridos durante os protestos.

A manifestação do dia 20 de junho não foi a minha primeira participação em protestos; entretanto, foi a minha primeira na cidade do Rio de Janeiro. Em Nova Friburgo, eu já havia participado de outras manifestações em períodos diversos e participei, também, do protesto realizado na cidade contra o aumento da tarifa de transporte coletivo à época das Jornadas de Junho. Entretanto, eu nunca havia vivenciado tamanha violência, o que produziu, em mim, choque e indignação.

A pesquisa começou quando, em busca de alinhamentos e respostas que me confortassem de alguma maneira diante da minha inquietação com a violência

usada pelos policiais na dispersão dos manifestantes naquele dia, eu passei a frequentar as ocupações do espaço público que surgiram no Rio de Janeiro a partir de então. Nesses espaços, fiz contato com dois manifestantes e solicitei-lhes, a cada um deles, uma entrevista em caráter de conversa formal.

Após enriquecedoras discussões sobre esses dados no NAVIS, grupo de pesquisa do qual faço parte, delineei as perguntas de pesquisa sobre as quais nos debruçamos no presente estudo, e que encaminharão a análise que aqui se propõe: *1) que narrativas e reivindicações identitárias emergem do discurso dos manifestantes?; 2) que papel teria a repressão policial na construção dessas histórias e identidades? e 3) que significados são coconstruídos com a pesquisadora, tendo em vista sua atuação ambivalente na situação de entrevista (como pesquisadora e, também, como participante de movimentos sociais)?*

Ao longo da história, diversas foram as características das manifestações populares, segundo suas reivindicações e contextos históricos. Contudo, desde 2011, movimentos de protesto se espalharam por diversas partes do globo com formas semelhantes de luta e solidariedade mútua, apesar das reivindicações peculiares de cada região. Entendemos as manifestações de 2013, no Brasil, como parte desses movimentos que apresentaram as ocupações dos espaços públicos como forma de reivindicar direitos; o uso das redes sociais e articulações políticas fora do espaço institucional tradicional como características semelhantes que denunciavam a insatisfação do povo com a forma de política vigente em seus países.

Como parte dos movimentos populares na contemporaneidade, as manifestações de 2013 apresentaram inúmeras possibilidades de estudo. Em nosso trabalho, buscamos entendimentos acerca dessas manifestações a partir de uma perspectiva discursiva. Ao observarmos as construções identitárias dos manifestantes desse período por meio de uma análise discursiva, elegemos, portanto, o micro como ponto de partida para gerarmos entendimentos acerca da forma como os indivíduos se engajam e se constroem dentro dos movimentos populares na contemporaneidade.

Organizamos a dissertação em seis capítulos. Inicia-se com o presente capítulo de introdução, no qual apresentamos a motivação e os objetivos do trabalho.

No capítulo 2, apresentamos alguns entendimentos sobre os movimentos populares para apresentarmos, sob diferentes óticas, o fenômeno da multidão (Hardt e Negri, 2005; Rudé, 1991) e os elementos que possibilitaram o engajamento de diferentes indivíduos nas manifestações de 2013. Em seguida, apresentamos a noção de choque moral (Jasper, 1997), entendida como o efeito social provocado por um evento que suscita a indignação, que leva o indivíduo a se engajar na ação política. A partir dessa noção de choque moral, entendemos como a violência policial nas manifestações pode ter ampliado a indignação dos indivíduos para além do aumento da tarifa de transporte coletivo e, com isso, levado mais pessoas às ruas em junho. A partir do entendimento dessas manifestações como parte dos levantes que aconteceram em outras partes do mundo, apresentamos uma discussão acerca de duas características desses movimentos: a ideia da ocupação do espaço público como forma de lutar pelo acesso à cidade e aos direitos sociais (Lefebvre, 1968); e a crise da representatividade, expressa no esgotamento e na descrença nas instituições de representação, de uma maneira geral e, especialmente, em relação aos partidos políticos (Castells, 2013). Após essa discussão, encerramos o capítulo apresentando um panorama das Jornadas de Junho e os encaminhamentos que os estudos nele apresentados geram em nossa pesquisa.

O capítulo 3 discute os pressupostos teóricos que nortearam nossos estudos. Iniciamos com a Sociolinguística Interacional, mostrando como essa perspectiva busca entender o que acontece em uma interação social por meio das noções de enquadre e *footing* (Goffman, [1979] 2002). Interessa-nos, particularmente, compreender como se estruturaram as entrevistas entre mim e os manifestantes. Em seguida, apresentamos os estudos da narrativa e das identidades sociais. Começamos pela estrutura laboviana (Labov, 1972) e destacamos a importância dos conceitos de ponto e de avaliação para nossa pesquisa. Ampliamos as discussões, apresentando autores que concebem a narrativa como uma forma de organização da experiência humana que possibilita a construção do conhecimento sobre quem somos na vida social (Bruner, 1997; Moita Lopes, 2001; Bastos, 2005), enfatizando o caráter situado, dialógico e constitutivo desta (Moita Lopes, 2001). Articulamos, então, essa discussão aos estudos das identidades sociais no mundo contemporâneo, entendidas como construções de caráter mutável e dialógico (Bauman, 2001; 2005; Moita Lopes,

2001; 2003). Encerramos o capítulo apresentando a identidade concebida com base na diferença (Silva, 2000) e mostramos de que forma a marcação de uma alteridade colabora para a definição de quem é incluído e quem é excluído na sociedade. Essa ideia é fundamental para que se pense a construção de identidades coletivas com base na dicotomia *nós x eles* (Woodward, 2000; Snow, 2001), central para este trabalho.

O capítulo 4 é dedicado aos aspectos metodológicos a partir dos quais realizamos a pesquisa. Começamos apresentando a perspectiva qualitativa interpretativista de pesquisa (Denzin e Lincoln, 2000) com a qual nos alinhamos. Em seguida, apresentamos a entrevista de pesquisa como um evento interacional, em que ocorre coconstrução de significados (Mishler, 1986). Dada a minha participação ambivalente na pesquisa (como pesquisadora e como ativista), dedicamos uma seção nesse capítulo à discussão da dimensão autoetnográfica da presente pesquisa, ou seja, quando o etnógrafo, ao pesquisar o outro, é envolvido na pesquisa de si próprio (Duarte & Gomes, 2008 *apud* Oliveira, 2013). Passamos então, à descrição do contexto da pesquisa, a relação da pesquisadora com o objeto, a apresentação dos participantes, e encerramos o capítulo com a descrição dos procedimentos de geração dos dados, das perguntas de pesquisa e dos procedimentos para análise.

No capítulo 5, analisamos os dados das entrevistas realizadas com os dois manifestantes, problematizando, centralmente, a relação entre as identidades que eles reivindicam para si e os episódios de violência policial. Dividimos a análise em duas partes, cada uma delas dedicada a um manifestante. As duas partes ainda são divididas em três subseções que contemplam, respectivamente, as perguntas de pesquisa acima elencadas. Incluímos, ao final do capítulo, mais uma seção para uma discussão comparativa das análises dos participantes, salientando aproximações e distanciamentos entre elas.

Por fim, o capítulo 6 encerra a dissertação com as considerações finais. Retomamos as questões da pesquisa, apresentando os entendimentos gerados com a análise das narrativas dos manifestantes. Ressaltamos os modos como os indivíduos se engajam e se constroem dentro dos movimentos populares na contemporaneidade. Encerramos, por fim, apresentando breves reflexões sobre o panorama político estabelecido no Brasil após as manifestações de 2013.

2. Movimentos populares – alguns entendimentos

Para o entendimento dos movimentos populares, é preciso compreender os motivos que levaram os indivíduos a participarem de tais movimentos. Há de se buscar compreender, também, como atores individuais tornaram-se atores coletivos, isto é, o momento em que um indivíduo torna-se parte de uma multidão e o que faz com que essa multidão, ou parcela dela, atue em um movimento popular. No presente capítulo, trataremos dessa discussão, buscando compreender, sob diferentes óticas, o fenômeno multidão e quais elementos possibilitaram a sua ida às ruas no Brasil em 2013. Além disso, trataremos das manifestações do período estudado dentro de uma ótica macro, isto é, observando-as à luz dos levantes que aconteceram pelo mundo e que apresentaram aspectos similares aos ocorridos no Brasil. Fecharemos o capítulo com os encaminhamentos que as discussões apresentadas geram para nosso estudo.

Diversas são as vertentes que estudam o comportamento dos indivíduos na multidão, a saber, essa “transformação” do individual em coletivo. Em nossos estudos, não buscaremos identificar os manifestantes que estiveram presentes nas ruas em junho de 2013 como uma multidão homogênea, uma vez que eles compunham um grupo bastante heterogêneo¹, tanto em sua composição como em suas reivindicações. Ao contrário, buscaremos entendimentos acerca das identidades desses indivíduos, observando qual/quais elemento(s) possibilita(m) certa homogeneidade que os une nos protestos do período estudado.

A participação do povo brasileiro em movimentos populares é alvo de inúmeras discussões na historiografia. Parece existir um discurso que constrói o brasileiro como um povo passivo, inativo perante situações políticas. O historiador brasileiro José Murilo de Carvalho (2005), em sua análise acerca da participação popular na política na cidade do Rio de Janeiro em meados de 1910, afirma que, em função do tipo de República que se instalou no Brasil, a participação popular nas eleições era mínima (apenas 20%), devido às restrições a analfabetos e mulheres e o processo, que ainda era deturpado. Os deputados eram eleitos com poucos votos, os quais, em sua maioria, eram falsos. Sendo assim,

¹ Questão sobre a qual discorreremos no item 2.5. As Jornadas de Junho – alguns entendimentos.

quando o povo participava da política, era por meio de ações informais (protestos), fora dos canais oficiais (a saber, o processo eleitoral).

Sobre o processo de proclamação da República no Brasil, Aristides Lobo, jornalista republicano, em artigo publicado no *Diário Popular* (jornal da época) em forma de carta, afirmou que “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam, sinceramente, estar vendo uma parada militar”². Segundo ele, o povo, em função do ideário republicano, deveria ser protagonista dos acontecimentos. Entretanto, em sua ótica, o povo apenas assistiu, como espectador, à Proclamação. Para Carvalho (2005), tal afirmação sugere que é preciso nos perguntarmos pelo sentido dessas palavras, pela realidade que pode ter servido de referência a Aristides Lobo, e não pela sua veracidade, isto é, em que medida o povo brasileiro participou ou não desse processo.

Segundo Carvalho (2005), é necessário um entendimento primeiro sobre a concepção de cidadania e prática da mesma entre o povo brasileiro. Trata-se do problema da relação entre o cidadão e o Estado. Quando esta é concebida como uma relação maniqueísta, o Estado é visto como vilão e a sociedade como indefesa. Nessa concepção, a inexistência da cidadania é atribuída ao Estado. O sistema republicano é caracterizado por trazer o povo para o centro da atuação política. Embora proclamado sem a participação popular, o novo regime deveria despertar, entre os excluídos do sistema anterior, um entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação.

Essa análise entende que os cidadãos chamados inativos, isto é, aqueles que não participavam do processo eleitoral, revelavam-se de grande iniciativa e decisão quando julgavam que o governo havia ultrapassado limites, fosse no domínio material (aumento de impostos), ou no domínio dos valores coletivos e da moral (como foi o caso da Revolta da Vacina³). Sendo assim, ainda que não participassem da política via eleitoral, o povo da cidade do Rio, na década de

² Está transcrito na biografia por A. de LYRA TAVARES. Aristides Lobo e a República. Rio de Janeiro: vol. 205 da Coleção Documentos Brasileiros, 1987, pp. 26 e 27. Vide tb. *Os Bestializados* de José Murilo de CARVALHO. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2005, 3ª edição.

³ Na obra *Os Bestializados*, Carvalho considera que o motivo da Revolta da Vacina teria sido a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, dado que, na visão do autor, a população passou a entender tal obrigatoriedade como uma interferência do Estado que ameaçava a virtude da mulher e da esposa, a honra do chefe de família e a inviolabilidade do lar, já que era necessário descobrir parte do corpo para vacinar-se.

1910, reagia politicamente quando contestava arbitrariedades e limites ultrapassados por via de ação direta, ou seja, protestando.

No processo de contestação política que conduz a algum tipo de ação direta, é preciso levar em consideração o processo histórico no qual tal contestação está inserida, bem como as especificidades do grupo que participa dessa contestação. Para tanto, investigaremos agora o conceito de multidão e sua atuação política.

2.1.

O conceito e a atuação da multidão

Os dicionários de língua portuguesa definem ‘multidão’ como um ajuntamento de pessoas, povo ou um grande número de pessoas reunidas em algum lugar⁴. Entretanto, quando se trata de ação direta em movimentos populares, uma multidão se configura em mais do que um grande número de pessoas reunidas em algum local.

Para Hardt e Negri (2005), a multidão é um conceito de classe. Levando em consideração que a classe é determinada pela luta de classes, sendo estas definidas pelos lineamentos da luta coletiva, a classe torna-se um conceito político, na medida em que é e só pode ser uma coletividade que luta em comum. Esses autores consideram a multidão como uma multiplicidade irreduzível, isto é, são as diferenças sociais singulares que constituem uma multidão. Nesse sentido, uma multidão não pode ser definida pela uniformidade, pela unidade ou pela identidade. Entretanto, ela não é uma multiplicidade fragmentada e dispersa; ela é composta por singularidades que agem em comum.

Para além do projeto político da luta de classes, a multidão, em Hardt e Negri (2005), baseia-se não apenas na existência empírica das classes, mas em suas condições de possibilidade.

Em outras palavras, não seria o caso de perguntar ‘Que é a multidão?’, mas ‘Que pode vir a ser a multidão?’ Um projeto político deve fundamentar-se claramente numa análise empírica que demonstre as condições comuns daqueles que podem tornar-se multidão. Condições comuns naturalmente não significam uniformidade ou unidade, mas, de fato, exigem que a multidão não seja dividida por diferenças de natureza

⁴ Definição encontrada em <<http://www.dicionariodoaurelio.com/multidao>> e em <<http://www.dicio.com.br/multidao/>>. Acesso em 28/02/2015.

ou espécie. Significam, em outras palavras, que os inúmeros e específicos tipos de trabalho, formas de vida e localização geográfica, que sempre haverão necessariamente de permanecer, não impedem a comunicação e a colaboração num projeto político comum. (HARDT & NEGRI, 2005:146).

Tal definição considera que o surgimento de uma multidão parte da composição de algum projeto político, ou que a multidão se mantém em função dele. A teoria de classes, aqui, buscaria identificar as condições existentes de uma potencial luta coletiva e expressá-la por meio de uma proposta política. Observando o nosso objeto de pesquisa a partir dessa perspectiva, percebemos que as manifestações de junho não apresentam um projeto político comum a todos. Pelo contrário, temos ali, exatamente, uma multiplicidade de projetos políticos. Temos uma singularidade agindo no comum, pessoas pertencentes a diversas classes sociais com uma reivindicação em comum: a diminuição da tarifa de transporte coletivo.

Partindo dessa ideia, que elementos, então, fariam com que esta singularidade de pessoas passassem a agir em comum? Qual seria o elemento que poderia gerar, em alguma instância, certa uniformidade que possibilitasse uma ação coletiva? Hardt e Negri (2005) trabalham com uma abordagem que concebe a multidão como sendo formada por todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital⁵, e assim, potencialmente, como a classe daqueles que recusam o domínio do capital. Entendendo que várias são as formas de trabalho na atualidade, não existe uma prioridade política entre elas, todas são socialmente produtivas e, em potencial, podem resistir à dominação do capital.

É preciso ressaltar que dizer que uma multidão é uma multiplicidade de singularidades não é trazer a discussão para o binarismo identidade e diferença. Hardt e Negri afirmam que, atualmente, temos um ciclo global de lutas que se desenvolvem na forma de uma rede disseminada. Desse ponto de vista, cada luta local funciona como um nodo que se comunica com outros nodos, de modo que cada luta mantém-se singular e vinculada a suas condições locais, mas, ao mesmo tempo, está mergulhada na rede comum. Os autores trazem isso em contraponto com as duas formas tradicionais de luta que se estabeleceram ao longo do século

⁵ Na referida obra, Hardt e Negri discutem a composição dessa classe que trabalha sob o domínio do capital como componentes de uma multidão, mas sem excluir aqueles que não são trabalhadores assalariados e desempregados. Eles discutem como esses grupos compõem a multidão.

XX. Na primeira delas, baseada na identidade da luta, um grupo ou classe, sob a liderança de algum partido ou sindicato, reivindica melhorias para sua classe. Na segunda, baseada na diferença, cada grupo tem direito de expressar sua diferença e conduzir, de maneira autônoma, a sua própria luta.

O novo modelo que os autores discutem substitui o binarismo identidade e diferença⁶ pelo da partilha e singularidade, de modo que não há, aqui, uma identidade central que exerça o controle sobre todos, e a mobilização comum assume a forma de uma rede aberta e disseminada, na qual todos se expressam livremente. Portanto, ao mesmo tempo em que há a multiplicidade, há o compartilhar e uma existência global comum dessas singularidades, a saber, o trabalho sob a dominação do capital. Embora uma multidão seja composta por inúmeras singularidades, que podem manter diferenças entre si, há, no interior da multidão, uma comunicação e uma colaboração que permite que a multidão aja como um coletivo.

Sobre o sentimento de revolta que atinge uma multidão, Hardt e Negri (2005) consideram que as revoltas mobilizam aquilo que há de comum dentro da multiplicidade de singularidades que a constitui, aumentando a intensidade de cada luta e estendendo-se a outras. Tal mobilização traz uma nova intensidade:

(...) o conflito direto com o poder, para melhor ou para pior, eleva essa intensidade a um nível ainda mais alto: o cheiro cáustico do gás lacrimogêneo mobiliza os sentidos e os confrontos de rua com a polícia fazem o sangue ferver de raiva, elevando a intensidade ao ponto de explosão. Finalmente, a intensificação do comum produz uma transformação antropológica de tal ordem que das lutas surge uma nova humanidade. (HARDT & NEGRI, 2005:276).

Aqui, o confronto com a polícia é tido como um elemento que gera raiva e eleva a intensidade da luta. Segundo os autores, a intensificação da luta possibilitaria a transformação da sociedade.

O historiador britânico Georges Rudé (1991) desenvolveu estudos acerca da composição dos movimentos populares no período pré-industrial. Ele discutiu importantes questões que devem ser levadas em consideração para o entendimento das ações da multidão na História. Entre as várias definições de multidão, Rudé

⁶ Esse binarismo refere-se ao estabelecimento de determinadas identidades como normas, definidas em contraste com as diferenças. Trataremos desse binarismo em 3.3.1. O Outro e as construções identitárias.

apresenta a visão de Michelet (9 vols. 1868-1900), que concebe multidão como “povo”, e a de Burke (1951) e Taine (1878), que a entendem como “ralé”, considerando as duas como visões baseadas em estereótipos, na medida em que apresentam a multidão como uma abstração desmaterializada e não como um conjunto de homens e mulheres de carne e osso. Para Rudé, a ênfase que os sociólogos tendem a dar à multidão, como unidade mental ou mentalidade coletiva, a reduziria a uma abstração pura, como se estivesse desligada de suas amarras sociais e histórias.

Com outro enfoque acerca da multidão, Rudé (1991), em uma de suas tipificações, entende que a ação revolucionária de uma multidão pode ser definida como a existência de uma agenda clara de objetivos de conquistas de direitos sociais, jurídicos e políticos, os quais implicariam em efetivas transformações sociais, econômicas, políticas, jurídicas e institucionais em relação ao *status quo* de uma sociedade. Aqui, as multidões compostas por trabalhadores que fazem parte de uma mesma classe, reivindicando um bem comum para essa classe, podem se encaixar nessa tipificação.

As manifestações de junho não se encaixam plenamente nesta tipologia. No entanto, Rudé chamava a atenção acerca da necessidade de se conhecer os alvos das manifestações de uma multidão, para, a partir daí, entender as suas dinâmicas internas formativas e os seus significados socioculturais e políticos de curto e longo prazo.

Saindo do campo estereotipado, Rudé busca estudar as multidões dos levantes franceses e ingleses dos séculos XVIII e XIX, observando o fato ocorrido, as suas origens e consequências, isto é, situando o contexto histórico do qual a multidão participa. A partir disso, tentava entender a natureza geral da multidão, assim como seus comportamentos e componentes, investigando como as multidões agiam e quem as promovia ou liderava (no caso de existir uma liderança), quais os alvos ou vítimas das ações dessa multidão e de que forma as forças de repressão atuavam. Cabe aqui salientar que, segundo o autor, o sucesso ou o fracasso das atividades da multidão podiam estar relacionados, em grande parte, com as decisões do judiciário ou com o grau de fidelidade ou descontentamento dos guardas, da polícia ou dos militares (se vão ou não

obedecer às ordens de repressão⁷, por exemplo). Um estudo desse tipo gera o seguinte entendimento: “a multidão pode acabar surgindo não como uma fórmula abstrata, mas como um fenômeno histórico, vivo e multifacetado” (Rudé, 1991:14).

Para esse historiador, as explicações que os estudiosos apresentavam acerca dos motivos que levariam uma multidão a se amotinar ou rebelar variavam de acordo com as atitudes sociais ou os valores dos autores. Seus estudos apontam que nem sempre as más condições econômicas se configuravam como o gatilho automático que daria início aos motins. Mesmo os movimentos de cunho econômico possuíam vertentes políticas e vice-versa. Alguns, ainda, eram deflagrados por questões religiosas.

Sobre o padrão de ação das multidões pré-industriais, Rudé observa que a desorganização e a espontaneidade eram fatores predeterminantes. Em sua forma mais característica, o motim ou a rebelião de uma multidão crescia nos locais mais comuns, como uma padaria, ou um açougue. O movimento, ainda, podia ser deflagrado por uma palavra ao acaso, ou por algum ato de provocação. Nesse sentido, poderia assumir uma dimensão ou um impulso imprevisto, quando a revolta popular angariava adeptos e adquiria uma proporção maior.

As multidões analisadas por Rudé apresentavam, como elemento comum, a imposição de alguma forma de justiça “natural” elementar (grifo do autor), isto é, o desejo pelo que seria o justo. Além disso, por mais heterogêneo que fosse algum movimento, havia certo grau de unidade nas chamadas “crenças generalizadas”. Estas serviam para unificar a multidão em si e dirigir suas energias para alvos e objetivos precisos. Interessante observar que as multidões da era pré-industrial direcionavam suas ações a indivíduos, não a instituições. Em outras palavras, o povo se apegava a heróis ou desenvolvia uma aversão a vilões individuais. Dessa forma, o patrão era visto como o vilão e tornava-se alvo natural da vingança do povo. Com o desenvolvimento dos sindicatos, os distúrbios perderam um pouco do seu caráter espontâneo (se tornaram mais organizados) e os alvos individuais foram substituídos em favor de causas e princípios. Com isso, os métodos de justiça “natural” foram desaparecendo.

⁷ Na visão de Rudé, quando o exército se juntava à rebelião, era sinal de que os laços de classe haviam se tornado mais fortes, naquele momento, do que a fidelidade à ordem estabelecida.

O líder, aqui, podia ser alguém de fora da multidão ou pertencente a ela. Ele proporcionava a unidade e a direção à multidão. No caso de não haver líderes, as pessoas poderiam ser levadas às ruas pela euforia e pelo entusiasmo decorrentes da deflagração do movimento.

Embora tais estudos sejam delineados para o entendimento de uma outra época e focados no fenômeno multidão, a observação dos elementos levantados por esse autor possibilita uma visão sobre outra dimensão das manifestações de junho. Para além do estudo das identidades desses manifestantes, que, naquele contexto, compunham uma multidão, abre-se campo para possíveis entendimentos acerca de que multidão seria essa e quais seriam os seus propósitos, levando em consideração a heterogeneidade do movimento.

Trazendo essa discussão para o objeto de análise desse estudo, cabe perguntar: o que teria possibilitado que manifestantes, em suas individualidades heterogêneas, viessem a atuar em coletivo? Foi a partir da reivindicação pela diminuição da tarifa de transporte coletivo que as pessoas passaram a ocupar as ruas em protesto em 2013, dando início às manifestações que compuseram as Jornadas de Junho. Entretanto, é preciso que se questione se foi apenas essa reivindicação o gatilho imprevisto que deflagrou a revolta (Rudé, 1991) e reuniu as multidões nas ruas em diversas cidades do país. Não podemos falar em multidão como um todo homogêneo, já que os grupos nas ruas eram diversos, assim como as suas pautas de reivindicação. Com isso, torna-se importante problematizar, para além da questão da tarifa, quais elementos poderiam ter trazido certa coesão ao movimento, uma vez que, em princípio, os protestos ficaram relegados à cidade de São Paulo, com um número reduzido de participantes. Passaremos agora à discussão desses elementos.

2.2.

A heterogeneidade agindo em homogeneidade

Para além da reivindicação da diminuição da tarifa de transporte coletivo, o que mais levaria indivíduos tão distintos a ocupar as ruas em junho?

É importante problematizar isso, pois nem toda indignação ou revolta leva as pessoas a participarem de movimentos sociais ou de qualquer ação direta para questionar arbitrariedades e/ou exigir determinados direitos. O sociólogo americano James M. Jasper lança, a esse respeito, a noção de choque moral, que

se refere a um trauma que leva os indivíduos à ação coletiva, ainda que não haja uma organização prévia entre eles. Ele afirma que:

Choques morais são o primeiro passo para o recrutamento nos movimentos sociais: quando um evento inesperado ou partes de informação suscitam um sentimento de indignação que leva um indivíduo a se inclinar para a ação política com ou sem contato com redes pessoais enfatizadas em mobilizações e processos teóricos.⁸ (JASPER, 1997:106).

A resposta ao choque moral varia muito. Alguns indivíduos resignam-se às mudanças que consideram desagradáveis, visto que nem sempre as autoridades cedem aos protestos dos cidadãos. Entretanto, outros canalizam seus medos e raiva em justa indignação, participando de atividades políticas de forma individual ou coletiva (Jasper, 1997). Nesse sentido, o choque moral pode ser um catalizador que deflagraria uma revolta e levaria os indivíduos a participarem de algum movimento social, ou, mais ainda, de uma multidão a ocupar as ruas em protesto.

No complexo processo emocional da transformação da indignação em ação direta, isto é, de participação em movimentos sociais, Jasper ainda aponta o trauma, que pode paralisar a ação das pessoas. Sentimentos como suspeita e desconfiança (principalmente das autoridades) podem ajudar as pessoas a trabalhar o descontentamento na busca por um vilão, um inimigo. É importante a existência deste, pois se configura em alguém para se culpar. Quando há um culpado, os indivíduos buscam demandas concretas para remediar os males causados pela situação com a qual estão indignados⁹. Também a raiva pode ser a base para a mobilização. Se a raiva gerada pelo choque moral for maior do que o medo, o indivíduo é levado a participar de atividades políticas de forma direta, seja em movimentos sociais, seja em manifestações (Jasper, 1997).

Entretanto, para que uma multidão ocupe as ruas em protesto, é necessário mais do que uma pessoa sofrendo um trauma, é preciso que o trauma atinja ao coletivo. É preciso que a indignação seja coletiva.

⁸ “Moral shocks” are often the first step toward recruitment into social movements: when an unexpected event or piece of information raises such a sense of outrage in a person that she becomes inclined toward political action, with or without the network of personal contacts emphasized in mobilization and process theories. (JASPER, 1997:106).

⁹ Um pouco acima, trouxemos as discussões de Rudé (1991), que considera que as multidões pré-industriais direcionavam suas ações contra alvos pessoais, contra vilões, normalmente vistos na figura do patrão.

Quando uma determinada movimentação social está em alta, isto é, quando há crescente participação popular, há, no centro dela, o que Durkheim (1995 [1912]) chama de “coletividade efervescente”, que é produto de uma densidade moral. O crescimento de uma movimentação é possível quando o foco do movimento é compartilhado entre os indivíduos participantes. Se o foco de atenção se torna mútuo, cada participante toma consciência da consciência do outro, o que possibilita a unidade. Dessa forma, os indivíduos passam a compartilhar a sensação de grupo, possuindo mesmo foco. É esse processo que cria a “consciência coletiva” (Durkheim, 1995 [1912]), quando há a fusão do conhecimento dos indivíduos com a moral (Collins, 2001).

A partir da consciência coletiva, dão-se os sentimentos de solidariedade entre o grupo; os indivíduos passam a se identificar com o sofrimento do outro. A solidariedade emocional também gera os padrões de certo e errado. O bem maior torna-se o compromisso com o grupo. Os *outsiders*, aqueles que estão de fora do grupo, ou que a ele fazem oposição, são mal vistos, taxados como indignos (Collins, 2001).

Além da solidariedade, temos como consequência da consciência coletiva um sentimento que Collins (2001) chama de energia emocional, que é responsável por impulsionar os participantes com entusiasmo e confiança. A criação de símbolos do grupo também é outra importante consequência da consciência coletiva, uma vez que, quando estão fora dele, afastados do movimento social do qual fazem parte, o contato com emblemas do grupo possibilita o sentimento de dedicação dos participantes do movimento.

Com essas considerações, entendemos que, quando os indivíduos passam por alguma situação inesperada, um choque moral, uma das respostas a isso pode ser o sentimento de indignação. Tal sentimento pode mobilizar os indivíduos para a ação política direta, a saber, o envolvimento em algum movimento social ou protesto. A consciência coletiva surge quando o foco de todos está na mesma situação. Dessa forma, se o choque moral atinge a consciência coletiva, desperta-se o sentimento de solidariedade; os indivíduos, isoladamente indignados, passam a compor uma multidão indignada.

É importante destacar que, embora o sentimento de indignação, em certa medida, una os indivíduos, isso não quer dizer que haja unidade nas formas de lutar, nas ideologias ou, tampouco, no que se espera de um movimento social.

Trazendo tais percepções para o nosso estudo, buscaremos discutir como a noção de choque moral (Jasper, 1997) pode trazer entendimentos acerca das construções identitárias dos manifestantes de junho de 2013.

Observando as novas pautas de reivindicações que foram surgindo dentre essas pessoas, bem como a forma como os protestos foram acontecendo, temos a violência policial como importante ponto a ser discutido, dado que o crescimento das manifestações foi acompanhado pelo aumento da repressão policial com o uso de violência.

De acordo com o artigo 144º da Constituição Federal de 1988¹⁰, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Ela é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio das polícias: federal; rodoviária federal; ferroviária federal; civil; militar e corpo de bombeiros militar. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (§ 6º). Ainda segundo esse artigo, é função da polícia militar a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (§ 5º).

Se uma das funções da polícia é preservar a ordem pública, como deveria ser sua atuação em uma manifestação? Uma manifestação pode ser definida como um conjunto de pessoas que, geralmente, se juntam para expressar publicamente uma opinião, reivindicação, ideia, sentimento¹¹, ou ainda, uma demonstração, por pessoas reunidas, de sentimento hostil ou simpático à determinada autoridade ou a alguma condição ou movimento econômico ou social¹². Nas ciências sociais, vários autores discutem, sob diferentes enfoques, o que consideram uma manifestação. Favre (1990) considera a manifestação como um deslocamento coletivo organizado sobre a via pública com a finalidade de produzir um efeito político pela expressão pacífica de uma opinião ou de uma reivindicação. Nesse sentido, este autor separa a manifestação (que caracteriza como movimento pacífico) da rebelião, de caráter violento. Para o autor, uma manifestação pode se tornar um motim. Ele ainda ressalta o caráter imprevisível das manifestações, que,

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

¹¹ Definição do Dicionário Online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/manifestacao/> Data de acesso: 07/01/2015.

¹² Definição segundo o Manual de Controle de Distúrbios Cíveis da Polícia Militar de São Paulo. Disponível em: <http://www.jurdepaula.com.br/site/wp-content/uploads/2013/10/M-08-PM-Manual-de-Controle-de-Dist%C3%BArbios-Civis-CDC.pdf> Data de acesso: 07/01/2015.

em função de possuir o Estado como um dos seus alvos, expõem-se ao conflito com o poder público, que pode interditar o acesso ao espaço público ou não. Nesse sentido, se instala a imprevisibilidade do desfecho de uma manifestação, seja pela frustração das expectativas dos manifestantes, seja pela possibilidade de um confronto violento com a polícia.

Segundo o artigo 2.5 do manual de Controle de Distúrbios Cívicos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o acompanhamento de uma manifestação deve ser feito pelo policiamento da área. As autoridades competentes são responsáveis pela decisão do emprego da Tropa de Choque¹³ para dispersar uma turba (definida pela cartilha como multidão em desordem – artigo 1.2.3). O objetivo da Tropa que cuida do Controle de Distúrbios Cívicos é a dispersão da multidão, nunca o seu confinamento ou detenção. Embora o referido manual pertença à polícia do estado de São Paulo, a função da tropa de choque no estado do Rio de Janeiro é similar¹⁴.

Durante as Jornadas de Junho, a atuação da polícia foi alvo de grande discussão e críticas, haja vista o excessivo uso da violência na tentativa de dispersão dos manifestantes. Tal violência gerou a indignação dos manifestantes e adeptos ao movimento.

Voltando à noção de choque moral, é possível compreender a violência policial como um elemento que produz revolta e gera a coesão do grupo. Não identificamos a violência da repressão policial como o motivo que levou os indivíduos às manifestações. É sabido que as manifestações partem de um contexto histórico e socioeconômico, e a violência policial faz parte desse contexto, uma vez que, a partir dela, as manifestações cresceram em número e adeptos. Desta forma, tal violência pode ser compreendida como um dos eventos inesperados¹⁵ que suscitaram indignação. Nessa dissertação, argumentamos que a violência pode ser uma das produtoras do choque moral que levou grupos tão distintos a tornarem-se atores coletivos, ao participarem das manifestações de junho de 2013.

¹³ Unidade de controle de Distúrbios Cívicos da Polícia Militar.

¹⁴ Por não encontrarmos disponível ao público algum manual ou orientação utilizada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro para CDC, fizemos uso do manual de São Paulo como forma de exemplificar a atuação do Batalhão de Choque.

¹⁵ Coloco que a violência pode ser concebida como um dos eventos que produziu choque moral, pois, além de serem cabíveis outras leituras para o mesmo fenômeno, a pauta de reivindicações nas Jornadas de Junho não se restringiu à questão da polícia, nem à diminuição da tarifa de transporte coletivo, estendendo-se a vários outros questionamentos.

2.3. As ocupações e o direito à cidade

A partir de 2011, eclodiram, em diversas partes do mundo, de forma simultânea e contagiosa, diversos movimentos sociais de protesto, com reivindicações peculiares de cada região, porém com formas semelhantes de luta e solidariedade mútua. Como semelhanças, temos as ocupações de praças, o uso de redes de comunicação alternativas – internet – e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional. Nesse sentido, esses movimentos, que se manifestaram em rebeliões de forma espontânea contra as estruturas políticas partidárias e sindicais vigentes, não forjavam, necessariamente (ao menos nos momentos em que eclodiram),¹⁶ uma nova articulação orgânica e representativa dos anseios de transformação e ruptura.

As ocupações de rua, denominadas ‘*ocupas*’, se caracterizaram por acampamentos de estudantes e trabalhadores em áreas públicas, tendo como uma das principais bandeiras a crítica à desigualdade econômica. Tal crítica dos ‘*ocupas*’ faz-se pertinente num contexto global em que a taxa de desemprego é crescente. Em geral, as ocupações surgidas no período estudado defendiam um igualitarismo democrático radical, visando à defesa do acesso a recursos e à participação nas decisões da sociedade por todos – ideia vinda das correntes políticas progressistas –, objetivando a discussão de alternativas aos regimes econômicos desiguais (Peschanski, 2013). Nesse ponto, é possível perceber uma proximidade, embora não declarada formalmente, com ideias anarquistas.

Sobre os ‘*ocupas*’, o geógrafo David Harvey (2012), argumenta que as táticas do Occupy Wall Street se espalharam por outras cidades, tendo como características:

tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo à localização de muitos dos bastiões do poder e, colocando corpos humanos ali, convertê-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance. Essa tática (...) mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de

¹⁶ Na África do Norte assumiu caráter de revolução democrática, colocando fim às ditaduras; na América Latina se expressou na reivindicação estudantil por educação pública e gratuita no Chile; no Brasil, a reivindicação pela diminuição da tarifa de transporte coletivo.

oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado. (HARVEY, 2012:61).

A partir dessas considerações, é possível perceber a importância da presença dos corpos no espaço público. Mais do que um debate da internet, as reivindicações precisam ser convertidas em ação. Ir às ruas. Isso possibilita, na ótica do autor, a legitimação da causa; traz visibilidade ao movimento, pois a presença de corpos nas ruas incomoda, bloqueia a passagem, mantém a reivindicação como algo permanente. Por fim, gera a possibilidade da integração de pessoas de diferentes contextos sociais, o que colabora com a potencialização da sensibilização dos insatisfeitos e descontentes com a situação, objeto da reivindicação.

As ocupações de rua trazem à tona a questão do espaço urbano e daqueles que dele podem desfrutar. Sobre isso, o sociólogo Henri Lefebvre (1968) discute o conceito do direito à cidade, que faz referência ao direito de não exclusão da sociedade urbana das qualidades e benefícios da vida urbana. Tendo em vista a segregação socioeconômica, que leva ao afastamento urbano, Lefebvre traz o direito à cidade como uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados que vivem nos distritos periféricos da cidade e nela desempenham as atividades produtivas que a sustenta.

A cidade, enquanto sociedade, é lugar de encontro, de diferenças e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, onde formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam. Entretanto, essas diferenças também podem resultar em intolerância e segregações, marginalidade e exclusão. A cidade não é apenas a organização funcional do espaço, com suas ruas, prédios e bairros. “A cidade é a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial e que está na base da produção e da reprodução do capital” (Iasi, 2013: 73). Lá, tem-se o amadurecimento das contradições que lhes são próprias.

Baseado no conceito de Lefebvre, Harvey (2013) ressalta que o direito à cidade não pode ser concebido como um direito de visita ou retorno. Nesse sentido, o direito à cidade poderia ser exercido na tentativa de mudança da vida urbana, partindo da mobilização social e da luta política. Não seria um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas, sim, um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la de acordo com as necessidades coletivas. Se a cidade

é a tentativa do ser humano de reconstruir o mundo em que vive, sendo, pois, o mundo no qual está condenado a viver (Park, 1967), então ela pode ser reconstruída. Com isso, ao ocupar as ruas, as pessoas podem transformar esse espaço, tornando-se protagonistas da cidade que desejam. (Viana, 2013).

A ocupação de espaços públicos tem desempenhado papel importante na história da mudança social por alguns motivos: cria-se, na ocupação, uma comunidade que se baseia na proximidade que auxilia na superação do medo de participar de um movimento social e confrontar a ordem dominante; há, ali, a possibilidade de participar sem aderir a nenhuma ideologia; os espaços ocupados são sempre carregados do poder simbólico de invadir áreas do poder do Estado ou de instituições financeiras; por fim, as ocupações permitem a construção de uma comunidade livre num espaço simbólico, além da prática de assembleias soberanas nas quais todos podem recuperar os seus direitos de representação (Castells, 2013).

No Brasil, as ocupações de rua e a discussão do direito à cidade suscitaram a formação de diversos coletivos de mídia horizontalmente organizados. A proposta desse tipo de organização é que não haja hierarquia ou estruturas formais de liderança. Sobre essa horizontalidade, o filósofo Rodrigo Nunes destaca:

A ausência destas estruturas [formais de liderança], e portanto de critérios institucionais para definir quem é ou pode ser “líder”, somada a um sistema-rede densamente conectado, onde a informação viaja rápido e novas conexões aparecem a todo momento, significa que um indivíduo ou grupo não precisa de um status pré-estabelecido de “liderança” para lançar uma ideia ou iniciativa capaz de conquistar adesões exponencialmente maiores que qualquer ideia ou iniciativa que tenham tido antes. (NUNES, 2013)

Nesse sentido, cada indivíduo teria autonomia e poder de lançar uma ideia ou pauta. Os rumos são delineados em conjunto, com participação de todos. O filósofo ainda ressalta que, em função da organização em redes (tanto da convocação dos protestos como dos coletivos de mídia alternativa), os indivíduos mais conectados tendem a ser os mais ouvidos.

Os coletivos de mídia alternativa e as ocupações de rua buscavam, na horizontalidade, uma aproximação com a ideia da democracia direta, na qual cada indivíduo representa a si próprio e a tomada de decisões se dá por meio de

assembleias gerais – que, no caso, buscavam lutar pelas reivindicações que estiveram em pauta nas ruas (e por outras que foram surgindo).

No Rio de Janeiro, surgiram coletivos como Projetação, Mariachi e Mídia Independente Coletiva, que possuíam e ainda possuem (pois até o presente momento continuam ativos) a internet como o meio de divulgação de suas produções. Com formas distintas de ocupação do espaço público, alguns coletivos propunham intervenções culturais como organização de debates, exibição de filmes, peças teatrais; diversas formas que colaborassem para a discussão dos problemas políticos, sociais e econômicos do país. Outros se configuravam como alternativas de mídia, isto é, contra a mídia corporativa, acusada de manipular a informação¹⁷. Esses grupos foram se organizando e, preocupados com um caráter mais transparente¹⁸ na divulgação das informações, foram criando outras narrativas acerca do que acontecia nas manifestações. Com isso, é importante destacar a importância das redes sociais e canais do youtube para a divulgação dessas narrativas.

A criação de vínculos entre grupos possibilitou não apenas:

a troca de informações, o compartilhamento mútuo de mensagens, o somatório de forças na convocação de passeatas e atos públicos, o trabalho não-orquestrado, porém algo organizado de disputar o sentido das manifestações, de avançar uma agenda política ou de criticar a agenda dominante; o que tivemos a partir das Jornadas de Junho foi também uma abertura para a construção de *solidariedade entre classes*. Muitos dos que saíram às ruas em protesto sentiram na pele, pela primeira vez, a brutalidade despudoradamente autoritária do *modus operandi* de uma polícia que, sem saber, haviam desde sempre exigido – mas para o Outro, para as favelas. (TEIXEIRA, 2014, grifos do autor).

Para além da importância na divulgação das informações nas redes sociais, o sociólogo Antônio Claudio Engelke Teixeira aponta que, a partir da violência policial nas manifestações, o vínculo entre esses recém-formados coletivos também colaborou para a construção da solidariedade destes para com aqueles que vivenciam essa violência em suas rotinas. Essa ideia que corrobora a noção de

¹⁷ A grande mídia foi combatida durante as manifestações, em alguns casos, repórteres foram expulsos e/ou agredidos por grupos de manifestantes. Diante disso, foi comum a transmissão de imagens do alto de prédios ou de helicópteros.

¹⁸ Em oposição à mídia corporativa, acusada de manipular informações, esses grupos buscavam narrar *in loco* o que acontecia nas ruas. Por esse motivo, acreditavam estar trazendo um caráter mais transparente na divulgação das informações.

choque moral que discutimos em 2.2. Trata-se da heterogeneidade agindo em homogeneidade.

Em nosso objeto de estudo, as ocupações de rua e o advento desses coletivos no Rio de Janeiro desempenharam importante papel na formação do contexto de interação entre os manifestantes. As pessoas que ali se achegaram, ao participarem de debates políticos e conviverem naquele espaço público, por horas, dias ou meses, acabaram formando um contexto de interação. Nele, além das discussões políticas, o compartilhamento das experiências nas manifestações, bem como a participação em movimentos sociais e coletivos de mídia alternativa, trazia características peculiares às interações desse contexto. Ali, priorizava-se a solidariedade, a ajuda mútua para os que permaneciam acampados. Essa permanência era percebida como resistência heroica, de modo que, quanto maior repressão policial sofrida, maior o heroísmo.

2.4.

A questão da crise da representatividade e sua relação com as manifestações

Nas assembleias que foram surgindo durante as ocupações de rua ao redor do mundo, não se reconheciam líderes; todos representavam a si mesmos, e as decisões ficavam a cargo da assembleia geral, assim como das comissões formadas em torno de cada tema sobre o qual as pessoas desejassem intervir (Castells, 2013). O caso dos Indignados, na Espanha, também pode ser atribuída, segundo Castells (2013), à experiência das redes da internet, em que a horizontalidade é a norma e pouca necessidade há de liderança, uma vez que as funções de coordenação podem ser exercidas pela própria rede, mediante a interação entre todos os que dela participam.

Embora o projeto político e ideológico das ocupações que surgiram em diversos países, inclusive no Brasil – especificamente, no Rio de Janeiro –, não fosse definido de forma clara e objetiva, sua organização, priorizando a horizontalidade, como forma de dar voz a todos, expressava o repúdio às formas tradicionais de governabilidade, mais do que princípios anarquistas em si¹⁹.

A necessidade de representar a si próprio traz, para o centro da discussão, a falta de credibilidade nas formas de representatividade aplicadas pela

¹⁹ Embora muitos frequentadores das ocupações se declarassem anarquistas, as mesmas, ao menos no Rio de Janeiro, não se declararam anarquistas.

democracia. Tal questão culmina no que se tem chamado de crise de legitimidade do atual sistema político. As manifestações do período estudado expressam um esgotamento e uma descrença nas instituições de representação, algo que não é específico do Brasil, mas das democracias modernas representativas de uma maneira geral e, especialmente, em relação aos partidos políticos (Castells, 2013).

Nesse sentido, é possível atestar uma crise na própria democracia representativa. Os cidadãos não se sentem representados, nem pelos partidos, muito menos pelos governos. Isso, em função da corrupção e da falta de canais permanentes de diálogo entre os representantes e os representados²⁰. Tal questão foi identificada nos clamores pelas ruas do Rio de Janeiro e do Brasil, em cartazes com frases como “Não me representa”. Alguns manifestantes, inclusive, pediam o fim dos partidos políticos. Apesar das inúmeras discussões em torno das consequências que tal visão pode causar à democracia, não entraremos aqui nessa questão²¹. É válido trazer esse aspecto que se fez presente nas manifestações como mais um motivo de insatisfação com a forma de representação no atual cenário político brasileiro. A partir dessa insatisfação, alguns indivíduos participantes das ocupações e das manifestações²² passaram a defender a democracia direta como forma de solução política.

Essa solução política está em consonância com a forma de organização das ocupações que surgiram no período estudado. Nelas, os indivíduos representariam seus próprios interesses, o que enfatiza o igualitarismo democrático que outrora discutimos²³.

De todo modo, como característica marcante dos levantes de junho, temos a questão da insatisfação com as formas de representatividade vigentes.

²⁰ Ainda podemos acrescentar, nessa discussão, o financiamento privado da campanha eleitoral, questão amplamente debatida no Brasil. Os contrários ao financiamento advogam que, uma vez eleito com financiamento privado, o candidato representaria mais os interesses das empresas que investiram em sua campanha do que os dos seus eleitores.

²¹ A ausência de partidos políticos remonta a regimes ditatoriais e autoritários, uma vez que o partido político tem, como função, atuar como agente de interação entre a sociedade organizada e o Estado, representando e dando visibilidade aos interesses dos grupos sociais. É sabido que, nas Jornadas de Junho, grupos pró-ditadura clamavam pelo fim dos partidos políticos como uma possibilidade de retorno dos militares ao poder.

²² Uma vez que as Jornadas de Junho agregavam diversas reivindicações, por vezes até contraditórias, não podemos inferir que uma ideia defendida por alguns (mesmo que fossem maioria) seria defendida por todos.

²³ Ver questão em 2.3. As ocupações e o direito à cidade.

2.5. As Jornadas de Junho – alguns entendimentos

As Jornadas de Junho partiram da reivindicação da diminuição da tarifa de transporte coletivo, desencadeadas pela luta do Movimento Passe Livre de São Paulo²⁴. Na pauta de discussões do movimento estava a catraca como impeditivo do acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, entendido como um produto do seu próprio trabalho. Ele (o trabalhador) está condicionado ao uso do transporte coletivo (Movimento Passe Livre, 2013). Partindo, então, do direito à cidade²⁵, a retomada do espaço urbano aparece na pauta dos protestos contra a tarifa, uma vez que esta se tornara impeditivo para a circulação no espaço urbano.

Estabelecer uma data de origem do ciclo das manifestações de junho é tarefa complexa. Em Porto Alegre, manifestantes foram às ruas protestar em março em função do aumento da tarifa de ônibus de R\$ 2,85 para R\$ 3,05 e conseguiram que as autoridades revogassem o reajuste. Entretanto, foi a partir dos protestos realizados na cidade de São Paulo que o movimento ganhou visibilidade nacional, tendo em vista a repressão policial e a sua divulgação pelas redes sociais (principalmente pelo Facebook), gerando, assim, ampla adesão popular e se espalhando para outras capitais e cidades do interior.

O movimento foi se delineando sem nomes, sem partidos, sem lideranças, propagado por meio das redes sociais, o grito de indignação contra o aumento das tarifas de transporte foi dando lugar à indignação contra diversos problemas no país. O *slogan* “Não é só por vinte centavos!” foi representativo do quanto a causa já adquiria uma proporção muito maior (e extremamente necessária): gritava-se pela liberdade e pelo respeito aos direitos fundamentais do cidadão (como saúde e educação) e questionavam-se diversos projetos de lei, como a PEC 37²⁶. Na ampliação das pautas de reivindicação, destacamos a Copa das Confederações e toda a discussão em torno dos gastos com os preparativos para a

²⁴ Que remonta às manifestações que ficaram conhecidas como Revolta do Buzu, ocorridas na cidade de Salvador em 2003, e à Revolta da Catraca em Florianópolis em 2004. Ambas as revoltas exigiam a revogação do aumento da tarifa de transporte coletivo.

²⁵ Questão discutida em 2.3. As ocupações e o direito à cidade.

²⁶ A Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 foi rejeitada pelo plenário da Câmara dos Deputados no dia 25 de junho e sugeria incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública. O item adicional traria a seguinte redação: "A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente". Se fosse aprovada, o poder de investigação criminal seria exclusivo das polícias federal e civis, retirando esta atribuição de alguns órgãos e, sobretudo, do Ministério Público (MP).

Copa do Mundo, a ser realizada em 2014. Cartazes com os dizeres: “Não vai ter Copa!” ou “Queremos saúde e educação padrão FIFA!”, expressavam a relação do contexto do período com a indignação dos manifestantes e os diversos problemas do país.

No Rio de Janeiro, a tarifa de ônibus aumentou no dia 1º de Junho, de R\$ 2,75 para R\$ 2,95. Os protestos foram iniciados no dia 10 de junho. Em um primeiro momento, as manifestações foram duramente reprimidas, sem grande adesão da população e sem cobertura expressiva da mídia corporativa. Num segundo momento, quando o movimento tomou uma grande proporção e contou com a adesão popular, a mídia não só noticiava as manifestações e a repressão policial como também divulgava o horário e a data dos atos convocados pela internet.

Os protestos, normalmente, se iniciavam de forma pacífica, inclusive com o *slogan* “sem violência”, além de ações como sentar-se no chão em sinal de pacifismo; entretanto, terminavam com confronto entre policiais e manifestantes. Tais confrontos tinham início ora pela tentativa dos policiais de dispersar a manifestação, ora pela tentativa de depredação de vitrines, fachadas ou veículos por parte de alguns grupos de manifestantes.

No dia 16 de junho ocorreu a reabertura do estádio Maracanã²⁷ com o primeiro jogo da Copa das Confederações no Rio de Janeiro, Itália x México. Durante o jogo, grupos de manifestantes se reuniram nos arredores do estádio para protestarem contra o aumento da tarifa de transporte coletivo. Essa manifestação, embora pouco divulgada pela grande mídia, foi acompanhada de violenta repressão policial. O preço das passagens foi revogado no Rio de Janeiro no dia 19 de junho. Entretanto, no dia seguinte, 20 de junho, em centenas de cidades pelo Brasil, milhares de brasileiros foram às ruas protestar. No Rio, a manifestação foi acompanhada por intensa repressão da polícia militar. Primeiramente, a manifestação seguiu de forma pacífica em direção à prefeitura da cidade. Pouco antes da chegada ao local, iniciou-se um confronto entre policiais e alguns manifestantes. Após isso, algumas pessoas permaneceram ali, tentando resistir, reagindo à violência, enquanto outras tentaram retornar. Entretanto, muitos que ali estavam de forma pacífica sofreram com os atos de repressão extremamente

²⁷ Após uma série de reformas para adaptá-lo aos padrões estabelecidos pela FIFA.

violentos da Polícia Militar. O uso indiscriminado de bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha atingiu a todos que participavam da manifestação, ou que simplesmente passavam pelo local. Mesmo depois de dispersa a multidão, pelas ruas do Centro ainda se ouviam os disparos de tiros de bala de borracha e bombas de gás. A cena desenhada era a de uma perseguição. Após esse dia, ocorreu um expressivo esvaziamento das ruas, embora os protestos pela cidade do Rio não se encerrassem ali.

Para o historiador Lincoln Secco (2013), o papel da interpretação da polícia foi decisivo para o aumento da adesão popular aos protestos. Na dinâmica dos protestos, o autor atesta que foi após uma violenta repressão policial, ocorrida no dia 13 de junho, que se registrou o maior número de pessoas nas ruas em São Paulo, no dia 17. Segundo ele, o ataque a jornalistas e a um movimento com composição social aparente de “classe média” pode ter facilitado a solidariedade ao movimento. Nesse sentido, o autor ainda acrescenta que mais do que a violência da polícia contra os trabalhadores, há de se considerar que a apropriação dessa violência pela mídia pode ter trazido visibilidade ao movimento. A mídia corporativa se viu obrigada a apoiar os manifestantes, mas com sua pauta própria.

Na visão do cientista político Mauro Iasi (2013), o aumento da passagem teria sido negociado pela presidenta Dilma para ser aplicado não em janeiro, mas em junho. A ideia seria tentar disfarçar a crescente inflação e abafar os protestos contra o aumento, tendo em vista que os brasileiros estariam mais atentos à Copa das Confederações. Entretanto, para esse autor, a repressão aos jovens que protestavam funcionou como um catalisador das contradições já existente no país, o que gerou a adesão ao movimento em suas diversas cidades.

Não cabe aqui, por conta do escopo da presente pesquisa, tirar conclusões acerca dos interesses públicos, de partidos políticos ou da mídia, ao discutirmos as Jornadas de Junho, mas é válido destacar que a repressão policial e a divulgação dos horários e locais das manifestações pela grande mídia colaboraram para a ampliação da adesão popular ao levante.

A escalada de violência aplicada pela polícia militar foi “retribuída” pelos manifestantes, que cobriam seus rostos e revidavam a violência da polícia e/ ou depredavam patrimônios públicos e privados. A grande mídia trabalhou de forma

intensa na caracterização desses grupos como *black blocs*²⁸, uma vez que uso de máscaras pretas e a destruição de símbolos do capitalismo remontavam à tática “black bloc”.

Em sua origem, o termo “black bloc” (do alemão *Schwarzer Block* – “*bloco negro*”) foi usado pela imprensa alemã, na década de 1980, para fazer referência a grupos de pessoas que se organizavam para enfrentar a repressão policial. Desencadeada pela luta de grupos autonomistas alemães (marxistas não ligados às burocracias partidárias e sindicais) contra a construção de usinas nucleares, a tática foi usada para a defesa das ocupações (*squats*) de casas e edifícios abandonados em grandes cidades e também contra ataques de grupos neonazistas.

A “black bloc” veio a se constituir como tática dentro das manifestações, com o objetivo principal de tentar garantir a autodefesa dos participantes frente à repressão policial que quase sempre era realizada de forma violenta. Na década de 1990, nos Estados Unidos, a tática ganhou maior visibilidade, quando, por ocasião da manifestação contra o encontro da Organização Mundial do Comércio em Seattle, grupos usando máscaras destruíram fachadas de lojas e escritórios do *McDonald's*, da *Starbucks*, da *Fidelity Investments* e outras instalações de grandes empresas. A partir desse evento, a tática “black bloc”, até então um instrumento basicamente de defesa contra a repressão policial, tornou-se também uma forma de ataque – mas um ataque simbólico principalmente contra os símbolos do capitalismo. Foi nesse contexto que a tática chegou ao Brasil (Fiuza, 2013).

Nas Jornadas de Junho, a tática se fez presente nas manifestações, assim como, posteriormente, nas ocupações de rua. Não foram poucas as reportagens destinadas à caracterização daqueles que faziam uso da tática como vândalos ou baderneiros, ou as tentativas de enquadrar o grupo que a punha em prática como aquele que ‘liderava’ as manifestações. De todo modo, não cabe aqui discutirmos os interesses da mídia na tentativa de construção de uma imagem acerca dessa tática; cabe, sim, trazermos à nossa discussão a presença dessa tática no objeto de nosso estudo, uma vez que ele tem relação direta com a violência policial.

Por conta do aumento da violência e da diminuição da tarifa de transporte, as ruas se esvaziaram. Poucos eram os que se arriscavam a permanecer nas

²⁸ A mídia também caracterizou tais grupos como vândalos.

manifestações. No contexto de interação que se formou entre os manifestantes remanescentes nas ocupações de rua, permanecer nas ruas após a intensificação da repressão policial se tornou sinônimo de heroísmo. Nesse contexto, a tática “black bloc” era bem recebida por alguns, pois atuava como forma de proteção à repressão policial.

É importante, ainda, mapear o perfil desses manifestantes, levando em consideração que, durante a insurgência do movimento, a composição de quem estava nas ruas foi questão amplamente discutida pela mídia em geral, assim como por intelectuais que, a partir do entendimento de quem seriam essas pessoas, buscavam entender quais os seus propósitos num levante popular de características tão peculiares, se comparados aos movimentos anteriores. O Datafolha publicou, no dia 21 de junho de 2013, uma pesquisa com o intuito de apurar a renda média dos manifestantes de São Paulo e suas posições ideológicas²⁹. Na cidade de Belo Horizonte, o Instituto Innovare realizou uma pesquisa semelhante³⁰, publicada no dia 23 de junho. Já na cidade do Rio de Janeiro, a Clave de Fá Pesquisas e Projetos contratou três empresas e divulgou, por meio da Band News, os resultados de uma pesquisa realizada durante a passeata de 20 de junho³¹.

A pesquisa realizada no Rio de Janeiro aponta para uma composição de maioria jovem presente na referida manifestação, trabalhadores em grande parte. Tal resultado diferiu do que a grande mídia vinha divulgando, a saber, que a maioria seria de jovens estudantes oriundos da classe média³². Em um artigo, André Singer (2013) discute a composição dos manifestantes de junho e afirma que ali estavam presentes tanto uma classe média tradicional, inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional, como o que ele denomina novo proletariado, que se configura nos trabalhadores, em geral jovens, que

²⁹ Disponível em:

<http://search.folha.com.br/search?q=perfil%20dos%20manifestantes&site=datafolha&skin=datafolha>. Acesso em: 16/06/2014.

³⁰ Disponível em: <http://www.innovarepesquisa.com.br/blog/quem-e-e-o-que-pensa-o-manifestante-de-belo-horizonte/>. Acesso em: 16/06/2014.

³¹ Disponível em: <http://www.clavedefapp.com.br/portfolio/perfil-dos-manifestantes-do-rio-de-janeiro/> Acesso em: 13/06/2014.

³² O termo classe média é passível de discussão, pois, no Brasil, os padrões do que seria classe alta, média ou baixa vêm se transformando ao longo dos anos. Na era Lula, a chamada Classe C foi incorporada à nova classe média, com renda média entre dois e 3 salários mínimos, em função do aumento da linha de crédito e empregos formais. Dos participantes na manifestação do Rio de Janeiro, segundo a pesquisa, a maioria dos participantes recebia entre 1/2 a 4/5 salários mínimos.

conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem de baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. Para este autor, os protestos do período estudado são reflexo das insatisfações desses dois grupos. Tal entendimento expressa a heterogeneidade dos grupos presentes no movimento, o que colabora para uma amplitude de reivindicações.

Apesar da Copa das Confederações compor a pauta de reivindicações, vale ressaltar que no dia 20 de junho ocorreu o jogo Espanha x Tahiti no Maracanã e várias pessoas que lá estavam, após o término do jogo, se dirigiram ao Centro da cidade para participarem da manifestação. Ainda que tal situação possa parecer contraditória, a motivação em participar das manifestações também estava pautada na amplitude de reivindicações e na euforia em participar de um movimento que poderia entrar para a História do país.

Ademais, é preciso observar que o discurso que concebe os manifestantes de junho de 2013 como pertencentes a uma classe média contribui para a diminuição da importância/legitimidade das manifestações, uma vez que, se elas fossem conduzidas por um grupo privilegiado, não constituiriam um movimento de minorias, de “proletariado”. E, nesse sentido, não se caracterizariam como uma luta legítima, de pessoas que realmente precisariam reivindicar seus direitos.

2.6. Encaminhamentos

Nesse capítulo, discutimos, em linhas gerais, como alguns movimentos populares foram deflagrados na história, buscando compreender, especificamente, como os indivíduos tornaram-se atores coletivos e vieram a compor uma multidão em protesto nas ruas. Concebemos a multidão como composta por uma multiplicidade de singularidades (Hardt e Negri, 2005). A partir da noção de choque moral (Jasper, 1997), compreendemos que a motivação dos indivíduos ao se engajarem em movimentos sociais pode estar ligada a alguma experiência traumática, que neles produziu a indignação e os levou à ação, à participação nesses movimentos.

Discutimos, também, a questão do direito à cidade e da crise da representatividade, uma vez que as manifestações ocorridas no Brasil se relacionam aos levantes que ocorreram em outros países (Espanha, Turquia,

Estados Unidos, entre outros), que, em suas especificidades, possuíam características comuns, como a disseminação do movimento em redes, a insatisfação com a forma tradicional de representação, e a ocupação da rua como expressão do direito à cidade. Após isso, apresentamos o panorama das Jornadas de Junho no Rio de Janeiro.

Tendo em vista essa noção de movimentos populares, prosseguiremos com uma análise discursiva das Jornadas de Junho. Investigaremos como as identidades dos manifestantes se constroem nas narrativas que contam, observando as discussões apontadas nesse capítulo.

3. Quadro teórico

Neste capítulo, discutiremos os pressupostos teóricos que nos orientaram para o desenvolvimento deste estudo. Temos, como objetivo, analisar as narrativas dos manifestantes entrevistados, para compreender como eles relacionam a violência policial vivenciada nas manifestações com as identidades que reivindicam em nossa interação.

Como nossos estudos buscam entender o comportamento humano a partir de um recorte micro, abordaremos primeiramente a Sociolinguística Interacional para emoldurarmos a tradição de pesquisa a que nos alinhamos. Em seguida, discorreremos acerca dos estudos narrativos e suas contribuições à nossa pesquisa, para então passarmos à discussão acerca das identidades e de sua constituição discursiva, uma vez que é por meio da análise das narrativas que investigaremos como as identidades dos manifestantes emergem em nossa interação.

Em consonância com essas discussões, focaremos na questão da alteridade. Investigaremos como o Outro é tornado relevante nas construções identitárias que marcam a diferença entre determinados grupos sociais, de forma a conceber a sociedade em dois grupos em oposição: “*nós*” e “*eles*”. Com base nessa concepção, investigaremos como os manifestantes tornam o Outro – em nosso caso, a polícia – relevante ao se construírem identitariamente em suas narrativas.

3.1. A Sociolinguística Interacional

Para cumprir os objetivos acima delimitados, analisaremos as narrativas produzidas por dois manifestantes numa interação em situação de entrevista. Portanto, buscamos entender o comportamento humano na sociedade a partir de uma perspectiva microssocial .

Sendo a interação um importante aspecto de nossa investigação, cabe explicitar a tradição de pesquisa acerca do comportamento humano nos enquadrarmos. A Sociolinguística Interacional parte da busca pelo entendimento do que está acontecendo em uma interação, quando os indivíduos fazem uso da

linguagem. Tal perspectiva observa essas interações como cenários de construção do significado social e da experiência, passíveis de análise e de interesse sociológico e linguístico (Garcez e Ribeiro, 2002). Nossa pesquisa se alinha com esses estudos uma vez que partimos da análise das narrativas como construções da realidade, situadas num determinado contexto, apresentando, ainda, caráter dialógico. Em suma, concebemos a narrativa em uma perspectiva interacional, observando quem fala, para quem fala e em qual contexto.

Para buscar entendimentos sobre a forma como os indivíduos interagem numa sociedade, é preciso levar em consideração alguns aspectos importantes que fazem parte dessa interação. Goffman ([1964] 2002) nos convida ao exame da situação social como cenário de uma dada pesquisa.

A situação social não possui propriedades e estruturas próprias; no entanto, ela marca a relação entre a fala das pessoas, seus gestos e as suas atribuições sociais. A situação social é definida como:

(...) um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento, qualquer lugar em que um indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os outros que estão ‘presentes’³³, e para quem os outros indivíduos são acessíveis de forma semelhante. (Goffman, [1964] 2002:17).

Assim, de acordo com essa visão, uma situação social pode emergir a qualquer momento, desde que tenha, no mínimo, dois indivíduos interagindo de forma mutuamente ratificada. Decorre disso que a situação social é cossustentada e os participantes estão constantemente obedecendo a regras socialmente organizadas, recriando essas regras e se monitorando uns aos outros.

A noção de enquadre, central no trabalho de Goffman, descreve os modos pelos quais o discurso se organiza e se orienta para aquilo que está acontecendo em uma interação. Sem o enquadre, nenhuma elocução (ou movimento, ou gesto) poderia ser interpretada (Garcez e Ribeiro, 2002). Portanto, o enquadre “refere-se à percepção de qual atividade está sendo encenada, de qual sentido os falantes dão ao que dizem” (Tannen e Wallat, [1987] 2002:189). Os participantes de uma interação vão modificando o seu modo de falar, quando não o que estão dizendo, em função da dinâmica interacional que vai se estabelecendo ao longo do

³³ Com o advento da, tecnologia em geral (TV, telefone, internet, entre outros), uma situação social pode ser estabelecida sem que os participantes da interação estejam fisicamente presentes.

encontro³⁴. Nessa dinâmica, as pessoas “identificam os enquadres em interação pela associação de pistas linguísticas e paralinguísticas – a maneira como as palavras são ditas – e não apenas pelo que as palavras significam” (Tannen e Wallat, [1987] 2002:192).

Os enquadres não só emergem de interações verbais e não-verbais, como são por elas constituídos e alterados. São, portanto, dinâmicos, posto que são negociáveis e modificados ao longo da interação.

Aliada à noção de enquadre, Goffman ([1979] 2002) traz a de *footing*, que representa o alinhamento que os indivíduos estabelecem para si e para os outros em uma situação (Tannen e Wallat, [1987] 2002). É o *footing* que sinaliza a maneira como os indivíduos gerenciam a produção e/ou a recepção das elocuições. Emergem na interação social e assim são negociados, ratificados (ou não), cossustentados e modificados.

A maneira como os participantes negociam a definição da situação e os seus comportamentos no contexto da interação está relacionada ao entendimento das estruturas de participação. Estas são entendidas como a relação dos participantes da interação com uma dada elocução em um determinado momento. Assim, a delimitação dessas estruturas é a base para a análise das mudanças de *footing*. As estruturas de participação se alteram à medida que constroem a interação.

A mudança de *footing* não só está relacionada à alternância de uma postura ou alinhamento. Quando o indivíduo realiza uma mudança de *footing*, não significa que o *footing* anterior tenha sido encerrado, ele pode apenas ter sido suspenso temporariamente, para um possível retorno posterior. Cada enquadre interativo reflete um *footing*. Portanto, os participantes de uma interação buscam ficar atentos aos sinais que delimitam ou contextualizam os enquadres, de forma a fornecer uma resposta adequada à situação e, assim, contribuir para a manutenção da situação social construída (Bateson, [1972] 2002).

Os indivíduos estão sempre buscando se construir em uma luz favorável ao participarem de interações na sociedade. É comum que, nessa tentativa de construção, os indivíduos mudem constantemente seus *footings* para se alinharem

³⁴ Por encontro, Goffman compreende um “empreendimento em orientação conjunta, ou comprometimento da face, em que duas ou mais pessoas em uma situação social ratificam conjuntamente umas às outras como cossustentadoras autorizadas de um único foco de atenção cognitiva”. (GARCEZ e RIBEIRO, 2002:260).

ao que o interlocutor está dizendo e, assim, projetarem uma imagem favorável de si mesmos.

Em nossa pesquisa, investigaremos como os entrevistados e eu contribuímos para a manutenção da nossa interação e de uma imagem favorável de nós mesmos, seja fornecendo enquadres, ou mudando *footings*.

Os pressupostos aqui discutidos norteiam nossa pesquisa, uma vez que nos alinhamos à ideia da situação social como coconstruída e cossustentada entre os participantes da interação. Entendemos a entrevista como uma interação com base nessa concepção.

Passaremos agora à discussão acerca dos estudos da narrativa e explicitaremos de que forma eles nos serão úteis em nossa pesquisa.

3.2. Narrativas

Narrar é um ato comum em nossa sociedade. Ao contar histórias, os indivíduos não apenas transmitem o sentido de quem são, mas também constroem relações com os outros e com o mundo que os cerca (Bastos, 2005). O princípio organizador da memória humana é narrativo (Bruner, 1997). Sendo assim, as histórias estão presentes nas diversas instâncias da nossa vida. Estudar essas histórias é uma forma de compreender a vida em sociedade (Bastos, 2005; Bastos e Biar, 2015).

Dentre as várias formas de se estudar a narrativa, destacamos os estudos pioneiros de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), que, ao investigarem narrativas produzidas em situação de entrevista, elaboraram uma estrutura dos componentes de uma narrativa. Embora tal estrutura esteja centrada em aspectos mais formais, constituem um importante instrumental de análise.

Passaremos agora à discussão do modelo laboviano e de suas contribuições ao nosso estudo.

3.2.1. A estrutura laboviana

Segundo Labov, a narrativa é um método de recapitular a experiência passada. Muitas são as formas de se falar sobre experiências passadas, mas nem todas as formas se configuram numa narrativa. Na visão dele, uma narrativa

precisa conter uma sequência verbal de orações com uma sequência temporal de eventos que (infere-se) realmente ocorreram. Além disso, uma narrativa precisa conter um ponto, isto é, precisa ser contável (possuir algum fato que o narrador julgue relevante que os outros saibam). A respeito disso, Bastos afirma:

O ponto é a razão de ser da narrativa, o motivo pelo qual ela é contada, o que normalmente está relacionado ao tópico da conversa. Já a qualidade de ser ‘contável’ – a denominada reportabilidade – diz respeito ao fato de ela se referir ao extraordinário (...) acontecimentos banais e previsíveis não se prestam a ser contados, não têm reportabilidade. (BASTOS, 2005:75).

Reportável é, pois, algo extraordinário. Se o evento é comum demais e não há violação da regra esperada, do comportamento esperado, então ele não é reportável. Sendo assim, o narrador presta-se a contar eventos que fogem ao cânone, ao comum. No entanto, essa noção do que é extraordinário não pode estar ligada apenas à nossa visão de mundo sobre o que se entende por extraordinário. Aquilo que é reportável pode estar associado a outros fatores, como os motivos que levaram o narrador a escolher determinados fatos e não outros para serem contados.

Labov (1997) associa a reportabilidade à credibilidade. Uma narrativa que faça referência a algum evento extraordinário demais pode ter pouca credibilidade. Sendo assim, os narradores precisam equilibrar a reportabilidade com a credibilidade, ou oferecer evidências na história que possibilitem tal credibilidade.

Para a análise da narrativa, Labov apresenta uma estrutura composta por vários elementos retóricos, além de início, meio e fim. São eles: resumo, orientação, ação complicadora, avaliação, resolução e coda.

O resumo (*abstract*, nos termos do autor) é um sumário da história, uma pequena prévia dos eventos que compõem a narrativa. Ao iniciar uma história, o contador pode resumir os eventos que se seguirão. Tem também função interacional de reivindicar espaço para contar a história.

A orientação (*orientation*) serve para situar a história, para que seja identificado o lugar onde ela ocorreu, as pessoas que dela participaram, ou quando ela aconteceu.

Ação complicadora é a sequência temporal dos fatos enunciados, são os eventos que ocorreram, normalmente construídos com os verbos no passado.

A avaliação (*evaluation*) é o ponto máximo da narrativa, a sua razão de ser. É o porquê de a história ter sido contada. Com a avaliação, o narrador indica como ele quer ser entendido e qual é o ponto de sua história (Riessman, 1993). Bastos considera que a avaliação é:

o mais complexo, e certamente o mais fascinante, elemento da estrutura narrativa identificado por Labov (...), que contém informação sobre a carga dramática ou o clima emocional da narrativa e que é usada para indicar o seu ponto. Também essa sinalização de clima emotivo é um fator de reportabilidade (BASTOS, 2005:76).

Labov apresenta dois tipos de avaliação: a avaliação externa e a encaixada. Bastos (2005) explica que, por meio da avaliação externa, o narrador interrompe a narrativa e se volta para o interlocutor, explicitando o ponto da narrativa, explicando o porquê de suas ações e/ou emoções em relação aos eventos contados. Na avaliação encaixada, o narrador pode comunicar ao ouvinte a sua avaliação sem interromper a história, fazendo uso de recursos discursivos, como intensificadores lexicais (“muito”, “demais”), fonologia expressiva (alongar vogais; acelerar ou diminuir o ritmo da fala, aumentar ou diminuir o tom da voz), repetições, entre outros.

A resolução (*result* ou *resolution*) apresenta o que aconteceu após as ações complicadoras. A coda marca o fim da narrativa e também pode trazer a conversa de volta para o tempo presente.

Entretanto, para que uma experiência se configure em uma narrativa, esses elementos não precisam aparecer na ordem colocada e tampouco é necessário que todos apareçam. Mas, segundo a estrutura laboviana, é imprescindível que os eventos sejam narrados com verbos no passado e que apresentem o elemento central e a presença da(s) ação(ões) complicadora(s). Sem estas, não há narrativa.

Labov sintetiza esses elementos em cinco perguntas:

- a) *Abstract*: What was this about? (Sobre o quê?);
- b) *Orientation*: Who, when, what, where? (Quem, quando, o quê, onde?);
- c) *Complication Action*: Then what happened? (O que aconteceu?);
- d) *Evaluation*: So what? (E então? E daí?);
- e) *Result*: What finally happened? (O que finalmente aconteceu?).

Explicitar tais perguntas se faz importante em nosso estudo, uma vez que elas orientam a análise das narrativas dos manifestantes entrevistados. É por meio dessa estrutura que identificaremos as narrativas. Com o uso dos conceitos de

ponto e de avaliação, buscaremos compreender o que os entrevistados tornam relevante em suas histórias e que identidades reivindicam em nossa interação.

A estrutura proposta por Labov para a análise das narrativas é amplamente criticada. Para outros estudiosos da narrativa (a exemplo de Riessman, 1993), ao focar na sequência de eventos, Labov priorizaria mais a relação entre as sentenças do que a interação entre os indivíduos quando uma história está sendo contada. Com isso, em seus estudos, a narrativa acaba sendo tratada como uma estrutura autônoma e descontextualizada, o que limitaria a possibilidade de se usá-la para entender a sociedade, o mundo que nos cerca (Bastos, 2005).

Alguns autores revisaram e ampliaram elementos da estrutura laboviana. A exemplo disso, temos De Finna (2010), que, ao analisar narrativas de deslocamento de imigrantes mexicanos para os Estados Unidos, trata da orientação, observando a vagueza no provimento de detalhes que essas narrativas trazem. Os dados analisados pela autora trazem elementos de orientação muito vagos, nos quais os narradores parecem ter dúvidas acerca de detalhes sobre o tempo e o espaço em suas histórias. No entendimento da autora, essa vagueza no provimento de detalhes de orientação é acompanhada por indicadores linguísticos de falta de agenciamento e de perda de controle das ações, posto que a experiência vivida pelos narradores é construída de modo a colocá-los como aqueles que sofreram as ações, enquanto os atores reais das ações são apagados. Para ela, a perda de controle das ações em relação ao movimento que caracteriza o atravessamento de fronteiras desses imigrantes que participaram de sua pesquisa é explicitado na vagueza das orientações de tempo e de espaço.

Apesar das críticas, os estudos de Labov abriram caminho para a pesquisa em narrativa nos estudos linguísticos (Bastos, 2005). E, aplicados em interface com outras teorias sociais, constituem um importante instrumental de análise de narrativas.

Posto isso, salientamos que, em nosso estudo, analisaremos as narrativas fazendo uso da estrutura laboviana em interface com outras teorias que concebem a narrativa como forma de organização da experiência humana e possibilitam a construção do conhecimento sobre quem somos na vida social (Bruner, 1997; Moita Lopes, 2001; Bastos, 2005). Integramos-las com as teorias que concebem as identidades como práticas discursivas, mutáveis e situadas (Moita Lopes, 2001,

2003; Bauman, 2005, 2007) nas interações, para investigarmos que identidades os entrevistados tornam relevantes em suas histórias.

Apresentamos, aqui, os aspectos que constituem uma narrativa, segundo Labov (1972), e de que forma faremos uso desses aspectos em nossa dissertação. Passaremos agora à discussão da narrativa como forma de organização da experiência humana e de construção do mundo que nos cerca.

3.2.2.

Narrativa: ampliando entendimentos

As narrativas têm importante papel na sociedade. Elas funcionam como instrumento de organização do discurso, o que possibilita a construção do conhecimento sobre quem somos na vida social (Moita Lopes, 2001). Dessa forma, quando os indivíduos contam uma história, eles demonstram também como entendem esses eventos e que significado(s) lhes atribuem (Riessman, 2003).

Bruner (1997) entende que a narrativa é uma forma de organização da experiência humana. Para ele, a narrativa possui uma sequencialidade inerente, não depende da condição de ser verdadeira ou falsa e depende de situações envolvendo atores e um drama. A partir da organização sequencial dos eventos situados em determinados contextos os indivíduos organizam suas experiências e memórias dos acontecimentos.

O significado dos eventos contados não lhes é próprio, mas é dado pelo lugar que tais eventos ocupam na configuração geral da sequência como um todo.

Sendo uma construção dos indivíduos, o significado não é fixo, muito menos universal; ele é fluido e contextualizado, pois é fruto de um processo de interação que envolve não só os interlocutores, mas o analista também (Riessman, 2003). Com isso, devemos observar o significado construído na narrativa como uma representação parcial e selecionada da realidade.

Para Schifffrin (1994), os significados são construídos ao longo de uma interação por meio da linguagem e são contextualizados, isto é, linguagem e contexto constituem um ao outro. Ela (a linguagem) não se dá apenas em contexto, mas também forma e providencia esse contexto. Dessa forma, o contexto é construído interacionalmente e é dentro dele próprio que se encontram os significados, as possíveis explicações pelas quais os indivíduos se comportam

de determinada forma e não de outra. Portanto, o significado de uma interação é situado.

Em Labov (1972), o critério da sequencialidade é de suma importância, uma vez que, na visão dele, a ordem dos eventos precisa seguir uma linearidade, que, se alterada, provocaria uma mudança na interpretação semântica original. Desse modo, a proposta de Labov baseia-se “no tempo do relógio, no qual a sequência de episódios no mundo real precisa ser acompanhada pela sequência de orações como de fato elas aparecem na descrição narrativa que representa aquele mundo” (Mishler, 2002:99). Nessa perspectiva, se uma oração não respeita esse padrão, então não é narrativa.

Sobre isso, Mishler afirma que:

(...) embora seja um critério necessário, a ordem temporal não é suficiente, especialmente se quisermos fazer uma distinção maior entre sequências de eventos que são meramente listas e sequências que são histórias. Isto é, uma narrativa deve ser mais do que uma coisa depois da outra. Alguma forma de conexão significativa entre os episódios se faz necessária para que os ouvintes/leitores e os analistas reconheçam um trecho de fala ou texto como um todo com contornos definidos, ou *gestalt*, com início, meio e fim, que, tomados em conjunto, têm um propósito. (MISHLER, 2002:98).

Assim, uma narrativa não é apenas uma sequência de eventos ordenados temporalmente, nem fatos delineados com início, meio e fim. É preciso que, entre os eventos, exista uma conexão significativa, algo que revele a importância que esses fatos assumem para que sejam dignos de serem contados. Resumindo, esses eventos precisam ter algum propósito, quando tomados em conjunto. As narrativas contadas pelos manifestantes entrevistados em nosso estudo assumem grande relevância, uma vez que demonstram como eles atribuem significado à repressão policial vivenciada nos protestos.

Os participantes de uma interação também podem fazer uso da narrativa ao contar um evento passado para afirmar um determinado ponto de vista ou fornecer uma moral acerca de determinado assunto (Riessman, 1993).

Contar uma história é também criar um *self*. Isto é, quando contamos uma experiência vivida, projetamos como gostaríamos de ser vistos pelos outros (Riessman, 1993). É nesse sentido que uma narrativa é, inevitavelmente, uma

representação do nosso *self* (Goffman, 1959). Tal questão refere-se à nossa construção identitária³⁵.

Tendo isso em mente, é preciso entender o passado como uma reconstrução seletiva. As experiências são narradas de diferentes formas, por diversos narradores, de acordo com o contexto, com os valores e os interesses de cada narrador. Com isso, as narrativas podem ser concebidas como recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças e eventos (Bastos, 2005). Então, ao contarmos um história, selecionamos os eventos que serão narrados e, normalmente, excluimos as experiências que poderão afetar as identidades que estamos reivindicando na interação (Riessman, 1993).

Dentro dessa seleção de eventos, é preciso destacar que o indivíduo, ao falar sobre sua experiência passada, é guiado pelo filtro das emoções, o que o leva a constantemente transformar e recriar essa experiência. Os eventos vão se reconfigurando e sendo reinterpretados à luz de novas experiências e novos contextos (Moita Lopes, 2001). Sobre isso, Bastos coloca:

É nesse sentido que, cada vez que contamos uma estória, podemos estar tanto transformando nossas lembranças, quanto solidificando determinadas interpretações e formas de relatá-las. Essas interpretações e formulações discursivas muitas vezes passam a ser a nossa memória do que aconteceu. Quando contamos histórias, estamos, enquanto narradores, recriando o contexto do evento narrado, ou seja, criando um mundo da narrativa, localizando-o no tempo e no espaço, introduzindo personagens, suas ações e falas. (BASTOS, 2005:80).

Tal questão coloca a narrativa muito mais como uma construção social do que uma representação do que aconteceu, tendo em vista que contamos uma história em função do contexto no qual estamos inseridos (quando, onde e para quem se fala).

Dentro dessa perspectiva, “o passado não está gravado em pedra e o significado dos eventos e experiências está constantemente sendo re-enquadrado dentro dos contextos de nossas vidas correntes e em curso” (Mishler, 2002:105). Tal característica refere-se ao que Mishler (2002) chama de “a mão dupla do tempo”; ou seja, quem conta uma história lança um “olhar retrovisor desde o presente” e organiza o seu enredo tendo em vista um todo, o modo como a história termina, assim como a “situação em que os contadores se encontram depois de

³⁵ Questão a ser aprofundada em 3.3. Narrativas e Construções Identitárias.

algo que lhes aconteceu no passado”. Sendo assim, contar uma história é um modo de criar a realidade social (Moita Lopes, 2001).

Com essas considerações, entendemos que as narrativas dos manifestantes entrevistados partem da forma como eles organizam e significam suas experiências nas manifestações, buscando uma construção de si mesmos sob uma luz favorável. Suas narrativas também funcionam como forma de afirmar seus respectivos pontos de vista acerca da violência policial.

3.2.3.

A narrativa na visão socioconstrucionista do discurso

A visão socioconstrucionista do discurso enfatiza a sua natureza social. O significado, nessa concepção, é construído pela ação em conjunto de participantes envolvidos em práticas discursivas, situados na história, na cultura e na instituição (Moita Lopes, 2001). Segundo essa visão, três características são fundamentais para o estudo do discurso: é dialógico, situado e constitutivo da vida social.

O caráter dialógico do discurso faz referência ao fato de que não há discurso sem interlocução; isto é, toda palavra se dirige a alguém.

Sobre o dialogismo, Bakhtin coloca que “nossa fala, isto é, nossos enunciados³⁶ estão repletos de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação” (2003:314). Isto significa que todo enunciado constitui um elo numa cadeia infinita de enunciados que vão sendo construídos à medida que os indivíduos participam de interações. Temos então que “as palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos” (Bakhtin, 2003:318), a fim de atribuir novos significados a elas em função dos diversos contextos nos quais estamos inseridos.

O dialogismo de uma narrativa também se refere aos “traços de ‘apoio’ que o interlocutor fornece ao contador da estória – por exemplo, sinais de retroalimentação como ‘uhum’, ‘tá’, ‘sei’ (...), pedidos de esclarecimento; pedidos de confirmação etc” (Ribeiro, 1996:44).

Com essas considerações, é possível compreender o discurso não como uma formação que se dá num plano individual, mas como um elo na cadeia de vários discursos, várias vozes que circulam na sociedade.

³⁶ Unidade básica da comunicação verbal.

O discurso é situado, uma vez que “não há discurso que ocorra num vácuo social” (Moita Lopes, 2001:58). Ou seja, todo discurso está situado em um contexto sócio-histórico.

Por fim, o discurso é constitutivo da vida social, pois ele “é ação através da qual os participantes discursivos se constroem, constroem os outros e, portanto, constituem o mundo social” (Moita Lopes, 2001:59). Sendo as narrativas práticas discursivas, elas são, portanto, uma forma de criar a realidade.

Observamos que entender o discurso com base nessas três categorias amplia a compreensão daquilo que acontece em uma interação social. Posto que a dialogicidade e a situacionalidade exercem influência naquilo que é dito ou que não é dito nas interações, os manifestantes entrevistados constroem suas narrativas em função da forma como nossa interação é desenhada.

Passaremos agora à discussão da forma como as identidades são construídas via narrativa.

3.3. Narrativas e construções identitárias

Se, ao contarmos uma história, construímos um mundo, num determinado tempo e lugar, no qual circulam pessoas, ao criar esse universo narrativo, estamos mostrando quem somos, ou dimensões de quem somos e quem são os demais personagens dessas histórias. Nesse sentido, Bastos esclarece que:

Se compreendermos identidade como uma construção social, que envolve um processo dinâmico e situado de expor e interpretar quem somos, o relato de narrativas revela-se um lócus especialmente propício a essa exposição (...) Ao contar estórias, estamos situando os outros e a nós mesmos numa rede de relações sociais, crenças, valores; ou seja, ao contar estórias, estamos construindo identidades (2005:81).

Tal questão corrobora a natureza constitutiva do discurso narrativo. Narrar é também uma forma de construir identidades. Entender a identidade como uma construção, é concebê-la numa perspectiva não essencialista. Os indivíduos não recebem uma identidade quando nascem. Eles a constroem nas interações das quais fazem parte (Bauman, 2005).

Após o início do processo de globalização, na ótica de Bauman, a identidade poderia ser comparada a um quebra-cabeças no qual se tem várias peças, mas nunca a imagem final que elas formam. Nesse sentido, não se pode ter

certeza de que as peças escolhidas são as certas e, também, não se pode ter certeza de que a figura montada é a certa. Tal comparação refere-se ao caráter mutável das identidades. Essa mutabilidade se insere no que Bauman (2007) chama de sociedade líquido-moderna, em que as condições sob as quais agem seus membros mudam em um tempo mais curto do que aquele necessário para que as formas de agir se consolidem como hábitos e rotinas. Em uma sociedade desse tipo, as realizações individuais não podem solidificar-se em posses permanentes, pois, em pouco tempo, tudo pode mudar. O que é hoje pode não o ser mais amanhã. Em tal contexto, um indivíduo passa a ser constituído por múltiplas faces, em função da constante mudança do meio em que vive. Levando isso em consideração, um mesmo indivíduo pode construir inúmeras identidades, de acordo com os ambientes nos quais circula.

Sobre as identidades, Moita Lopes (2003) cita Gee (1990), para quem cada indivíduo é membro de muitos discursos e cada um desses discursos representa um das múltiplas identidades existentes nesses indivíduos. Dessa forma, um mesmo sujeito pode dispor de vários discursos diferentes, de acordo com as inúmeras situações em que se encontrar, o que denota as ‘multifaces’ que um indivíduo pode ter, as suas múltiplas identidades. Isso não quer dizer que alguém seja falso por possuir muitos discursos, mas, sim, que a vida é entrecortada por múltiplas identidades e é preciso transitar entre elas de acordo com as práticas sociais nas quais nos envolvemos (Moita Lopes, 2003). Por exemplo, um mesmo indivíduo pode ser pedreiro, analfabeto, jovem, casado, cristão etc. Todas essas características representam traços identitários deste indivíduo, dos quais ele lançará mão em maior ou menor intensidade, construindo-se de forma diferente, e por vezes até contraditória, nos vários discursos em que circula.

Conforme já apontamos, o discurso envolve a ação humana com relação a alguém em algum contexto, isto é, envolve alteridade e situacionalidade. Dessa forma:

Todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores. (MOITA LOPES, 2003:19).

Assim, a identidade de uma pessoa é construída em sociedade, e o meio social em que este indivíduo vive e as suas interações sociais terão influência em sua forma de se construir. Essa construção é dialógica, pois, na medida em que o sujeito se constrói em interações sociais, ele também contribui para a construção da identidade de outros via discurso.

Dado o dinamismo das interações e dos contextos nos quais cada indivíduo circula, alguns traços identitários podem se tornar mais relevantes do que outros, o que revela o caráter mutável das identidades. Revela, também, a forma como os indivíduos gerenciam as impressões que transmitem aos seus interlocutores para se construir e manter uma imagem favorável de si mesmos diante dos outros (Goffman, [1959] 2008).

Em nossa pesquisa, observaremos as identidades que os manifestantes entrevistados tornam relevantes em nossa interação ao narrar suas experiências. Uma vez que faço parte do mesmo contexto que eles – que, em certa medida, dividimos as mesmas crenças e vivenciamos, por vezes, os mesmos eventos –, algumas identidades por eles reivindicadas os projetam, de forma específica, numa luz favorável diante de mim, outra ativista.

3.3.1. O Outro e as construções identitárias

A identidade também pode ser concebida com base na diferença. Nessa perspectiva, Silva (2000) entende que a identidade é simplesmente aquilo que se é; por exemplo: “sou branco”. Neste sentido, é autônoma, independente, e concebida numa positividade (aquilo que alguém é). Já a diferença, em oposição à identidade, é aquilo que o outro é (“ela é branca”).

A identidade e a diferença estão, nessa abordagem, em uma estreita relação de dependência. De modo que as afirmações acerca de alguma identidade só fazem sentido se compreendidas em sua relação com a diferença. Quando afirmamos que somos algo – por exemplo, que “somos brasileiros” –, estamos negando outras identidades (não somos argentinos, ou mexicanos, e assim por diante). Sendo assim, identidade e diferença são inseparáveis (Silva, 2000).

Ao relacionarmos a identidade com a diferença, a identidade torna-se relacional, isto é, ela não pode ser concebida fora dos sistemas de significação nos quais adquire sentido. A diferença é estabelecida por uma marcação simbólica

relativa a outras identidades. Essa marcação é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem se inclui. É, pois, por meio dessa classificação que as diferenças são vividas na sociedade, uma vez que tal classificação mostra como as relações sociais são divididas em pelo menos dois grupos em oposição: nós e eles (Woodward, 2000).

A ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre “locais” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsiders*). A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem são relegados ao status de “forasteiros”, de acordo com o sistema social vigente, garante um certo controle social. A classificação simbólica está, assim, intimamente associada à ordem social vigente, garante um certo controle social. (...) A produção da identidade do “forasteiro” tem como referência a identidade do “habitante local”. Como foi sugerido no exemplo das identidades nacionais, uma identidade é sempre produzida em relação a uma outra, isto é, relativamente ao que não é (WOODWARD, 2000:46).

Com essas considerações, reafirmamos o caráter relacional da identidade e da diferença. Reafirmamos, também, o caráter excludente da afirmação da identidade e a marcação da diferença, pois tal classificação implica as operações de incluir e excluir, significa demarcar fronteiras, fazer distinções, declarar quem pertence (os habitantes locais) e quem não pertence (os forasteiros). Vista dessa forma, a identidade está ligada a uma separação entre ‘nós’ e ‘eles’.

Esse processo de classificação – que, conforme já dissemos, pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos e classes – também está ligado a uma hierarquização, já que essas classificações não são, necessariamente, simétricas. Fixar uma determinada identidade como norma é uma forma de hierarquizar as identidades e as diferenças. Normalizar significa eleger uma identidade, de forma arbitrária, como parâmetro em relação ao qual as outras identidades serão avaliadas. Nessa concepção, aquilo que é considerável aceitável e desejável é inteiramente dependente daquilo que é rejeitável. A identidade depende da diferença, uma vez que “a identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido” (Silva, 2000:84).

A marcação da diferença também leva a dualismos pelos quais a diferença se expressa em termos de oposições cristalinas (brancos *x* negros). Os autores que

criticam essa oposição³⁷ argumentam que os termos que a compõem recebem uma importância diferencial, de forma que um dos elementos da dicotomia é sempre mais valorizado ou mais forte do que o outro. Nesse sentido, na relação *nós x eles*, aqueles que pertencem ao ‘*nós*’ são vistos de forma superior àqueles que fazem parte do ‘*eles*’. Em nosso estudo, a construção dessa dicotomia se estabelece na oposição manifestantes *versus* policiais, em que os manifestantes são construídos, durante as entrevistas, como detentores da razão em diversas instâncias, ao passo que os policiais são construídos de forma negativa.

Podemos observar a marcação dessa dicotomia na construção das identidades coletivas. Para Snow (2001:3), a identidade coletiva refere-se ao compartilhamento de um senso comum de ‘*nós*’ (*we-ness*), isto é, quando os indivíduos se sentem pertencentes a uma coletividade. Tal pertencimento é ancorado em atributos reais ou imaginários compartilhados e em experiências entre aqueles que compõem a coletividade em relação ou em contraste a um ou mais grupos de ‘*outros*’. Isso quer dizer que o sentimento de pertencimento a uma coletividade também traz uma ideia de contraste. Quem pertence *versus* quem não pertence.

Sobre isso, Duszak (2002) aponta para a distinção que fazemos entre o “*nós*” e os “*outros*”. Segundo a autora, essa distinção se desenvolve naturalmente, tendo em vista que costumamos nos aproximar de pessoas com as quais temos afinidades, enquanto nos afastamos daquelas que são diferentes de nós. Com base em nossas crenças, valores, estilos de vida, experiências e expectativas, nos aproximamos ou nos distanciamos dos grupos sociais, o que proporciona afiliação/inclusão (*ingroupness*) ou não-afiliação/exclusão social (*outgroupness*).

Além da identidade coletiva, Snow (2001) também salienta a identidade pessoal e a social, que nos constroem como indivíduos. Apesar desses três tipos de identidade se interconectarem, uma não pode ser inferida de acordo com a posição da outra. Ele explica que as identidades sociais são atribuídas a alguém a fim de situar este alguém em um determinado espaço social. Ela é, tipicamente, fundamentada no estabelecimento de papéis sociais, como ‘professor’, ‘pai’, ou em categorias sociais mais amplas, como gênero, etnia, nacionalidade. Essas identidades funcionam como pistas de orientação para os indivíduos na interação.

³⁷ A esse exemplo, conferir Derrida (1971), que argumenta que a relação entre os dois termos de uma oposição binária envolve um desequilíbrio necessário de poder entre eles.

As identidades pessoais são aquelas que atribuímos a nós mesmos como autodesignações, que nos distinguem como pessoa.

Para distinguir as identidades coletivas das sociais e pessoais, Snow (2001) aponta cinco fatores de distinção. São eles: 1) as identidades coletivas podem ou não ser incorporadas em identidades sociais existentes, pois estão sempre em desenvolvimento, como no caso das identidades coletivas que surgem no curso de eventos dinâmicos de protesto social; 2) o senso coletivo de nós é animado e mobilizado cognitivamente, emocionalmente e, por vezes, moralmente, o que gera um senso de “agência coletiva” – quando os indivíduos agem numa coletividade, em função das ideias que compartilham; 3) a emergência de identidades coletivas significa que outras identidades sociais são tidas como menos relevantes para o determinado momento; 4) as identidades coletivas são abraçadas pelos indivíduos como parte de suas identidades sociais; 5) identidades coletivas tendem a ser mais fluidas, provisórias e transitórias do que as identidades sociais e pessoais.

Sendo assim, as identidades coletivas, nessa perspectiva, além de possibilitarem uma distinção entre ‘nós’ e ‘eles’, estabelecendo distinções excludentes, ainda contribuem para a ação coletiva, isto é, levam os indivíduos a agirem coletivamente em função das ideias/experiências que compartilham.

Em nossos estudos, os policiais são construídos num binarismo que os opõe aos manifestantes. Eles são, pois, os outros, os *outsiders*, que, por não pertencerem ao grupo dos manifestantes (*outgroupness*), são vistos com desconfiança, como inimigos.

4. Aspectos Metodológicos

No presente capítulo, discorreremos acerca dos pressupostos teórico-metodológicos que orientam esta dissertação. Discutiremos a natureza da pesquisa, apresentando a perspectiva epistemológica com a qual nos alinhamos. Em seguida, passaremos aos procedimentos metodológicos, que incluem a entrevista na pesquisa qualitativa, a descrição do contexto da pesquisa, dos participantes e a relação da pesquisadora com o objeto em estudo. Por fim, faremos a descrição do processo de geração dos dados e dos procedimentos para a análise.

4.1. O posicionamento epistemológico

De um ponto de vista macrossocial, nossa pesquisa se insere nos estudos que discutem as manifestações populares na contemporaneidade. As Jornadas de Junho são parte desses movimentos populares. Ao observarmos as construções identitárias dos manifestantes desse período por meio de uma análise discursiva, elegemos, no entanto, o micro, como ponto de partida para gerarmos entendimentos acerca da forma como os indivíduos se engajam e se constroem dentro dos movimentos populares na contemporaneidade.

Para o desenvolvimento de tal objetivo, nos alinhamos à perspectiva qualitativa interpretativista de pesquisa social. O termo qualitativo implica na ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não foram experimentalmente mensurados, em termos quantitativos, como intensidade, frequência e quantidade (Denzin e Lincoln, 2000). Dentro desse tipo de pesquisa, assumimos uma perspectiva epistemológica socioconstrucionista, que frisa a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e seu objeto de estudo e as limitações situacionais que influenciam a investigação, a exemplo de Moita Lopes (2001, 2003).

Nessa perspectiva, os pesquisadores procuram respostas para questionamentos que problematizam o *como* a experiência social foi criada e significada. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se opõe à tradição quantitativa,

que enfatiza a mensuração do objeto em estudo e a análise das causas do problema, dando ênfase às variáveis e não ao processo de construção do problema em si. Ao contrário, o olhar qualitativo para o objeto “envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (Denzin e Lincoln, 2006:17). A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos, como estudo de caso, experiência pessoal, história de vida, entrevistas, entre outros. Tais materiais descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. A pesquisa de base etnográfica se configura em uma ferramenta para a geração desses materiais. Os pesquisadores dessa área utilizam diversas práticas interpretativas interligadas, na tentativa de tornar mais compreensível os mundos das experiências que investigam. Portanto, nessa ótica, toda pesquisa é interpretativa (Denzin e Lincoln, 2006).

Enquanto pesquisa interpretativista, nosso estudo está em consonância com duas características cruciais desse tipo de estudo: a ideia de que o saber científico não é uma verdade universal; é uma produção, o que coloca o produto da pesquisa como parcial, incompleto e provisório; e a concepção de que o pesquisador está intimamente comprometido com o ato da pesquisa que produz, o que desestabiliza as noções de neutralidade e imparcialidade em uma pesquisa.³⁸

Tais características entram em conflito com a perspectiva positivista, que traz a neutralidade e a imparcialidade do pesquisador como elementos vitais do processo científico. Apesar desse conflito, a pesquisa qualitativa interpretativista não perde o seu caráter científico, uma vez que prima pela relação que existe entre as escolhas epistemológicas do pesquisador e as implicações éticas dessas escolhas. Nesse sentido, é necessário que o método seja rigoroso no desenvolvimento trilhado pelo pesquisador e em sua reflexividade acerca de seu papel nesse processo. Por esse motivo, reforçamos a importância de se compreender que, dentro da perspectiva interpretativista, a pesquisa é permeada

³⁸ Essa é uma questão já muito discutida nos estudos em Ciências Humanas. Uma vez que o pesquisador escolhe algum determinado caso para estudo, ele delimita esse objeto. Sendo assim, manter a distância desse objeto para alcançar resultados genuínos, neutros, livres de subjetividade, como deseja a pesquisa de cunho Positivista, torna-se inviável, já que o pesquisador, inevitavelmente, faz parte de sua pesquisa.

pela subjetividade do pesquisador, ou seja, é preciso que este se perceba como intimamente comprometido com sua pesquisa. Nesse sentido, a produção do conhecimento sobre a sociedade passa a ser concebida como objetivamente relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa (Velho, 2008 [1981]).

4.2.

A entrevista na pesquisa qualitativa

A entrevista de pesquisa já foi concebida de inúmeras formas ao longo da história. Aqui nos alinhamos à perspectiva contemporânea, que a entende como um evento interacional, no qual há coconstrução de significados. Mishler (1986) afirma que um entendimento adequado acerca das entrevistas depende do reconhecimento de como os entrevistadores reformulam questões e de como os entrevistados formulam respostas, baseados em seus entendimentos recíprocos dos significados que emergem no curso da entrevista.

Os estudos tradicionais entendem a entrevista como uma transmissão de informações do entrevistado para o entrevistador (Gubrium e Holstein, 2003). Nesse tipo de perspectiva, os papéis dos participantes são previamente fixados de forma rígida. Ao entrevistador cabe fazer as perguntas que visam ‘extrair’ dos entrevistados relatos ‘autênticos e corretos’. Ele é tido como o condutor, aquele que faz as perguntas e, assim, direciona os tópicos conversacionais. Para tanto, se faz necessário assumir uma postura neutra, para garantir a validade científica da pesquisa e não influenciar nas respostas do entrevistado. Este, por sua vez, é entendido como um repositório de fatos e experiências que o entrevistador pode acessar por meio de perguntas cuidadosamente formuladas. Aqui, portanto, temos uma relação assimétrica: o entrevistador é aquele que exerce o poder na entrevista, que a conduz.

No entanto, uma diminuição dessa assimetria colaboraria para uma coconstrução dos significados das coisas que são ditas na entrevista. Isso se torna relevante para uma pesquisa quando o interesse está no entendimento dos esforços que os entrevistados fazem para a construção de mundos coerentes e razoáveis de significados que dão sentido às suas experiências (Mishler, 1986).

Pesquisadores (Gubrium e Holstein, 2003, e Silverman, 2001) têm buscado essa simetria para analisar a relação entre entrevistador e entrevistado, buscando uma participação mais ativa e engajada deste dentro da entrevista.

Quando o entrevistado se faz empoderado, isto é, quando também participa da condução da entrevista, temos um processo contínuo de construção das subjetividades e dos significados e não uma sequência de perguntas e respostas. Sendo assim, “deixar que a voz do entrevistado seja ouvida é importante, assim como examinar que voz é essa: se da família, da instituição em que trabalha, de si próprio, do meio no qual se circula de amigos, da sociedade, de tudo isso junto” (Rollemberg, 2013). E todas essas vozes surgem dentro da entrevista.

Segundo Mishler (1986), para trazer a voz do entrevistado à pesquisa, o entrevistador deve planejar a sua entrevista com perguntas que permitam ao falante produzir narrativas ao relatar suas experiências. Perguntas abertas, de caráter semiestruturado – como, por exemplo: “E então, o que aconteceu?” –, incentivam o participante a relatar sua experiência, estruturando essa experiência em forma de enredos. Com isso, o entrevistado passa a ter condições de falar com ‘sua própria voz’, tornando-se empoderado. Nesse processo, o entrevistador torna-se o responsável por permitir a expressão do entrevistado, e a entrevista, um evento no qual entrevistador e entrevistado são agentes. No entanto, suas ações e escolhas não são livres, elas são influenciadas pelo contexto da interação, o que inclui aspectos macrosociais. Os indivíduos dizem o que dizem tendo em vista para quem e de onde falam.

Os participantes da entrevista constroem sentidos e versões da realidade durante a interação (Gubrium e Holstein, 2003), e os significados ali construídos fazem parte do contexto em questão. Essa (re)construção da realidade auxilia na compreensão de quem são os entrevistados e de como se posicionam no mundo que os cerca.

Para além de um procedimento de pesquisa, na contemporaneidade a entrevista é, também, um aspecto constitutivo e integral da vida cotidiana (Gubrium e Holstein, 2003). Conforme Silverman (2001) aponta, vivemos numa sociedade de entrevistas. Tornou-se comum o responder a perguntas, o falar sobre a vida pessoal, seja para amigos numa roda de conversa, seja para pesquisas de opinião ou em consultórios médicos. A todo momento, os indivíduos são solicitados a responder a perguntas. Dessa forma, a entrevista de pesquisa é mais um desses contextos nos quais as pessoas são solicitadas a falar de si mesmas (Silverman, 2001 *apud* Rollemberg, 2013).

Do ponto de vista interacional, a entrevista pode ser entendida como uma atividade de fala, no qual entrevistador e entrevistado coconstroem discursos, monitorando, mutuamente, as falas uns dos outros, o que implica em uma coconstrução de significados, independentemente das posições de simetria/assimetria que ocupam (Mishler, 1986). Para interpretarmos essa coconstrução, é necessário observarmos que, como uma atividade de fala, uma entrevista está intimamente relacionada a toda uma situação, desta vez, micro-instanciada: quem fala; para quem fala; em qual contexto. Posto isso, o discurso em uma entrevista é construído pelo entrevistador e pelo entrevistado. O que é dito ali “é uma construção situada, [mas também] relacionada com outras pessoas, outras situações e outras relações além daquelas que estão em jogo no evento em questão, isolado” (Rollemberg, 2013:43).

Ainda se faz importante destacar que, sendo a entrevista um processo de coconstrução de sentidos, ela possibilita (re)construções singulares de processos identitários (Gubrium e Holstein, 2003). Nesse contexto, entrevistador e entrevistado negociam as identidades sociais ao formularem perguntas e respostas.

Em nossa dissertação, visamos analisar, centralmente, as narrativas que foram produzidas no contexto de entrevista. É válido destacar que a análise de como e o que os indivíduos narram durante as entrevistas de pesquisa remete a estruturas socioculturais mais amplas, ao universo social no qual os participantes transitam (Bastos e Santos, 2013). Sendo assim, ao assumirmos tal perspectiva, nos alinhamos à concepção de entrevista como um evento discursivo de natureza dinâmica e dialógica. Com isso, “o valor dos dados de uma entrevista reside [...] em como os significados são construídos” (Gubrium e Holstein, 2003:33) e negociados por todos os participantes, tendo em vista as posições que ocupam no processo.

4.3. A dimensão autoetnográfica da pesquisa

A pesquisa etnográfica apresenta e traduz a prática da observação, da descrição e da análise das dinâmicas interativas e comunicativas do modo de vida de uma determinada unidade social. Trata-se de um importante viés da pesquisa qualitativa. Possibilita a geração de dados empíricos para a pesquisa. Embora

nossa pesquisa não se configure como uma etnografia clássica³⁹, partimos dos aspectos citados acima para gerar os dados do presente estudo.

Entretanto, a minha relação com o objeto de pesquisa é diferente daquela clássica, na qual os etnógrafos se inserem numa dada cultura para observá-la e descrevê-la objetivando recuperar uma perspectivaêmica. Como participante do contexto pesquisado, torno-me parte da pesquisa. Nesse sentido, o estudo assume uma dimensão autoetnográfica, ou seja, trata-se de um tipo de etnografia centrada nas vivências do próprio sujeito que pesquisa em seu contexto social (Bossle e Molina Neto, 2009); quando o etnógrafo, ao pesquisar o outro, é envolvido na pesquisa de si próprio (Duarte & Gomes, 2008 *apud* Oliveira, 2013). Um pesquisador desse tipo busca a apreensão da complexidade social do mundo onde vive, interage e que dá sentido à sua cultura e à sua vida (Ellis, 2004).

Berger e Ellis (2002) afirmam que a autoetnografia é um estilo de escrita e de pesquisa autobiográfico, que conecta a experiência pessoal com a cultural. Na visão desses autores, um autoetnógrafo não apenas observa o mundo à sua volta, mas, também, examina suas percepções internas e sentimentos acerca de seu lugar nesse mundo. Desse modo, a autoetnografia possibilita a aproximação do sujeito que pesquisa ao lidar com os próprios impulsos, sentimentos e emoções em relação ao seu objeto de pesquisa e à sua própria cultura. (Bossle e Molina Neto, 2009).

Um estudo desse tipo permite que o pesquisador descreva e reflita sobre a sua própria prática, posto que o sujeito que interpreta é o mesmo que expressa o significado e é o autor da investigação (Reed-Dahaney, 1997). Sendo assim, a autoetnografia destaca as vivências e memórias do pesquisador, aliadas às vivências dos outros participantes do contexto da pesquisa (Versiani, 2005).

Como participante do contexto pesquisado, assumo determinadas posições durante as entrevistas. As perguntas que fiz estavam carregadas dessas posições, que revelam as minhas percepções acerca da violência policial nas manifestações. A partir disso, os entrevistados e eu coconstruímos os significados acerca dessa violência. É neste aspecto que reside a dimensão autoetnográfica da pesquisa, pois, como sujeito pesquisador que interpreta, expressei o modo como significo as

³⁹ Dos estudos da Antropologia Clássica, cuja geração de dados baseia-se no contato intersubjetivo entre o antropólogo e o seu objeto, seja ele uma tribo indígena ou qualquer outro grupo social sobre o qual o recorte analítico seja feito. A etnografia corresponde aos primeiros estágios da pesquisa: observação e descrição, trabalho de campo (Lévi-Strauss, 1970).

minhas experiências nos protestos ao mesmo tempo que sou também autora da investigação.

Não se trata de uma plena autoetnografia, uma vez que o estudo não está inteiramente centrado na minha vivência, e sim nas relações entre os episódios de violência experienciados pelos entrevistados com as identidades que eles reivindicam para si nas narrativas que contam. Contudo, o propósito desse estudo parte de uma percepção nativa. Como manifestante, imersa no contexto da pesquisa, percebo a violência policial como um elemento que participa das minhas narrativas e das pessoas com quem convivi nas manifestações; e que, portanto, participa de nossas construções identitárias. Desse modo, ao realizar as entrevistas, assumo tal perspectiva, o que orienta toda a interação com os participantes da pesquisa. Reforço, nesse aspecto, a dimensão autoetnográfica da pesquisa.

4.4. O contexto da pesquisa

Após as primeiras manifestações de junho de 2013 acerca das tarifas de transporte público, iniciou-se um outro tipo de protesto. Em frente à casa do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, manifestantes montaram um acampamento que tinha como intenção pressionar o governador para que medidas fossem tomadas com relação à violência praticada pela polícia, a melhorias na saúde e na educação, além de outras reivindicações. Esse acampamento buscou ocupar o espaço público e recebeu o nome de “Ocupa Cabral”.

Na mesma época, outros manifestantes iniciaram uma ocupação (interna, inicialmente) da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, com a intenção de exigir que fosse realizada uma CPI dos transportes públicos. Passados alguns dias, os manifestantes foram retirados, de forma pacífica, de dentro do prédio e ainda permaneceram acampados em frente ao local por cerca de dois meses. Tal ocupação que ficou conhecida como “Ocupa Câmara”⁴⁰.

Nas duas ocupações brevemente contextualizadas acima, era comum a permanência de pessoas que apoiavam o movimento, ainda que elas não

⁴⁰ O Ocupa Câmara teve fim no dia 15 de outubro, quando após uma manifestação em favor da Educação, a ocupação foi cercada e destruída. Cerca de 64 manifestantes que lá se encontravam foram detidos e enviados ao Complexo Penitenciário de Gericinó, antigo Complexo Penitenciário de Bangu.

permanecessem ali acampadas. Era comum também a chegada de indivíduos pertencentes a diversas camadas da sociedade, interessados em saber do que se tratava o movimento. A permanência dessas pessoas no local colaborou para uma prática que se tornou comum: o debate acerca da política e da economia no país. As pessoas que nesses locais se achegavam acabavam sendo envolvidas em conversas que traziam denúncias e questionavam as práticas políticas e econômicas, não apenas da cidade e do estado do Rio de Janeiro, mas do país também. Dada a onda de protestos que se espalhou pelo Brasil, a prática de ocupar o espaço público como forma de manifestação também aconteceu em várias outras partes do país. Eu, a pesquisadora, fui frequentadora desses locais no Rio de Janeiro e, como tal, participante dessas conversas espontâneas.

Além das ocupações, surgiram, na mesma época, diversos coletivos que se engajaram em promover atividades culturais de diversos tipos, como debates, palestras, exibição de filmes, peças teatrais –, tudo que colaborasse para a discussão dos problemas políticos e econômicos do país. Eles se organizavam de forma horizontal, buscando delinear suas ações em conjunto, visando a não existência de lideranças ou hierarquia. Assim, cada indivíduo teria autonomia e poder de decisão – uma ideia que se alinha com a democracia direta, em que cada indivíduo representa a si próprio, e a tomada de decisões se dá por meio de assembleias gerais.

Muitos desses coletivos se engajavam nas pautas de reivindicações das ocupações. Alguns deles propunham uma alternativa de mídia. Esses grupos se enquadram dentro dos chamados ‘midialivristas’ – indivíduos que produzem narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV, emissoras de rádio e grandes conglomerados de comunicação (Malini e Antoun, 2013). Esse tipo de atividade concebe a comunicação como forma política e foi também muito usada durante os protestos. Com vídeos feitos com celulares e *smartphones* que circularam pelas redes sociais, os midialivristas buscavam distribuir, nas redes, imagens do que acontecia nas ruas. Tais imagens, na visão do pesquisador Toret⁴¹ (2013), atuaram de forma viral e estimularam a extensão da indignação, dos protestos e da reação social.

⁴¹ Javier Toret Medina é um ciberativista formado em Psicologia pela Universidade de Málaga e pesquisador da ação coletiva e formas de organização em redes, que participou da articulação do movimento intitulado 15M (também conhecido como ‘Os Indignados’) na Espanha em 2011.

A interação entre esses grupos – os coletivos organizados e os frequentadores das ocupações – construiu um novo contexto no qual os participantes interagem, organizando diferentes formas de protestos, atuando como ativistas que lutavam de diversas formas por uma sociedade mais justa.

Em momentos distintos durante as interações nas ocupações de rua, fiz contato com Rodrigo e Elaine, dois ativistas que participavam do contexto acima explicitado. Ao explicar a eles a minha busca por entendimentos acerca da forma como percebiam a violência policial nas manifestações, solicitei-lhes uma entrevista, em caráter de conversa espontânea.

Dessa forma, o meu contato com os participantes da pesquisa envolvia duas dimensões: o nosso convívio, por participarmos do mesmo contexto, e a pesquisa em questão.

4.5.

A relação da pesquisadora com o objeto de pesquisa

Em função da dimensão autoetnográfica da pesquisa, é importante explicitar como se deu a minha participação no contexto pesquisado como ativista e como pesquisadora, para compreendermos melhor a interação desenvolvida entre mim e os entrevistados.

Adentrei o contexto do presente estudo como manifestante⁴², participando dos protestos de junho de 2013 nas cidades do Rio de Janeiro e de Nova Friburgo. Após o choque que vivi, em função da repressão policial durante as manifestações, senti a necessidade de buscar entendimentos acerca do papel dessa violência nos processos de construção identitária daqueles que participaram dos protestos. Vale dizer que, nesse primeiro momento, eu ainda não havia delineado o que seria o objeto da pesquisa; possuía, apenas, um incômodo com a questão. Movida por isso, e já sabendo da ocupação que estava acontecendo em frente à casa do governador do Rio de Janeiro, me dirigi a esta ocupação⁴³ para, além de prestar apoio à causa, conversar com os ativistas que ali estavam acampados, na tentativa de entender melhor aquilo que viria a ser o meu objeto de pesquisa.

⁴² Ressalto, aqui, que, desde a minha graduação em História, concluída em 2008, participo de movimentos populares e manifestações de rua.

⁴³ No anterior, 4.4, explicamos o advento das ocupações de rua que ficaram conhecidas como “Ocupa Cabral” e “Ocupa Câmara” e a importância delas no contexto da pesquisa.

Após esse contato inicial, comecei a participar assiduamente do Ocupa Cabral e, depois, do Ocupa Câmara. As discussões políticas das quais participei nesses lugares contribuíram para a expansão do meu entendimento acerca dos movimentos de luta nas ruas. Nesse contexto, comecei a me engajar nas atividades desenvolvidas pelos participantes das ocupações, que compreendiam a exibição de filmes, debates e palestras com o fim de discutir o cenário político atual e as reivindicações das ocupações. Além disso, comecei a fazer parte de um coletivo, organizado horizontalmente, que investe na ocupação de espaços públicos como forma de expressão política.

Foi a partir desse meu engajamento que fiz contato com aqueles que viriam a ser os participantes dessa pesquisa.

4.6.

Os participantes da pesquisa e nosso engajamento nos movimentos populares contemporâneos

Nas ocupações de rua, em momentos distintos, conheci os já mencionados participantes da pesquisa. Descreveremos agora, as formas como costumavam atuar nos movimentos de protesto do período estudado.

Elaine era ativa nas ocupações de rua e nas manifestações que ocorreram no período em que se mantiveram os acampamentos (Ocupa Cabral e Ocupa Câmara). Com ela, fiz a primeira entrevista e acabei desenvolvendo uma relação mais próxima, uma vez que nos encontrávamos com frequência nas ocupações. Tal situação é perceptível nas transcrições de nossa entrevista, uma vez que nossa relação traz uma qualidade mais espontânea à situação de pesquisa⁴⁴.

O outro participante da pesquisa é Rodrigo. Um ativista de quem eu já havia ouvido falar, por fazer parte de um coletivo de mídia alternativa. Conhecemo-nos durante uma intervenção teatral seguida de um debate em uma das ocupações de rua. Ao explicar as minhas pretensões de pesquisa, solicitei a ele uma entrevista em caráter de conversa espontânea. Após esse primeiro contato, desenvolvemos trabalhos em conjunto, por ocasião das intervenções promovidas pelos coletivos dos quais fazíamos parte. Apesar disso, nosso contato era esporádico e, por esse motivo, não chegamos a estabelecer uma relação mais próxima, como a que desenvolvi com Elaine.

⁴⁴ Questão aprofundada no item 3.3.3 da análise.

Sabendo que a composição social dos manifestantes presentes às ruas em junho foi motivo de inúmeras matérias de jornais, vale ressaltar de onde são os manifestantes participantes dessa pesquisa. Elaine e Rodrigo⁴⁵ são oriundos de diferentes classes sociais. Rodrigo é morador da Zona Sul do Rio de Janeiro e se apresenta como pertencente à classe média, embora problematize tal questão em nossa entrevista. Já Elaine é moradora da Zona Oeste. Embora ela não discorra sobre qual seria a sua classe social, sua origem geográfica e estilizações nos autorizam a supor que ela provenha de uma camada mais popular que a de Rodrigo.

A escolha por esses participantes se deu mais em função de suas atuações no contexto da pesquisa do que das classes sociais a que pertencem. Elaine, por ser ativa nas ocupações, e Rodrigo, nos coletivos de mídia alternativa. Embora dentro do mesmo propósito – pressionar o governo para obter melhorias em diversos setores da sociedade –, esses dois manifestantes, oriundos de diferentes classes sociais, dão ênfase a formas distintas de protesto, o que traz a possibilidade de ampliação das nossas percepções acerca das manifestações e da violência policial.

4.7.

A geração dos dados, as perguntas de pesquisa e os procedimentos para análise

Para o desenvolvimento deste trabalho, contamos com duas entrevistas realizadas com os dois manifestantes apresentados acima. As entrevistas foram realizadas em momentos distintos.

A entrevista com Elaine ocorreu no dia 24 de agosto também em uma das ocupações de rua. Nesse período, os manifestantes se preparavam para a manifestação do dia 7 de setembro⁴⁶. Essa entrevista durou quarenta e nove minutos e quarenta e três segundos. O tópico da entrevista girou em torno dos eventos que ela vivenciou nas manifestações e que considerava os mais repressores e violentos. A partir disso, outros tópicos foram desdobrados, como o do entendimento de Elaine sobre o propósito da repressão policial nas

⁴⁵ Por questões de ética em pesquisa, os nomes são fictícios.

⁴⁶ Dia tradicional de manifestação, por ocasião da comemoração da Independência. Nesse dia, diversos partidos, sindicatos e movimentos sociais manifestam-se no conhecido “Grito dos Excluídos”, criticando a exclusão à qual consideram submetidas as minorias no país.

manifestações. Também discorremos acerca da heterogeneidade de pautas reivindicadas pelos manifestantes e da contradição entre as mesmas. Encerramos a entrevista com Elaine discorrendo acerca da importância da manutenção das ocupações dentro do contexto das manifestações.

Dessa entrevista, selecionei, para análise, seis excertos – um total de quatro minutos e cinquenta e três segundos – que correspondiam aos objetivos da pesquisa: perceber a relação entre a violência policial nos protestos e as identidades que os manifestantes reivindicam nas histórias que contam.

Já a entrevista com Rodrigo se deu no dia 5 de outubro, após uma truculenta ação da polícia para a retirada forçada dos professores que estavam ocupando a parte interna da Câmara Municipal⁴⁷. Com ele, fiz contato durante uma intervenção teatral, seguida de um debate realizado em uma das ocupações. Depois de explicar o meu objeto de pesquisa, solicitei uma entrevista em caráter de conversa espontânea. Esta se deu em uma lanchonete em um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro.

Conforme apresentamos, Rodrigo é um ativista que promove intervenções artísticas nos espaços públicos e nas redes sociais. Por esse motivo, ele é bastante conhecido entre os manifestantes e os frequentadores das ocupações. Tal atuação se faz relevante em função da forma como ele se apresenta – como uma pessoa esclarecida – durante a nossa entrevista.

Esta durou uma hora e quatro minutos. Rodrigo iniciou sua fala com uma exposição sobre a lógica de atuação da Polícia Militar, não apenas nas manifestações, mas, também, no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Depois disso, Rodrigo contou suas experiências com a repressão policial nas manifestações. Encerramos a conversa discorrendo acerca do cenário político do estado do Rio de Janeiro naquele período, enfatizando a questão da greve dos professores e a atuação da mídia corporativa na cobertura dos protestos. Dessa entrevista, analisamos alguns fragmentos, que dividimos em nove excertos, contabilizados em sete minutos e cinquenta e seis segundos. Separamos esses fragmentos em função dos objetivos da pesquisa; isto é, buscamos, nos dados,

⁴⁷ A greve dos professores do município do Rio de Janeiro exigia maior remuneração para os docentes que investem na própria formação, mudanças no Plano de Cargos e Salários oferecido pela prefeitura e melhorias estruturais nas escolas. Essa greve teve início no dia 08 de agosto de 2013, foi suspensa no dia 10 de setembro e retomada no dia 20 desse mesmo mês, se prolongando até o dia 25 de outubro.

fragmentos que possibilitavam entendimentos para as questões que nos propomos debater nesse estudo.

Os dados das duas entrevistas foram transcritos segundo o modelo de transcrição Jefferson (cf. Lorder, 2008)⁴⁸. As perguntas visavam entender como os manifestantes construíam suas identidades em relação às ações da polícia.

É válido esclarecer que, quando adentrei o campo de pesquisa, eu me encontrava abalada por conta da violência policial aplicada na manifestação do dia 20 de junho. A partir disso, iniciei a pesquisa buscando discursos que se alinhassem com a minha perspectiva e me ajudassem a entender a ação da polícia nos protestos. Em função do meu interesse nos estudos que concebem a narrativa como forma discursiva de que os indivíduos lançam mão para organizar suas experiências (Bruner, 1973), bem como para transmitir o sentido de quem são e construir relações com os outros e com o mundo que os cerca (Bruner, 1973; Bastos, 2005), eu buscava narrativas que construíssem experiências com a violência policial nas manifestações. Dessa forma, as perguntas que fiz aos dois manifestantes entrevistados foram orientadas para esse fim; ou seja, essa era a minha agenda de pesquisa. No entanto, no decorrer da entrevista, outros tópicos foram abordados e, a partir deles, desenvolvemos as perguntas de pesquisa.

É imprescindível ressaltar que o desenvolvimento dessas perguntas se deu após as reuniões de orientação, bem como as ricas discussões no grupo de pesquisa do qual faço parte, intitulado NAVIS⁴⁹. Percebemos que as perguntas que fiz durante as entrevistas apresentavam fragilidades para serem desenvolvidas na análise, tendo em vista que, diante de uma situação de repressão, obviamente os manifestantes construiriam suas experiências reprovando a repressão à qual foram submetidos. Sendo assim, um olhar mais crítico para os dados, com auxílio das teorias discutidas no capítulo 3, nos levou a perceber que a ênfase da análise deveria estar na relação entre as identidades que os manifestantes reivindicam para si e os episódios de violência policial, observando, ainda, a dimensão autoetnográfica da pesquisa, uma vez que me insiro nela sob duas óticas, como manifestante e como pesquisadora.

⁴⁸ Convenções de transcrição em anexo.

⁴⁹ Grupo de Pesquisa intitulado Narrativa e Interação Social (Navis), sob orientação de Liliana Cabral Bastos e Liana de Andrade Biar.

A análise dos dados foi orientada pelo objetivo mais geral da pesquisa, a saber, o de buscar entendimentos sobre *como os manifestantes das Jornadas de Junho* se *construíam identitariamente*. Daí emergiram as três perguntas de pesquisa, já apresentadas na introdução deste trabalho, com base nas quais desenvolvemos a análise: 1) *Que narrativas e reivindicações identitárias emergem do discurso dos manifestantes?*; 2) *Que papel teria a repressão policial na construção dessas histórias e identidades?*; 3) *Que significados são coconstruídos com a pesquisadora, tendo em vista a sua atuação ambivalente na situação de entrevista (como pesquisadora e também como participante de movimentos sociais)?*

Dividimos a análise de cada entrevista em três subseções que contemplam as perguntas acima elencadas. Para tanto, elegemos algumas categorias teóricas que nos orientaram para a análise dos dados. A subseção que corresponde à primeira pergunta foi orientada pela noção de estrutura laboviana para identificarmos as narrativas. Dessa estrutura, as noções de ponto e de avaliação foram imprescindíveis para observarmos que elementos os manifestantes tornam relevantes em suas narrativas e entendermos que identidades são construídas (Bauman, 2005; Moita Lopes 2003) por eles em nossa interação.

Para a análise que responde a segunda pergunta de pesquisa, nos orientamos novamente pelos conceitos de ponto e de avaliação (Labov, 1972) para observarmos como a repressão policial é tornada relevante nas narrativas e identidades construídas pelos manifestantes. Nessa análise, compreendemos a repressão policial como ‘choque moral’ (Jasper, 1997) que produziu a indignação para além do aumento da tarifa de transporte coletivo e que levou os manifestantes – incluindo os nossos entrevistados – a participar das manifestações em junho de 2013.

Para a análise da última pergunta, buscamos categorias que pudessem dar conta da interação social. As noções de enquadre (Goffman, [1979] 2002) e de contexto compartilhado nos possibilitaram observar como, em atividade conjunta de fala, os entrevistados e eu coconstruímos os significados acerca da repressão policial nas manifestações.

Passaremos agora ao capítulo de análise dos dados.

5. Narrando a violência policial nas manifestações

No presente capítulo, analisaremos trechos narrativos que emergiram das entrevistas realizadas com dois manifestantes. Percebemos que as histórias contadas por eles, assim como as perguntas feitas pela pesquisadora, fazem referência à atuação violenta da polícia durante as manifestações. Sendo assim, as identidades dos manifestantes pesquisados são construídas com referências a essa violência. Posto isso, analisaremos os dados, problematizando, centralmente, a relação entre as identidades que os manifestantes reivindicam para si e os episódios de violência policial.

Para tanto, partindo do objetivo mais geral dessa pesquisa – buscar entender *como os manifestantes das Jornadas de Junho se constroem identitariamente*,– neste capítulo nos debruçaremos sobre três perguntas de pesquisa, que se relacionam aos tópicos abordados nas entrevistas, e se desdobram desse objetivo mais geral:

- 1) *Que narrativas e reivindicações identitárias emergem do discurso dos manifestantes?;*
- 2) *Que papel teria a repressão policial na construção dessas histórias e identidades?;*
- 3) *Que significados são coconstruídos com a pesquisadora, tendo em vista sua atuação ambivalente na situação de entrevista (como pesquisadora e, também, como participante de movimentos sociais)?*

Como já dissemos, em nossa pesquisa, trabalhamos especificamente com dados gerados em duas entrevistas com dois manifestantes. A primeira entrevistada foi Elaine, uma manifestante muito presente nos protestos ocorridos no período estudado e nas ocupações de rua. A segunda entrevista foi realizada com Rodrigo, um manifestante que, além de participar nos protestos, mantinha intensa atividade nos coletivos de mídia alternativa relacionados às manifestações do período.

Organizamos a análise segundo o que aparece nos dados e, portanto, ela não segue a ordem das perguntas listadas acima. Dividimos a análise em duas

partes. A primeira estará dedicada aos dados da entrevista realizada com Rodrigo; a segunda, dos dados de Elaine. As duas partes ainda serão divididas em três subseções que contemplam cada uma das perguntas de pesquisa. Incluiremos, ao final do capítulo, mais uma seção para uma discussão comparativa das análises dos participantes, salientando aproximações e distanciamentos entre elas.

A respeito da estrutura interna das subseções de cada uma das partes da análise, elas estarão organizadas da seguinte maneira: na primeira subseção, buscaremos, a partir do modelo laboviano (Labov, 1972), identificar as narrativas, concebidas aqui como uma forma de organização da experiência humana (Bruner, 1973). À luz dos conceitos de ponto e avaliação (Labov, 1972), observaremos como a repressão policial é tornada relevante nas narrativas que os entrevistados contam a partir da construção de uma dicotomia nós *versus* eles (Duszack, Silva, 2000; Snow, 2001; Woodward, 2000), a qual constrói os manifestantes identitariamente, numa luz favorável, ao passo que desqualifica os policiais. Para tanto, nos beneficiaremos da noção de choque moral (Jasper, 1997), especialmente para compreender essa repressão como uma das causadoras/provocadoras dos sentimentos de indignação que trazem coesão aos participantes da pesquisa nas manifestações de junho de 2013.

Para além das identidades construídas com base na oposição manifestantes *versus* policiais, na segunda subseção focaremos o nosso olhar para outras construções identitárias que os entrevistados tornam relevante em suas histórias. Para tanto, partiremos da estrutura laboviana, em interface com as teorias que concebem as identidades como práticas discursivas, mutáveis e situadas (Moita Lopes, 2001, 2003; Bauman, 2005, 2007) nas interações.

Na terceira subseção, analisaremos a entrevista como situação social, levando em consideração as especificidades desse tipo de interação. Partindo do caráter local e situado das construções identitárias, buscaremos problematizar como Rodrigo e Elaine constroem suas identidades como ativistas diante de mim, outra ativista. Analisaremos, ainda, como as experiências narradas são coconstruídas em função do contexto que compartilhamos. Aqui, cada análise partirá de suas especificidades epistemológicas, devido às diferenças entre os manifestantes e na forma como as entrevistas foram realizadas.

Tal análise se faz importante, dado o novo contexto de interação entre os ativistas que o advento das ocupações de rua e dos coletivos de mídia gerou na

cidade do Rio de Janeiro em 2013. Sendo este um estudo que apresenta uma dimensão autoetnográfica, tendo em vista a minha participação ambivalente na pesquisa, como ativista, compartilho com os entrevistados certos entendimentos acerca dos eventos que vivenciamos nas manifestações. Como pesquisadora, busco problematizar a forma como esses entendimentos foram construídos.

É importante ressaltar que, conforme discutido no capítulo 4 – Aspectos Metodológicos, os participantes da pesquisa apresentam mais diferenças do que semelhanças, tanto na forma como constroem suas narrativas quanto em suas atuações nos protestos, o que traz percepções diversas acerca das manifestações e da violência policial. Entretanto, há que se observar um elemento em comum na fala desses manifestantes e na minha também: coconstruímos as identidades e os significados sobre as manifestações a partir da violência policial. Por esse motivo, a análise desses dados faz-se rica na discussão do trabalho, uma vez que buscamos investigar as identidades que os manifestantes reivindicam para si, estando estas relacionadas aos episódios de violência policial vivenciados durante as manifestações.

Ressaltamos também, no capítulo 4, que, quando adentrei o campo de pesquisa, meu interesse inicial era investigar as identidades construídas pelos manifestantes de junho de 2013 a partir de suas narrativas sobre as experiências com a repressão policial. Tal interesse delineou a forma como as entrevistas foram realizadas. Para a análise, seguiremos as perguntas de pesquisa que surgiram após ricas discussões dos dados no grupo de pesquisa NAVIS, focando na relação entre as identidades que os entrevistados reivindicam para si e os episódios de violência policial, sem perder de vista a dimensão autoetnográfica da pesquisa.

Passaremos, agora, à análise.

5.1.

Rodrigo e o processo de desqualificação da polícia

Nessa primeira parte da análise, nos dedicaremos especificamente aos dados gerados na entrevista com Rodrigo. Conforme discutimos no capítulo 4 - Aspectos Metodológicos, a entrevista teve como tópico central a forma como o manifestante enxerga as ações da polícia. Para tanto, forneci, no início da entrevista, o pressuposto de que os manifestantes se posicionariam em oposição aos policiais. O entrevistado corrobora esse entendimento e constrói argumentos

que, basicamente, têm por objetivo a desqualificação das ações da polícia. Nesse processo, Rodrigo inicia a sua fala com uma longa exposição que traz argumentos sobre a lógica de atuação desta corporação em sua ótica. Depois, ele inicia duas narrativas com a função de ratificar o ponto central de sua argumentação.

A análise da fala de Rodrigo será dividida em três partes que contemplam as perguntas de pesquisa, dispostas na introdução deste capítulo. Assim, no item 5.1.1, analisaremos as narrativas que Rodrigo conta para, a partir delas, investigarmos a forma como ele constrói suas identidades com base na dicotomia manifestantes *versus* policiais. No item 5.1.2, focaremos nas outras identidades que ele reivindica para si ao narrar sua experiência nas manifestações. No item 5.1.3, centralizaremos o nosso olhar para a forma como a interação entre mim e Rodrigo é desenhada, tendo em vista as construções identitárias ali projetadas e a noção de contexto compartilhado.

5.1.1

‘eles passam com armas pra tocar um terror e não tava acontecendo nada’: a dicotomia manifestantes *versus* policiais

Nesta subseção, faremos uso de construtos da teoria laboviana, a fim de identificar as narrativas que Rodrigo conta, as quais se referem à forma como ele organiza os eventos que experienciou durante as manifestações. Utilizaremos os conceitos de ponto e avaliação para analisar o que Rodrigo torna relevante em suas histórias. Como se verá, a violência policial protagoniza a fala de Rodrigo, especialmente quando o entrevistado faz uso de uma dicotomia que constrói manifestantes em oposição aos policiais; estes são construídos como pacíficos e aqueles, como repressores que agem com truculência.

É importante salientar que as narrativas que Rodrigo conta, segundo a estrutura proposta por Labov (1972), não seriam canônicas. Entretanto, elas são entrecortadas por múltiplas avaliações que expressam o ponto de sua fala durante toda a entrevista: a desqualificação da polícia em função da forma violenta como atuou nas manifestações. Se observarmos a narrativa como forma de defender um determinado ponto de vista (Riessman, 1993), identificamos dois momentos narrativos na fala de Rodrigo em que ele busca enfatizar esses excessos da polícia, na defesa de seu ponto.

Durante a entrevista, ele conta que foi detido e conduzido até uma delegacia após uma manifestação de que participou, sob a acusação de estar jogando pedras no carro da polícia. Essa narrativa é dividida em duas partes: uma primeira, na qual ele conta o momento anterior à detenção; e a segunda, que narra a sua chegada à delegacia e os eventos que ali se sucederam. Nesta seção, analisaremos a primeira parte de sua narrativa, que contempla a relação da violência policial com as construções identitárias, com base na oposição manifestantes *versus* policiais. A segunda análise irá se concentrar nas outras identidades que Rodrigo reivindica no processo de desqualificação da polícia, o que faremos em 5.1.2.

No curso da interação em contexto de entrevista, Rodrigo constrói significados acerca do que entende sobre as ações da polícia. A fala dele é orientada pela forma como eu inicio a entrevista:

Excerto 1 (00:52) ‘a polícia tá certa? A polícia tá errada’

20 **Etyelle** assim, eu queria entender. como que as pessoas estão:
 21 enxergando o que a polícia tá fazendo., a polícia tá
 22 certa? a polícia tá errada. tá mais ou me:nos. somos
 23 nós† que estamos errados >na forma como estamos
 24 conduzindo< as coisas, né. >num sei, assim,< eu
 25 queria que você falasse sobre as suas opiniões,
 26 histórias, sentimentos

Sendo esta uma pesquisa que procura analisar uma dada questão da vida social sob a perspectiva dos participantes envolvidos no processo, busco entender como Rodrigo percebe as ações da polícia nas manifestações, por esse motivo, construí uma pergunta aberta (Mishler, 1986), pedindo que ele falasse sobre suas “histórias, opiniões e sentimentos”. Ao indagar sobre quem estaria certo ou errado na condução das ações relativas às manifestações, eu mesma antecipo dois lados da situação com base nos dualismos certos *versus* errados; nós (os manifestantes) *versus* a polícia. Com isso, expresso o significado que atribuo a ‘o que a polícia está fazendo’, colocando-os de um lado e, do outro, os manifestantes.

Com o uso desse pronome (nós), construo-me como participante do mesmo contexto que Rodrigo. Ao colocar esses dois grupos em oposição – certos *versus* errados –, guio a interpretação acerca das ações da polícia, e Rodrigo, por sua vez, concorda com a orientação que ofereço, opção que ficará mais clara ao longo da análise. Portanto, a forma como inicio a entrevista ratifica a dimensão

autoetnográfica da pesquisa, pois, como pesquisadora participante, expresse o significado do objeto em estudo com os outros participantes e o analiso (Reed-Danahay, 1997 *apud* Bossle e Molina Neto, 2009).

Durante a sua fala, Rodrigo expõe um pouco do que entende por atuação da polícia e sobre o dia a dia da corporação, como incursões nas comunidades, entre outras atividades. Recortamos alguns trechos dessa primeira fala de Rodrigo, que, mesmo não constituindo narrativas, colaboram para o entendimento de como Rodrigo concebe a atuação da polícia nas manifestações:

Excerto 2 (06:16) ‘qualquer manifestação que você fizer, a polícia vai estar lá’

40 **Rodrigo** qualquer manifestação que você fizer contra o
 41 estado, contra os símbolos de poder↓ contra as
 42 pessoas que comandam esses dinheiros e recursos e↓
 43 enfim, tudo, a polícia vai estar lá↑ e ela vai
 44 estar sempre na mesma posição↑ defendendo aquelas
 45 pessoas e não o povo, e não a população.

Excerto 3 (06:48) ‘ela virou pauta necessária’

63 **Rodrigo** então, acho que tipo↓ a visão que eu tenho da
 64 polícia é essa, ela virou uma pauta↑ (.)
 65 necessária↑ >pra todas as outras pautas<

Nos dois excertos acima, Rodrigo resume o seu entendimento acerca do fato de a polícia ter se tornado mais uma das pautas de reivindicação nas manifestações. Ele constrói a corporação como a favor de um determinado grupo – pessoas ricas e influentes (linhas 41 e 42) – e contra a população, ou seja, a polícia está nas manifestações para proteger os interesses da classe dominante. Com essa fala, Rodrigo ratifica a dicotomia com a qual inicio a entrevista, colocando a polícia como errada, corroborando a oposição polícia *versus* manifestantes.

Observando essa dicotomia, segundo Collins (2001), temos que, como os policiais são concebidos como os *outsiders* – que, mais do que estarem de fora desse grupo, fazem oposição a ele –, eles acabam sendo mal vistos pelos que são do grupo.

Ao trazer a polícia como uma pauta necessária, Rodrigo põe em discussão uma importante questão da pesquisa: o papel da repressão policial nas construções identitárias dos manifestantes. Se concebermos essa repressão como choque

138 tavam do meu lado h mandando eu abaixar, >não
 139 tinha o que fazer< eu abaixei, e aí, todo tipo
 140 de abuso verbal: ali, assim- é: não bateram em
 141 ninguém.

Neste excerto 4, solicito a Rodrigo que me conte como foi a prisão; entretanto, ele conta os momentos anteriores à sua detenção. Observando toda a entrevista, chegamos ao entendimento de que essa primeira narrativa funciona como uma grande contextualização da narrativa da prisão, que culmina na desqualificação da polícia, construída como “vilã”.

Segundo Labov (1972), uma narrativa precisa ter reportabilidade, ser contável e ter um ponto, dentre outras características (Bastos, 2005). Nesse sentido, a narrativa de Rodrigo é reportável, pois trata de um evento incomum, extraordinário; mais exatamente, trata dos eventos que precederam a sua detenção na delegacia. A reportabilidade consiste, também, nos fatos que ele escolhe contar, que colaboram com o ponto de sua narrativa. Sendo a desqualificação da polícia o ponto de toda argumentação de Rodrigo durante a entrevista, aqui nos debruçaremos sobre a forma como esse ponto é construído na narrativa por meio das avaliações que ele faz ao enfatizar que não havia ‘ninguém fazendo nada’ que justificasse as medidas de repressão por parte da polícia.

Rodrigo inicia a narrativa com as orientações (linhas 110 e 111) e eu realizo um movimento de coconstrução dessas orientações⁵¹ (linhas 102, e 103). E ele segue com as orientações (linhas 106 a 108), enquanto descreve como os policiais costumam agir em uma manifestação, até que uma primeira avaliação sobre a polícia seja introduzida: “eles passam pra tocar um terror, assim, uma coisa bem infantil mesmo,” (linhas 108 a 109). Em seguida, Rodrigo avalia as ações dos manifestantes: “num tá acontecendo nada” (linha 111 e 112).

Nesse primeiro trecho, é possível destacar duas construções feitas por Rodrigo: a projeção de si mesmo e dos manifestantes que com ele estavam numa luz favorável (Goffman, [1959] 2009) e a construção negativa das ações da polícia, pois ‘não tá acontecendo nada’ e os policiais passam ‘pra tocar um terror’.

Em: “o pessoal tava cantando; tinha gente conversando com os pms que tavam lá” (linhas 106 e 107); “não

⁵¹ Questão a ser analisada com maior detalhe em 5.1.3.

tava acontecendo nada” (linhas 111 e 112); “todo mundo começou a gritar” (linhas 119 e 120); “e a gente continuou gritando” (linha 115) e “o pessoal ficou dançando, cantando, umas músicas” (linhas 119 e 120) podemos perceber a construção identitária dos manifestantes como pacíficos, pois todas as ações pressupõem o não uso da violência. Para além dessa construção, temos também a de manifestante engajado, presente na fala relatada: “‘joga essa água na baixada!’ >que a baixada num tem saneamento<” (linhas 123, 124 e 126). Tendo em vista que as manifestações de junho apresentavam amplas reivindicações, os gritos de indignação atravessavam diversas pautas. Entretanto, o evento narrado por Rodrigo ocorreu na Zona Sul e tinha, como foco principal, questionar os abusos praticados pela polícia militar nos protestos anteriores. Trazer as reivindicações da Baixada Fluminense para aquele contexto demonstra uma preocupação com as pautas de outros movimentos sociais, ou seja, comprova o engajamento na luta popular, pois, mesmo na Zona Sul, as reivindicações da Baixada não eram esquecidas.

Porém, quando Rodrigo traz para sua narrativa as ações complicadoras, que fazem referência à atitude da polícia, em: “eles passam pra tocar um terror< assim, uma coisa bem infantil mesmo”; “e eles passam com ARmas† e ficam olhando, revistando” (linhas 108 e 109; 110 e 111); “eles vieram com com aquele caminhão de Água‡ e começaram a jogar em todo mundo” (linhas 116 e 117), ele faz uso de uma construção negativa, desqualificando a polícia, que ‘passa para tocar um terror’ quando não tem ‘ninguém fazendo nada’, procura intimidar, ‘passam com armas e ficam olhando e revistando’, quando ‘não tá acontecendo nada’. Se a função da polícia é proteger a sociedade de criminosos, zelar pela paz, Rodrigo, ao enfatizar que ‘não tava acontecendo nada’, expressa que a presença da polícia, ali, era desnecessária, o que também inclui, evidentemente, a forma como ela agiu na ocasião.

Ainda dentro da tentativa de desqualificar a polícia, Rodrigo faz uso de uma avaliação que carrega um tom de ironia (só que a água‡ tava meio fraquinha.), seguido de outra oração narrativa: então o pessoal ficou dançando” (linhas 118 e 119). E insere uma orientação “mas isso

já era duas horas da manhã na zona sul” (linhas 115 e 116). A inserção dessa orientação que explica o momento da chegada do caminhão de água, que teria como função dispersar a manifestação, também colabora para a desqualificação da polícia, pois ‘duas horas da manhã’ significa que a manifestação havia começado muitas horas antes, e não fazia sentido que tal medida fosse aplicada àquela altura. Ao contar que os manifestantes dançaram e cantaram diante da tentativa dos policiais de dispersar o protesto, Rodrigo ridiculariza a ação dos policiais. Nesse momento da entrevista, eu coconstruo com Rodrigo o significado dessa ridicularização em: “dançando na chuva, hh]” (linha 122), colaborando com a desqualificação da polícia. Destacamos nessa coconstrução, a dimensão autoetnográfica da pesquisa, pois como compartilho da compreensão de que o uso da violência policial nas manifestações foi descabido, colaboro com a ridicularização e, conseqüente desqualificação dessa corporação.

O ponto, a razão de ser da narrativa de Rodrigo, é desqualificar a polícia. Ele reforça esse ponto pelo uso repetido da avaliação “num tá acontecendo nada”.

Entretanto, se problematizarmos esse “fazendo nada” a que Rodrigo faz referência, temos que os manifestantes estavam ocupando a rua durante a madrugada, gritando e dançando como forma de ironizar as atitudes dos policiais. Isso pode ser compreendido como *fazer* alguma coisa. Porém, quando Rodrigo faz uso dessa repetição, entendemos que ele destaca que os manifestantes não estariam fazendo nada que justificasse as medidas repressoras e violentas dos policiais, deslegitimando-as: “eles passam com armas e ficam olhando, revistando” (linhas 110 e 111); “daqui a pouco eles vieram com caminhão de água” (linhas 115 e 116) e “começaram a atirar balas de borracha” (linha 132 e 133).

Outro ponto importante a se destacar aqui é que essa avaliação que Rodrigo faz remete também ao discurso que circula entre os manifestantes, de que ocupar a rua é uma forma de lutar pelos direitos de todos. Desse discurso faz parte a questão do direito à cidade, da não exclusão da sociedade urbana das qualidades e dos benefícios da vida (Lefebvre, 1968). Nessa ótica, o direito à cidade poderia ser exercido na tentativa de mudança da vida urbana, partindo da mobilização social e da luta política (Harvey, 2013). Desse ponto de vista, os manifestantes não estariam fazendo nada, mas apenas exercendo o direito de ocupar a rua, transformando esse espaço e tornando-se protagonistas da cidade que desejam

(Viana, 2013). Esse discurso acompanhou diversos movimentos históricos e, atualmente, esteve presente nas manifestações que se espalharam, recentemente, pelo mundo (Castells, 2013).

Rodrigo continua a narrativa com série de ações complicadoras: “nesse dia eles passaram, todo mundo começou a gritar ‘sem identificação, vocês estão sem identificação’ aí eles foram embora e a gente continuou gritando” (linhas 112 a 115); “daqui a pouco eles vieram com aquele caminhão de água, começaram a jogar em todo mundo” (linhas 116 a 118). O uso da expressão “daqui a pouco” e da fala reportada em “‘sem identificação, vocês estão sem identificação’” colabora para a presentificação da história, isto é, traz as ações do passado para o tempo presente, para o momento de nossa interação.

Seguindo o ponto de sua narrativa, Rodrigo avalia o comportamento dos policiais em sua tentativa de dispersar a manifestação: “e aí↑ é: eles ficaram putos ↑ porque eles não são preparados↓ pra jogar água.” (linhas 128 e 129). Quando os policiais fazem uso de água para dispersar a manifestação, não é comum que os manifestantes façam festa e dancem. Por esse motivo, na forma como Rodrigo constrói os fatos, os PMs teriam ficado “putos” e começaram a atirar balas de borracha: “e eles começaram a atirar bala de borracha↑ em todo mundo↑ e vir, vir. na nossa direção↑.” (linhas 132 e 134). E ele novamente reforça que “num tinha ninguém >fazendo °nada°<” (linha 130). Nesse trecho, é possível perceber a construção do ponto da narrativa: os manifestantes não estão cometendo crime algum, e a polícia reprime de forma exagerada. Além de caracterizar a repressão da polícia como exagerada, o que colabora para a desqualificação dessa corporação, a causalidade expressa em “os policiais ficaram putos” e, por isso, “começaram a atirar bala de borracha” traz uma ideia de vingança. Nessa ótica, os policiais teriam feito uso de uma medida violenta porque os manifestantes teriam ironizado a tentativa de dispersão da manifestação. Se o papel institucional do policial em face de uma situação de distúrbio da ordem é dispersar a manifestação, fazendo uso de medidas previstas em lei, aqui Rodrigo constrói a atitude dos policiais como fora dos padrões

institucionais. Há, então, uma desinstitucionalização da oposição manifestantes *versus* policiais. A oposição deixa de ser uma questão política – com manifestantes de um lado, protestando, e policiais do outro, dispersando a manifestação – e passa a ser uma questão pessoal – manifestantes ironizam policiais e estes revidam com balas de borracha.

Com isso, Rodrigo parece sublinhar o caráter não apenas truculento, mas raivoso do policial. Este é construído como alguém sem profissionalismo, que, por sentir raiva, porque foi provocado ironicamente, deseja se vingar “pessoalmente”. Tal construção reforça, mais uma vez, a desqualificação da polícia, uma vez que esta agiria sem profissionalismo, isto é, fora dos limites institucionais. Observando essa construção a partir da incorporação da polícia às pautas de reivindicação nas manifestações, seria possível chegar ao entendimento de que seria preciso desmilitarizar a polícia, porque, movidos por raiva, os policiais não estariam aptos para o uso de suas armas de forma profissional.

A pessoalização dessa dicotomia também pode ser compreendida como o esvaziamento de uma agenda política. Se observarmos o entendimento expresso por Rodrigo no excerto 3, acerca da polícia como pauta necessária de reivindicação, nesse ponto da análise, percebemos como a polícia foi incorporada como uma pauta nas manifestações por conta do uso desmedido da violência como forma de revidar as atitudes dos manifestantes; e não, por conta das outras discussões envolvidas na questão da desmilitarização da Polícia Militar⁵².

Interpretando a narrativa de Rodrigo à luz da orientação que ofereço no início de nossa conversa: “a polícia tá certa? a polícia tá errada. tá mais ou me:nos. somos nós↑ que estamos errados >na forma como estamos conduzindo< as coisas,

⁵² A desmilitarização da Polícia Militar envolve questões como as críticas ao treinamento militar a que são submetidos os policiais, considerado inadequado pelos defensores da desmilitarização, uma vez que a corporação tem como função proteger a população e não, enfrentar inimigos; as críticas à Justiça Militar, como militares, os policiais que cometem crimes são julgados por essa Justiça; dentre outras questões. Para maior conhecimento, ver:

BONIS, Gabriel. É possível desmilitarizar a Polícia Brasileira? Sociedade: Segurança Pública. Revista Carta Capital, 21 ago. 2013. Disponível em:

< <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/por-uma-policia-desmilitarizada-1509.html> > Acesso em jul 2015.

CARDOSO, Rodrigo Eduardo Rocha. O princípio democrático e a desmilitarização das polícias militares no Brasil. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 118, nov 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13823&revista_caderno=25>. Acesso em jul 2015

né.” (Excerto 1: linhas 21 a 24), tem-se que a polícia é concebida como ‘errada’, pois age com truculência, raiva e infantilidade contra os manifestantes, indivíduos ‘certos’ que não estão fazendo nada.

A marcação desse dualismo ‘certos’ x ‘errados’ parte do caráter excludente da afirmação da identidade e da marcação da diferença, pois tal classificação implica as operações de incluir e excluir, significa demarcar fronteiras, fazer distinções, declarar quem pertence (os habitantes locais) e quem não pertence (os forasteiros) (Woodward, 2000). Vista dessa forma, a identidade está ligada a uma separação entre ‘nós’ e ‘eles’. Como já se disse, nessa relação, aqueles que pertencem ao ‘nós’ são vistos de forma superior àqueles que fazem parte do ‘eles’. Na construção de Rodrigo, os policiais são violentos, e os manifestantes, pacíficos.

No quadro abaixo, podemos visualizar tal construção, observando as formulações escolhidas por Rodrigo que designam a ação dos dois grupos:

Manifestantes
o pessoal tava cantando
tinha gente conversando com os pms que tavam lá.
e não tava acontecendo nada↑
todo mundo começou a gritar
a gente continuou gritando
então o pessoal ficou dançando, cantando, umas músicas
e e num tinha ninguém >fazendo °nada°<
então todo mundo começou a correr↑ eu corri↑ pra caramba↑
>não tinha o que fazer< eu abaixei↓

Todas as ações dos manifestantes pressupõem atos pacíficos, ao passo que as ações da polícia são construídas como repressoras e exageradas:

Policiais
o choque passou algumas↑ vezes↑
e eles passam com ARmas↑ e ficam olhando, revistando
NEsse dia eles passaram↑
aí eles foram embora↓
eles vieram com com aquele caminhão de Água↓ e começaram a jogar

em todo mundo
eles ficaram putos ↑e eles começaram a atirar bala de borracha↑ em todo mundo↑ e vir, vir. na nossa direção↑
eles tavam do meu lado h mandando eu abaixar
<u>aí</u> , todo tipo de abuso verbal: ali
, não bateram em ninguém.

As escolhas discursivas de Rodrigo marcam a oposição entre os dois grupos: policiais violentos *versus* manifestantes pacíficos. Se observarmos a filiação de Rodrigo aos manifestantes, compondo uma identidade coletiva (Duszak, 2002), temos a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’, estabelecendo distinções excludentes, e ainda contribuindo para a ação coletiva, isto é, levando os indivíduos a agirem coletivamente em função das ideias/experiências que compartilham (Snow, 2001).

Analisando essa narrativa, percebemos que a repressão policial é tornada relevante na construção da dicotomia manifestantes *versus* policiais. Tal oposição possibilita a construção identitária de Rodrigo sob uma luz favorável (Goffman, [1959] 2009), em oposição ao Outro (Silva, 2000), ao policial. Em resumo, a repetição da avaliação ‘num tá acontecendo nada’ e o destaque que a violência policial recebe na narrativa de Rodrigo nos possibilitou os seguintes entendimentos:

- O ponto da narrativa é desqualificar a polícia;
- Os policiais foram construídos como violentos, infantis, não profissionais, dentre outros;
- Os manifestantes foram construídos como pacíficos (por não recorrerem à violência física), alegres e irônicos;
- Ocupar é rua é um direito de todos;

5.1.2.

As narrativas e as construções identitárias de Rodrigo

Nesta subseção, analisaremos como Rodrigo se constrói identitariamente a partir de um outro momento narrativo de sua história: o da prisão. A análise será novamente orientada pela estrutura laboviana, observando como o ponto da história é construído, os elementos tornados relevantes com o uso das avaliações, as quais trazem à tona as reivindicações identitárias do entrevistado.

Após a primeira narrativa, que funciona como uma grande contextualização dos eventos que levaram à detenção de Rodrigo, conversamos sobre os excessos da polícia. Até que eu retomo a questão da prisão e solicito, novamente, que ele me conte sobre a detenção.

Excerto 5 (20:47) – ‘era eu e mais cinco pessoas que eu não conhecia, uma quadrilha’

285 **Etyelle** =ah, é, o que que >aconteceu quando você.< chegou
 286 lá?
 287 **Rodrigo** não- eu tava gravando↑ eles chegaram. e falaram pra
 288 delegada, ‘olha, eles estavam jogando essas pedras
 289 aqui no no carro de polícia.’era eu e mais cinco
 290 pessoas que eu não conheci↑,uma quadrilha↑(.) e
 291 como eu tava gravando no celular eu >eu não
 292 cheguei a grava tudo< porque eu tava com dois com
 293 dois celulares. e o tempo inteiro eles pegavam meu
 294 celular pra ver se tava filmando. e o outro que
 295 tava filmando ficou no chão↓ e >teve um momento<
 296 que eles já tinham xingado↑ tanto↑ que eu pensei
 297 ‘eu vou, é melhor eu parar de gravar, porque eu já
 298 tenho o suficiente,’ tipo:, sei lá:, você vai
 299 parar de gravar. ou se eles vão descobrir↓ e eu não
 300 sabia que ia acontecer também↓ que eles iam botar a
 301 pedra na minha frente. mas de qualquer forma, TEM↑
 302 gravado eu correndo↑ a camisa balançando↑ num sei o
 303 quê. e tem um momento↑ que eles mandam todo mundo
 304 senta- deitar↓ e fala que ‘vamo enfiar uma piroca↑
 305 no cu de vocês↑’ e é: ‘mete porrada↑’ e um monte de
 306 coisa. e aí, cheguei na delegacia↑ e dei para os
 307 advoga↑dos, assim↑ que a gente chegou, falei >‘cara
 308 tem um monte de vídeo aí< vê aí.’e aí, ele eles
 309 mostraram pra delegada↓ a delegada↓ >eles estavam
 310 fazendo já <o: que o choque ((batalhão da PM))faz
 311 uma ficha, que entrega: lá. [pra delegacia.
 312 uhum]
 313 **Etyelle**
 314 **Rodrigo** de porque que a gente te entregou aqui, pegamos os
 315 dados de todo mun↑do, pega >o endereço, telefone,
 316 nome de mãe< e tudo (2.0) e tavam pegando os
 317 nossos da:dos↑ e >enquanto isso a delegada viu< e
 318 de repente pararam↑ ((o choque, de fazer a ficha))
 319 a: delegada mandou chamar eles na sala. dela↑ eu
 320 não vi nada, não posso afirmar. mas: uma advogada
 321 que tava lá disse que >ela< sentou↑ o esporro↑
 322 assim, tipo. mostrou o vídeo. e eles voltaram↑ só
 323 terminaram de fazer esses cadastro, e não teve
 324 queixa, assim, mas <antes o policial da polícia
 325 civil↑ tava< falando ‘ah, provavelmente vai ser
 326 formação de quadrilha↑ a: fiança deve ser
 327 >setecentos<, ou mil reais-↑’ mas assim, extorsão↑ é
 328 extorsão↑
 329
 330 **Etyelle** =ClAro↑
 331 **Rodrigo** e um monte de gente que estava presa ali↑ te↑ve que
 332 pagar↑ ((inaudível)) e só↑ porque a gente tinha os
 333 vídeos↑ [a gente não precisou

Rodrigo, durante toda a entrevista, defende um posicionamento que desqualifica a polícia em diversos âmbitos, seja pelo seu comportamento nas manifestações ou em outras situações, como a sua forma de abordar o cidadão e seus procedimentos burocráticos na aplicação da lei. Em seus argumentos, Rodrigo concebe a polícia como pauta de reivindicação. Desta vez, Rodrigo traz, para o centro de sua história, um vídeo gravado por ele durante a manifestação que contém parte de uma abordagem policial. Para além das construções identitárias, o vídeo ainda exerce duas funções nessa narrativa: 1) explica a liberação dos detidos sem que houvesse queixa; e 2) desqualifica a polícia, ao denunciar uma abordagem violenta. Essa abordagem ainda funciona, individualmente, como choque moral, uma vez que produz um trauma e gera a solidariedade de Rodrigo para com as demais pessoas que passam por uma experiência semelhante a que ele vivenciou.

Retomando a narrativa da prisão, para saber o desfecho da história, pergunto: “=ah, é, o que que >aconteceu quando você.< chegou lá?” (linhas 285 e 286). Rodrigo então inicia sua exposição com a orientação, “eu tava gravando↑” (linha 287) e segue com as ações complicadoras referentes à acusação que ele e os que foram detidos com ele sofreram ao chegar à delegacia (linhas 287 a 289).

Depois, Rodrigo traz uma orientação que me deixa a par de como foi essa chegada à delegacia,: ali “era eu e mais cinco pessoas que eu não conheci↑a,” (linhas 289 e 290). Na sequência dessa orientação, Rodrigo ainda complementa a sua fala com uma avaliação: uma quadrilha↑(. (linha 290). À época dessa manifestação, vigorava o artigo 288º da Constituição do Brasil, que caracterizava o crime de formação de quadrilha como três ou mais pessoas se associando em quadrilha ou bando para cometer crimes⁵³. Rodrigo enfatiza que não conhecia as pessoas que com ele foram acusadas desse crime; portanto, tal acusação seria infundada. Ao dizer “uma quadrilha”, as marcas de ironia se fazem presentes na prosódia e na micro pausa. Essa ironia reforça a

⁵³ A partir de 02 de Agosto de 2013, o artigo 288º do Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação: “Associação Criminosa: Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm#art24>.

desqualificação da polícia que Rodrigo reitera durante toda a entrevista e, ainda, funciona como denúncia de uma atitude condenável, uma vez que a polícia, segundo ele, o conduziu até a delegacia com provas forjadas e, ainda, tentou enquadrá-lo numa acusação de um crime que não cabia à situação.

Rodrigo continua a sua narrativa; entretanto, ele volta para o momento anterior à chegada na delegacia, isto é, ao momento em que ele foi detido “e como eu tava gravando no celular eu >eu não cheguei a gravar tudo< porque eu tava com dois com dois celulares. e o tempo inteiro eles pegavam meu celular pra ver se tava filmando. e o outro que tava filmando ficou no chão” (linhas 290 a 295). Essa orientação faz parte da sua construção identitária como um manifestante experiente, esperto e precavido. Como se já tivesse percebido possíveis problemas, ele portava dois celulares e deixou apenas um gravando o evento para despistar os policiais. Essa atitude de Rodrigo reforça o caráter de manifestante profissional em oposição aos policiais, construídos como não profissionais em sua narrativa anterior.

A explicação do motivo pelo qual Rodrigo não gravou todo o evento é seguida pela ação complicadora, que ainda faz referência à narrativa anterior, ao momento no qual Rodrigo foi detido. Retomando esse episódio anterior ao momento da chegada à delegacia, Rodrigo sai do mundo da história e volta ao mundo da interação em:

295 **Rodrigo** ↓ e >teve um momento< que eles já tinham xingado↑
 296 tanto↑ que eu pensei ‘eu vou, é melhor eu parar de
 297 gravar, porque eu já tenho o suficiente,’ tipo:,
 298 sei lá:, você vai parar de gravar. ou se eles vão
 299 descobrir↓ e eu não sabia que ia acontecer também↓
 300 que eles iam botar a pedra na minha frente. mas de
 301 qualquer forma, TEM↑ gravado eu correndo↑ a camisa
 302 balançando↑ num sei o quê. e tem um momento↑ que
 303 eles mandam todo mundo senta- deitar↓ e fala que
 304 ‘vamo enfiar uma piroca↑ no cu de vocês↑’ e é:
 305 ‘mete porrada↑’ e um monte de coisa.

Nesse fragmento, percebemos a fragilidade da verossimilhança da história contada por Rodrigo. Ele gravou diversos momentos, mas não gravou o mais importante: o momento em que os policiais colocaram as pedras em sua camisa. Rodrigo justifica o fato de não ter gravado tudo com uma ação narrativa

construída com um discurso reportado (linhas 296 e 297). Nesse trecho, ele faz uma reflexão contendo muitas avaliações a fim de justificar o motivo pelo qual parou de gravar: o fato de o vídeo gravado mostrar ele correndo, a sua camisa balançando e os abusos verbais dos policiais já seriam prova “suficientes” de que as pedras não eram dele.

A partir daí, Rodrigo então volta à narrativa, explicitando o que ele fez ao chegar à delegacia. Nesse momento, as ações complicadoras remetem a ele – “e aí, cheguei na delegacia↑ e dei para os advoga↑dos, assim↑ que a gente chegou, falei >‘cara tem um monte de vídeo aí< vê aí.’ e aí, ele eles mostraram pra delegada↓ a delegada↓” (linhas 307 a 310) – e novamente o constroem sob uma luz favorável, como um manifestante corajoso. Apesar de ter passado pela intimidação, quando os policiais pegavam seu celular para ver se ele estava gravando (linhas 292 a 295), Rodrigo entregou os vídeos aos advogados⁵⁴ para que os mesmos tomassem as providências cabíveis à questão.

Depois, ele insere novas orientações, que descrevem o que os policiais fizeram ao chegar à delegacia (linhas 310 a 312; 314 a 317). Durante as manifestações, as pessoas que foram detidas nas ruas pelo batalhão do choque eram conduzidas até alguma delegacia de polícia civil e, ali, uma ficha era preenchida, configurando a “queixa”. Essa ficha fará parte do processo ao qual o indivíduo terá que responder perante a Justiça.

Entretanto, a detenção de Rodrigo teve um desfecho diferente, pois ele possuía o vídeo que poderia ser uma prova de que ele não estava cometendo o crime pelo qual foi conduzido à delegacia. Após as orientações, ele insere as ações complicadoras referentes à atitude da delegada, após assistir ao vídeo: “e >enquanto isso a delegada viu< e de repente pararam↑ ((o choque, de fazer a ficha)) a: delegada mandou chamar eles na sala. dela↑” (linhas 317 a 319); “tipo. mostrou

⁵⁴ Rodrigo não especificou em nossa entrevista quem seriam esses advogados que acompanharam o seu caso. Entretanto, é sabido que durante as manifestações, formou-se um Coletivo de Advogados Ativistas composto por advogados voluntários que atuavam e ainda atuam em manifestações e ilegalidades nos serviços públicos do RJ, contando com o apoio institucional da Ordem dos Advogado do Brasil (OAB/RJ) e Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro (CAARJ). Durante as manifestações de 2013 esses advogados acompanhavam as detenções e prestavam auxílio jurídico aos manifestantes.

o vídeo. e eles voltaram↑ só terminaram de fazer esses cadastro,” (linhas 323 e 324).

Rodrigo avalia a atitude da delegada: “eu não vi nada, não posso afirmar. mas: uma advogada que tava lá disse que >ela< sentou↑ o esporro↑ assim,” (linhas 320 a 322). A entonação em “sentou↑ o esporro↑” pode ser entendida como uma avaliação favorável ao que a delegada fez, visto que ela repreendeu a atitude dos policiais, já condenada por Rodrigo. Essa avaliação culmina no que chamarei de uma pré-coda da narrativa, “não teve queixa,” (linhas 324 e 325), que, nesse caso, também exerce uma função avaliativa. Isso porque Rodrigo conseguiu parecer favorável da delegada e sair da delegacia sem ser fichado.

Após a pré-coda, Rodrigo ainda volta ao mundo da narrativa, por meio de um *flashback*: “assim, mas <antes o policial da polícia civil↑ tava< falando ‘ah, provavelmente vai ser formação de quadrilha↑ a: fiança deve ser >setecentos<, ou mil reai-↑’” (linhas 325 a 328). Essa fala do policial constrói o que aconteceria com Rodrigo se ele não tivesse o vídeo. Esse *flashback* funciona como uma justificativa para o desfecho do evento, “não teve queixa”. Rodrigo sai como “vencedor” da situação. A princípio Rodrigo foi acusado de ter jogado pedras no carro da polícia, mas, no final das contas, ele não sofreu as sanções que, de acordo com a fala do policial na delegacia, deveria ter sofrido. Tal situação culmina com a construção identitária de Rodrigo como um herói da situação.

Na resolução da história “e um monte de gente que estava presa ali↑ te↑ve que pagar↑ ((inaudível)) e só↑ porque a gente tinha os vídeos↑ [a gente não precisou” (linhas 331 a 333), é possível visualizar novamente a construção de Rodrigo como um herói, uma vez que, graças ao vídeo que ele gravou, nem ele, nem os que com ele estavam, precisaram pagar a fiança.

Ao final da narrativa, Rodrigo ainda prosseguiu sua fala, fazendo uso de *flashbacks* avaliativos acerca da história que contou. Deles, destacamos um que, além de colaborar com o ponto da história, a saber, a desqualificação da polícia, ainda traz mais construções identitárias de Rodrigo:

Excerto 6 (23:27) - ‘é tortura na frente de todo mundo’

- 350 **Rodrigo** é, e e isso, né, um cara com uma arma↑ mandando
 351 você esfregar, a sua cara, no chão↑ e: falando que
 352 vai enfiar uma piroca do tamanho de uma coluna no
 353 °seu cu°, isso é tortura↑ [é tortura↑
 354 **Etyelle** É hh, é tortura, é.]
 355 **Rodrigo** é tortura na frente de todo [mundo↑
 356 **Etyelle** tortura psicológica↑]
 357 **Rodrigo** apenas eu sou tão, eu sou tão:, talvez
 358 esclarecido, e estabilizado pra, assim, realmente↑
 359 é: causa um certo trauma↑ e os pesadelos, que eu
 360 tive com isso, foi, muito. é é, isso assim que eu
 361 to falando [>porque a minha< é leve↑ porque o cara
 362 chega falando ‘não. mete. porrada.’ IMAGINA↑
 363 **Etyelle** =quem apanhou. °né°,
 364 **Rodrigo** quem, quem é pior, sabe, quem, é: >muito bizarro<

A forma como Rodrigo constrói sua experiência, aqui, corrobora a concepção da violência policial como choque moral. As escolhas linguístico-discursivas marcam os excessos cometidos pela polícia (linhas 350 a 353). Compreendemos esses excessos como choque moral (Jasper, 1997) não apenas por gerarem indignação, mas por também gerarem o trauma, anunciado na fala de Rodrigo (linha 359).

Essa atuação da polícia é avaliada por Rodrigo como tortura. Ao enfatizar que é tortura na frente de todo mundo, ele suscita a ideia de humilhação. Nesse ponto, coconstruo com ele o significado, complementando sua fala em “tortura psicológica↑]” (linha 356). Destacamos a progressão do trauma vivenciado por Rodrigo em sua narrativa. Em um primeiro momento, ele desqualifica os policiais em tom jocoso e festivo (excerto 4) e, progressivamente, sua história vai assumindo contornos de medo, ameaças e humilhação.

Em face do caráter contraditório e mutável das identidades (Bauman, 2005; Moita Lopes, 2001), percebemos que Rodrigo se apresenta como “esclarecido” e “estabilizado” (linha 168), mas admite que o que vivenciou lhe causou um certo trauma e que ele teve pesadelos com isso. Para além disso, Rodrigo também se solidariza com quem sofre traumas piores, isto é, com quem sofre agressões físicas. Em vários casos, os excessos cometidos pela polícia nas abordagens das pessoas são acompanhados de violência física. Co-construímos juntos essa reflexão nas linhas 362 a 364. Conforme salienta Teixeira (2014), a partir das Jornadas de Junho tivemos uma abertura para a construção de *solidariedade entre classes*. Muitos dos que saíram às ruas em protesto sentiram

na pele, pela primeira vez, a brutalidade do *modus operandi* de uma polícia atuante na favela.

Portanto, por meio da análise dessa narrativa, percebemos as construções identitárias de Rodrigo, que o projetam numa luz favorável, como um manifestante experiente, um herói, um indivíduo equilibrado e esclarecido. Percebemos que tais construções se revelam na medida em que ele conta a sua narrativa sobre a prisão. Para além dessa questão, identificamos a forma como a violência policial é costurada em sua história: como trauma, mas como choque moral (Jasper, 1997).

Sendo assim, tanto o ponto da narrativa como as avaliações feitas por Rodrigo constituem importantes ferramentas para identificarmos as construções identitárias que ele reivindica. Assim, percebemos a utilidade dos estudos narrativos para a investigação das construções identitárias dos indivíduos nas interações em sociedade.

5.1.3. A entrevista como situação social

Conforme discorremos no capítulo 4, Rodrigo e eu fazemos parte do mesmo contexto: ativistas que participam de coletivos de mídia alternativa. Embora frequentássemos os mesmos locais, eu não tinha com ele uma relação próxima. Entretanto, o fato de compartilharmos o mesmo contexto traz à tona determinadas questões que são vitais para o entendimento das identidades que Rodrigo reivindica em nossa entrevista. Em função desse contexto, entendemos que Rodrigo busca se projetar favoravelmente em nossa interação, também dado o caráter situado das construções identitárias.

Dividiremos essa análise em duas subseções. A primeira delas analisará a mudança de enquadre que se estabelece durante a fala de Rodrigo acerca da polícia. A segunda analisará a minha participação na coconstrução dos eventos por ele narrados.

5.1.3.1. A mudança de enquadre – de ativista político a ativista especialista

Em uma entrevista de pesquisa, é comum que o pesquisador forneça o tópico da conversa, bem como os dados e as explicações teóricas acerca do que está acontecendo no objeto de pesquisa. Nesse sentido, a especialista seria eu, a

pesquisadora, que forneceria explicações a Rodrigo. Estabelecer-se-ia uma relação assimétrica entre nós, a meu favor. Entretanto, em nossa interação, Rodrigo inverte essa relação. Mais do que coconstruir comigo os significados acerca das manifestações e da atuação policial, ele me fornece explicações teóricas sobre o assunto. Nessa subseção, investigaremos as estratégias das quais ele faz uso nessa inversão e como isso se relaciona com as identidades que ele projeta, sem perder de vista uma questão crucial: concebemos a entrevista como uma coconstrução dos significados (Mishler, 1986).

Sobre a interação construída entre mim e Rodrigo durante a entrevista, a noção de enquadre de Goffman ([1979]2002) nos auxilia na compreensão da organização do discurso e nos orienta para aquilo que está acontecendo em uma interação. O primeiro enquadre estabelecido por mim foi, como se sabe, o de entrevista, ainda que buscando retirar ao máximo o caráter formal do evento, na tentativa de estabelecer uma interação mais similar às de conversas espontâneas.

Excerto 1

16 **Etyelle** então, assim, eu fico::, eu tô um pouco: pensando
 17 como é que vai ser, né >lógico que eu vou escrever<
 18 sobre o que vier, né, sobre o que der, mas: a
 19 princípio, assim, eu queria entender. como que as
 20 peçoas estão: enxergando o que a polícia tá
 21 fazendo., a polícia tá certa? a polícia tá errada. tá
 22 mais ou me:nos. somos nós↑ que estamos errados >na
 23 forma como estamos conduzindo< as coisas, né. >num
 24 sei, assim,< eu queria que você falasse sobre as suas
 25 opiniões, histórias, sentimentos

A construção das perguntas abertas visava à chancela do entrevistado, entendendo-o não como um repositório de respostas a serem extraídas por mim, mas como um participante da coconstrução dos significados (Mishler, 1986; Frias, 2013) sobre a violência policial nas manifestações.

O uso do termo ‘nós’ (linhas 20 a 22) me coloca não só como participante da pesquisa, mas também como participante do significado a ser construído na entrevista por nós dois. Demonstra que existe um domínio comum entre nós, um contexto compartilhado de vivências e experiências: os protestos.

À medida que Rodrigo inicia a sua fala, ele é referendado e, como tal, possui um maior controle do processo tornar significadas as coisas que diz (Mishler, 1986).

Excerto 7 (01:02) ‘até pouco tempo eu não era um inimigo do Estado’

26 **Rodrigo** cara, assim, é: eu acho que: >essas manifestações<,
 27 elas estão trazendo muita coisa à tona. assim, é: a
 28 >atuação da polícia,< ela num acho que ela ficou
 29 diferente agora, apenas surgiram novas, novos
 30 momentos pra ela atuar. mas a lógica de atuação não
 31 mudou e é isso que surpreendeu, porque muita gente
 32 não, não parava pra racionalizar o que que era
 33 realmente a polícia e agora a gente tá vendo que:
 34 realmente é: eu >sou da classe média<, assim, então
 35 até pouco tempo eu não era um inimigo do estado,
 36 >entendeu< eu não, não causava nenhum dano e a
 37 partir do momento que eu começo a me engajar muito
 38 politicamente pra mudar esse estado, eu viro um
 39 inimigo. >todo mundo que quer mudar aquilo< ou que
 40 não interessa pra especulação imobiliária, pros
 41 interesses econômicos daquele estado, que eram os
 42 pobres, >não necessariamente a polícia, massacrava
 43 os pobres, porque eles se manifestavam< massacrava
 44 os pobres, simplesmente porque eles existiam é: o
 45 morador de rua sempre foi massacrado, o ambulante
 46 sempre foi massacrado, porque naquela lógica de
 47 estado, eles eram inimigos pra, pra quaisquer
 48 interesses, seja o: de: valorização imobiliária,
 49 seja da >realização de grandes eventos< e agora,
 50 pra própria existência desse estado corrupto, eu
 51 sou é eu passo pro lado dos inimigos, né, todo
 52 mundo que tá ali na manifestação, que é uma
 53 manifestação muito clara, enfim, >às vezes é muito
 54 clara às vezes não é< mas é: é: uma coisa muito
 55 mais forte e tem alvos bem direcionados, apesar de
 56 acharem, de dizerem que não tem, eu acho que tem e
 57 que são muitos alvos, não é um alvo, são, é muitos
 58 focos, sabe? é: não falta foco, na verdade tem
 59 excesso de foco, até sabe e: e a polícia, ela vem,
 60 >exatamente< pra, pra coibir, que algo seja mudado,
 61 nessa, ne, nesse sentido assim, né, desse estado, e:
 62 só que como é na rua. é: num é na favela, tem
 63 gente filmando, tem, então tem certas coisas ali,
 64 que são atenuadas assim né, é a gente num levou tiro
 65 de fuzil, a gente levou tiro de borracha, a gente
 66 num levou, é: porrada, ninguém foi estuprado no meio
 67 da da rua, como acontece quando a polícia entra na
 68 >favela< é: e nesse sentido, eu acho que eles têm
 69 muita noção do que que tá sendo feito. só que a
 70 lógica é a mesma, a lógica de repressão é a mesma,

No excerto acima, percebemos que a forma como Rodrigo constrói os argumentos conferem a ele um caráter superior ao de um ativista político. Ele discorre acerca da lógica de atuação da polícia como um especialista no assunto. Se, no entanto, como já dito, assumíssemos uma postura tradicional quanto aos estudos com entrevistas, a especialista seria eu, a pesquisadora, aquela que

forneceria as explicações teóricas e os tópicos conversacionais por meio das perguntas feitas (Gubrium e Holstein, 2003). É importante ressaltar isso em função do movimento que o entrevistado realiza ao ser chancelado, empoderado na construção dos significados na entrevista. Ele se posiciona como um intelectual, um especialista em movimentos de protesto e repressão policial. A relação entre nós é assimétrica, mas a favor dele, aquele que exerce o poder, que detém o conhecimento sobre o assunto.

O tom de voz de Rodrigo é sereno. Conforme podemos perceber na transcrição dos dados, não há alongamento em sua fala ou elevação no seu tom de voz. Ele fala de episódios violentos, discute sobre situações que foram/são motivos de indignação entre as pessoas que participaram dos protestos de junho e daqueles que ainda permaneceram na rua, demonstrando pouca emoção. Ele, que esteve presente à situação sobre a qual discute, fala dela com baixo envolvimento emotivo, como se não estivesse presente ali, o que pode se relacionar a seu alinhamento como especialista. Alguém que observa o fato e discorre analiticamente sobre ele, fazendo uso de longos turnos, avaliando as situações com distanciamento emocional.

Temos, então, uma mudança de enquadre: de uma entrevista de pesquisa entre uma pesquisadora e um ativista, para uma palestra de um especialista a uma leiga. Rodrigo torna-se o especialista, e eu, a interlocutora que recebe as explicações por ele fornecidas. Eu me alinho à mudança de *footing* realizada por Rodrigo e ratifico as exposições analíticas que ele faz. Observando essa minha atitude, temos que os participantes de uma interação buscam fornecer uma resposta adequada à situação e, assim, contribuir para a manutenção da situação social construída (Bateson, [1972] 2002). A mudança de enquadre que se estabelece em nossa interação diz respeito ao caráter dinâmico do encontro (Goffman, [1979] 2002).

Conforme discutimos no capítulo 4 – Aspectos Metodológicos, Rodrigo é um manifestante muito conhecido pelos manifestantes em geral e pelos frequentadores das ocupações, em razão de suas intervenções artísticas. É relevante ressaltar esse aspecto, pois entendemos que essa forma de atuação de Rodrigo colabora para a sua construção como uma pessoa ativa e esclarecida.

Um outro ponto relevante para análise é o perfil dos manifestantes de junho, pois os alinhamentos que Rodrigo faz marcam a mudança em seu processo

de construção identitária. Em sua exposição, ele se declara como pertencente à classe média; entretanto, em toda entrevista ele problematiza esse pertencimento. O seu alinhamento como ativista especialista marca essa problematização.

Conforme discutimos no capítulo 2, alguns estudiosos enquadram os manifestantes do período estudado como pertencentes a uma classe média ‘elitista’. Tal visão considera que, como pertencentes a essa classe, tais pessoas não estariam acostumadas com o uso da violência policial. Quando Rodrigo diz que a polícia aplicou a mesma lógica de atuação na favela para reprimir a chamada classe média (linhas 24 a 30), ele corrobora essa visão e ainda avalia: “a lógica de atuação não mudou e é isso que surpreendeu” (linha 28).

Se a lógica de atuação não mudou, é preciso observar que circula na sociedade um discurso (Bakhtin, 2003) de que, se existe um alvo a quem a lógica de atuação da polícia deve ser aplicada, esse alvo não é a chamada classe média. Rodrigo ratifica isso quando diz que os pobres são ‘massacrados simplesmente porque existiam’ (linhas 40 e 41). Em sua visão, todos os que são considerados ‘inimigos dos interesses de determinados grupos na sociedade’ são considerados inimigos do Estado (linhas 42 a 49) e, por isso, reprimidos. Nesse ponto, Rodrigo e os manifestantes não se encaixariam no grupo de pessoas que deveriam sofrer repressão; entretanto, ao se engajarem politicamente e lutarem contra a existência do Estado corrupto, ele e os demais manifestantes passam ‘pro lado dos inimigos’ e, por isso, são reprimidos (linhas 36 a 41).

Nessa exposição altamente analítica, Rodrigo constrói-se identitariamente ao argumentar que sofreu repressão porque “passou para o lado dos inimigos do Estado”. Sendo as identidades “modos de ser certos tipos de pessoa” (Gee, 1990 *apud* Moita Lopes, 2003), intimamente relacionadas ao contexto social, cada sujeito irá possuir marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de um modo singular, assim como posicionam também as pessoas que estão participando da interação (Moita Lopes, 2003), Rodrigo se constrói como inimigo do Estado porque é engajado politicamente.

Apesar de se construir como pertencente à classe média (linhas 31 a 35), Rodrigo parece tentar se distanciar dessa classe, tendo em vista o discurso que

muito circulou pela sociedade brasileira⁵⁵ acerca da repressão exagerada aos manifestantes (em função da condição socioeconômica deles). Tal busca é perceptível quando ele traz os seguintes argumentos: só que como é na rua. é: num é na favela, tem gente filmando, tem, então tem certas coisas ali, que são atenuadas assim né, é a gente num levou tiro de fuzil, a gente levou tiro de borracha, a gente num levou, é: porrada, ninguém foi estuprado no meio da da rua, como acontece quando a polícia entra na >favela< (linhas 62 a 68). Rodrigo enfatiza que na favela a repressão é pior do que aquela que os manifestantes sofreram nas ruas. Com isso, ele constrói, não como um indivíduo de classe média reprimido injustamente, mas como uma pessoa politicamente engajada, que já possuía um entendimento acerca da lógica de atuação da polícia na favela – embora nunca tivesse sofrido algo até então (até virar um inimigo do Estado) por conta dessa lógica, “só que a lógica é a mesma, a lógica de repressão é a mesma” (linhas 69 e 70). Tal oposição ao discurso de manifestante classe média pode também estar associada à questão da deslegitimação do movimento, isto é, se a maioria participante do protesto é de uma elite, então suas reivindicações não seriam legítimas como as de pessoas que realmente precisam lutar para garantir os seus direitos. Um discurso desse tipo deslegitimaria a luta de Rodrigo nas ruas.

Portanto, é positivo, em nosso contexto, se construir como indivíduo politicamente engajado, diferenciando-se do indivíduo de classe média que participa de manifestações. Até porque, após o esvaziamento das ruas, apenas grupos que se reconheciam como politicamente engajados permaneceram em outras frentes de atuação, o que colabora para reforçar a identidade de ativista.

Outra questão importante a se destacar, aqui, é que Rodrigo, ao falar da lógica de atuação da polícia, traz a questão da representatividade do Estado. Ele constrói a polícia como protetora de um determinado grupo que não a população, protegendo os interesses (econômicos) do Estado, contra os pobres. Essa percepção dialoga com a questão da crise da representatividade. As manifestações de junho também questionaram a forma como o país vinha sendo gerenciado pelos

⁵⁵ Por meio das redes sociais, principalmente.

seus representantes políticos. A crise no governo representativo consiste na distância entre representantes e representados (Manin, 1995). Nesse sentido, ao colocar o Estado como preposto de determinados interesses, que não os da população, Rodrigo acentua essa distância, corroborando a questão da crise da representatividade.

O próximo excerto a ser analisado compõe comentários avaliativos acerca dos sentimentos e das emoções de Rodrigo enquanto era conduzido até a delegacia policial, após ser detido em uma manifestação

Aqui, analisaremos as construções identitárias de Rodrigo em função da interação desenhada entre nós e do contexto que temos em comum: a participação nos protestos e nos coletivos de mídia alternativa.

Excerto 8 (01:02) ‘até pouco tempo eu não era um inimigo do Estado’

201 **Rodrigo** e: o >tempo inteiro eu lembrava< o quanto como deve
 202 ser isso numa fave↑la, assim uma viatura que que o
 203 cara apaga a luz, manda você não olhar no rosto
 204 dele e que sai ali, eu tava saindo da de ipanema
 205 com desti↑no à décima quar↑ta ((delegacia)), muita
 206 gente vi↑u a gente sendo preso↓ então as pessoas já
 207 foram pra décima quarta, então eu sei que é
 208 diferente, de: sei lá↑ de sair de uma favela↓ pruma
 209 avenida brasil sem testemunhas, [numa viatura
 210 **Etyelle** [é o °amarilão°]
 211 **Rodrigo** no escuro, o tipo de tortura assim, de, já ouvi de
 212 gente que leva > tiro no pé, tiro na mão< é, é o
 213 tipo de abuso >que as pessoas devem sofrer ali<
 214 assim é muito chocante, muito chocante, assim, mas
 215 é porque eu sempre tive contato com com fave:la, com
 216 organizações↓ associações↓ é enfim, espontâneo, eu
 217 não tenho nenhum contato direto, não faço, mas
 218 sempre faço algum trabalho, alguma coisa, é alguma,
 219 algum debate, eu sempre, essa discussão tá sempre
 220 muito aí pra mim↑ assim, eu sempre ouço muita, muito
 221 relato assim((estalo de dedos)) então eu tenho
 222 noção do que que é aquilo e >quando acontece com
 223 você< é: muito estranho↑ porque: e eu acho que é
 224 isso que tá acontecendo com grande parte da classe
 225 média ou essas pessoas que >estão se manifestando<
 226 você começa a ver um cara atiran↑do em você, você
 227 'cara eu num to fazendo nada', você tá com a mão
 228 pra cima, 'sem violência' e ele tá mirando e
 229 mandando 'sai daqui', cara mas, eu num fiz NAda pra
 230 que chegasse nesse ponto↑ eu num matei um monte de
 231 gente e cheguei agora e pedi 'sem violência↓' e as
 232 pessoas estão tendo noção de como é a forma da
 233 polícia, é, é, ela tem uma ordem, ela age nessa
 234 ordem e essa ordem protege a a um grupo de pessoas
 235

Para a análise desse excerto, vamos levar em consideração as seguintes questões: quem é o interlocutor? E quais discursos são permitidos/esperados com esse interlocutor?

Tendo em vista o movimento que Rodrigo faz, durante a interação, para se construir numa luz favorável (Goffman, [1959] 2008), como alguém engajado na luta pelas ruas, nas linhas 201 a 203 e linhas 211 a 214; ele traz mais uma face dessa identidade: a de indivíduo que possui compaixão pelo sofrimento do favelado face a uma prisão arbitrária.

Uma vez que as identidades são construções discursivas, multifacetadas e até contraditórias (Bauman, 2005, 2007; Moita Lopes, 2001, 2003), Rodrigo, embora da classe média, busca um distanciamento da chamada classe média manifestante, em favor de sua construção como um indivíduo politicamente engajado, o qual entende que a repressão que se dá no asfalto é, por assim dizer, mais branda do que aquela que acontece na favela (linhas 220 a 225). Ele afirma que viveu empiricamente a situação e defende que ouvir um relato é algo diferente de experienciá-lo. Apesar de ter noção do que é a violência policial na favela, quando Rodrigo vivencia isso nos protestos, ele avalia a situação como: ‘é muito estranho’, e estende esse entendimento a toda classe média (linhas 219 a 222). Nisso percebemos as contraditórias identidades construídas por ele. Ter noção do que é a repressão na favela e participar de movimentos sociais não o isentou do choque ou do estranhamento quando vivenciou um tipo de violência policial. Afinal, a classe média não está acostumada com esse tipo de abordagem. A fala de Rodrigo no excerto 7 reitera esse entendimento quando ele diz que “a lógica de atuação não mudou e é isso que surpreendeu” (linha 28). Portanto, é possível compreender que o choque da classe média com a violência policial com a qual foram tratados nos protestos advém do discurso que projeta tal violência para uma atuação contra criminosos.

É importante esclarecer que, enquanto revisava a análise desse trecho, percebi que, de modo semelhante a Rodrigo, me vi em estado de choque diante da violência que presenciei na manifestação do dia 20 de junho, conforme destaquei na introdução dessa dissertação. Entender como a polícia atua e criticar essa atuação também não me isentou do choque ao vivenciar um tipo de repressão.

Com isso, ressaltar a dimensão autoetnográfica desse estudo exemplificando como me vi parte da pesquisa ao analisar esse trecho.

Seguindo a análise, eu me alinho à construção de indivíduo engajado politicamente realizada por Rodrigo, concordando com o que ele está falando, com o uso de uma sobreposição em “[é o °amarildo^{56°}]” (linha 210). Levando em consideração que eu, a interlocutora, participo desse contexto, torna-se significativo, e até esperado, o fato de ele se lembrar como deve ser uma prisão na favela enquanto vivenciava a mesma experiência, já que é contra arbitrariedades desse tipo que lutamos também.

Rodrigo demonstra que está sempre presente, de alguma forma, na favela, o que o constrói como uma pessoa engajada nos movimentos sociais (linhas 216 a 220). Entretanto, é importante notar a forma como ele destaca seu engajamento, que, a princípio, parece denotar contradições. Pois ele diz que “sempre teve contato com favela” e depois acrescenta que esse contato não era “direto”, mas que “sempre fazia algum trabalho espontâneo”, ou seja, seu contato com a favela não era institucionalizado, ele não se coloca como participante de algum movimento social específico, mas como uma pessoa que participa de forma espontânea e indireta. Tal espontaneidade se configura por uma construção numa luz favorável (Goffman, [1959] 2008), já que, mesmo não “tendo contato direto”, Rodrigo “sempre faz algum trabalho”.

Por fim, Rodrigo, ainda busca enfatizar, no trecho a seguir, as medidas exageradas da polícia frente a uma situação que não envolvia uma prática criminosa:

226 **Rodrigo** você começa a ver um cara atiran↑do em você, você
 227 'cara eu num to fazendo nada', você tá com a mão
 228 pra cima, 'sem violência' e ele tá mirando e
 229 mandando 'sai daqui', cara mas, eu num fiz NAda pra
 230 que chegasse nesse ponto↑ eu num matei um monte de
 231 gente e cheguei agora e pedi 'sem violência'

⁵⁶ Amarildo Dias de Souza (Rio de Janeiro, 1965/1966) era um ajudante de pedreiro que ficou conhecido nacionalmente por conta de seu desaparecimento, após ter sido detido por policiais militares e conduzido da porta de sua casa, na Favela da Rocinha, em direção a sede da Unidade de Polícia Pacificadora do bairro, no dia 14 de julho de 2013. Seu desaparecimento tornou-se símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial. A campanha “Onde está o Amarildo?” foi iniciada nas redes sociais, especialmente pelo Facebook, com o apoio de movimentos como as Mães de Maio e da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência.

Ele reclama a função primeira da polícia, que seria a de punir os crimes qualificados e tipificados no código penal (como matar um monte de gente) e não a de agir com truculência com pessoas que, além de “não estarem fazendo nada”, ainda estavam com “a mão pra cima” (um sinal de rendição). Aqui ele acentua a dicotomia manifestantes *versus* policiais, sobre a qual discutimos no item 5.1.1: os manifestantes não fazem nada e a polícia age com truculência.

Além de justificar o seu pedido (“sem violência”) baseado no fato de não ter feito nada de errado, ele ainda significa a ação da polícia como ‘vilã’; uma instituição que, independente de qualquer situação (justa ou não), agirá da mesma forma: “‘e as pessoas estão tendo noção de como é a forma da polícia, é, é, ela tem uma ordem, ela age nessa ordem e essa ordem protege a a um grupo de pessoas” (linhas 233 a 235).

Os excertos aqui analisados trazem os argumentos que fazem parte da compreensão de Rodrigo defendida durante toda a entrevista: a desqualificação da polícia. No alinhamento de especialista, ele analisa aquilo que entende por atuação da polícia. Nesse processo, destacamos algumas de suas construções identitárias, que o projetam numa luz favorável diante de mim, outra ativista, como indivíduo politicamente engajado. Temos, ainda, a tentativa de Rodrigo de se distanciar da construção ‘manifestante classe média’. Nesse movimento, também observamos o caráter contraditório e multifacetado das identidades reivindicadas (Bauman, 2005; 2007), uma vez que, apesar de engajado em diversos movimentos sociais, Rodrigo sentiu um estranhamento ao vivenciar a repressão não comum aos pertencentes à classe média.

Para além da compreensão da mudança no alinhamento e das construções identitárias de Rodrigo, sua exposição apresenta importantes contribuições para o entendimento de como os manifestantes de junho de 2013 percebem a repressão policial no período em estudo.

5.1.3.2. Interações na narrativa

Quando Rodrigo comenta que chegou a ser preso, a nossa interação assume outras características. Enquanto, antes, ele era o especialista da situação, e eu, uma interlocutora mais passiva, aqui passo a atuar de forma mais ativa na

entrevista, coconstruindo com ele os significados acerca da violência policial. Conforme colocamos na introdução desse capítulo, meu interesse inicial era por narrativas que contemplassem a violência policial. Possivelmente por esse motivo, quando Rodrigo inicia sua narrativa, começo a participar de forma mais ativa em nossa interação.

Durante a narrativa de Rodrigo, percebemos que há uma mudança no enquadre. Ele não mais se comporta como especialista e analista da situação. Apesar do seu baixo envolvimento ao contar sua experiência, perceptível pelo seu tom de voz, Rodrigo titubeia entre a identidade de pessoa esclarecida e pessoa que viveu um trauma, o que demonstra o caráter mutável das identidades: apenas eu sou tão, eu sou tão:, talvez esclarecido, e estabilizado pra, assim, realmente† é: causa um certo trauma† e os pesadelos, que eu tive com isso, foi, muito. (Excerto 6 – linhas 169 a 170).

Temos, então, durante a narrativa, a minha participação na coconstrução dos eventos narrados em:

Excerto 9 (08:35) – ‘eu não sabia que você tinha sido preso’

06	Etyelle	>eu não sabia que você tinha sido< preso
07	Rodrigo	num† desses momentos‡ (2.0) >a gente estava na
08		frente da casa do oliveira‡< [((inaudível))
09	Etyelle	ah naquele dia do: da favela nas ruas?]
10	Rodrigo	[na taylor não, é, não, no outro, é]
11	Etyelle	ah, não, no outro, pensei que fosse no da favela.
12		na taylor‡]

No excerto acima, destacamos a minha participação na coconstrução do evento narrado por Rodrigo. Levando em consideração que “toda narrativa integra uma construção dialógica, em que tornam salientes os traços de ‘apoio’ que o interlocutor fornece ao contador da estória” (Ribeiro, 1996:44), em pesquisas de caráter qualitativo, com perguntas semiestruturadas, tal característica também se faz presente. Participando da coconstrução das orientações da narrativa de Rodrigo, exerço a função esperada para um interlocutor ao ouvir uma história.

Importante salientar que, como participante do contexto pesquisado, busquei coconstruir o evento a ser narrado, na tentativa de me alinhar à fala de Rodrigo e saber se eu havia estado na manifestação em questão. Aqui, destaco a minha participação na interação, não como pesquisadora e sim como ativista, pois,

ao buscar saber se eu estava na referida manifestação, tentei me alinhar a ele como participante dos protestos também e não como alguém que assistia aos eventos apenas a fim de pesquisar sobre eles.

Observando nossa interação, levando em consideração o fato de compartilharmos o mesmo contexto, ocorre que, num primeiro momento, eu participo mais como ouvinte da explanação de Rodrigo, e ele, como um especialista que analisa a violência policial. Temos, aqui, uma relação mais assimétrica, sendo ele o empoderado.

Num segundo momento, no entanto, participo de forma mais ativa da interação, uma vez que busco coconstruir os eventos que compõem a história de Rodrigo. Toda a análise aponta para as construções identitárias reivindicadas por ele, que o projetam numa luz favorável.

Passaremos, agora, à análise dos dados gerados com Elaine, outra manifestante entrevistada.

5.2. Elaine: a dispersão policial como um ataque à população

Esse segundo bloco do presente capítulo analisa os dados da entrevista realizada com a manifestante Elaine. A análise novamente está dividida em três subseções que contemplam as perguntas de pesquisa dispostas na introdução deste capítulo. Seguiremos a mesma ordem de análise, baseada nas perguntas de pesquisa que adotamos para a análise dos dados de Rodrigo.

Conforme discorremos no capítulo 3 - Aspectos Metodológicos, Elaine é uma ativista que, além de participar das manifestações, era muito assídua nas ocupações de rua. Entretanto, à diferença de Rodrigo, ela não fazia parte de nenhum coletivo de mídia alternativa. Com isso, nossa interação, dentre outros fatores, é desenhada pelo contexto que compartilhamos: as manifestações e as ocupações de rua. Em consequência, como se verá adiante, busco enquadrar a entrevista como uma conversa espontânea, uma vez que o compartilhamento da militância gera uma relação simétrica em nossa interação.

5.2.1.

Policiais *versus* manifestantes: ‘eles aplicando tiro de borracha e o pessoal encostado na parede’

Observaremos, aqui, como Elaine constrói suas identidades ao narrar a experiência de repressão policial pela qual passou em uma manifestação, considerada por ela como a mais violenta. Partindo da noção de choque moral (Jasper, 1997), investigaremos como Elaine torna relevante a repressão em sua narrativa, fazendo uso de uma estratégia similar à de Rodrigo, a discursivização da dicotomia manifestantes *versus* policiais.

O excerto abaixo é parte da narrativa que Elaine conta acerca da experiência que considera o ‘pior dia de repressão’. Sua narrativa pode ser considerada não-canônica, segundo o modelo de análise proposto por Labov (1972). Ela é construída, basicamente, com orientações e avaliações.

Excerto 10 (02:06) – ‘a galera encostada na parede com a mão pro alto e os caras aplicando bala de borracha’

45 **Elaine** [>sabe< eu assisti a uma cena
46 >quando a gente tava saindo da prefeitura< e indo
47 em direção à alerj⁵⁷↑ a gente entrou na rio, na na
48 rio branco, de novo cara, pra sair, a galera se
49 reagrupou, assim >a galera da resistência< se
50 reagrupou, cara, eu assiti o caveirão entrando↑ e
51 eles aplicando tiro de borracha↑ e o pessoal
52 encostado na parede↑ assim muita gente, era isso
53 aqui ((gesto com as mão, sinalizando a quantidade
54 de pessoas)) de gente encostada na parede e >os
55 caras fazendo pelotão< de fuzilamento, (.) cara,
56 a galera encostada na parede↑ com a mão pro
57 alto↑ e os caras aplicando bala de borracha, (3.0)
58

De acordo com Labov (1972), a narrativa, enquanto um método de recapitular a experiência passada, precisa conter uma série de orações temporalmente ordenadas e deve ser contável, ou seja, é necessário que essa experiência apresente um motivo que leve o narrador a contar sua experiência aos outros. Partindo disso, a narrativa de Elaine é reportável porque se configura no ‘pior dia de repressão’ para ela, conforme ela mesma avaliará mais adiante.

No excerto acima, Elaine constrói a violência da polícia ao ‘aplicar balas de borracha’ contra pessoas que estavam com ‘a mão pro alto’, encostadas na

⁵⁷ ALERJ: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

parede. Ela traz as orientações (linhas 46 e 47) para situar o momento no qual assistiu à cena que se configura nas ações complicadoras (linha 45 a 58). Dentro dessas ações, Elaine faz uma avaliação “assim muita gente, era isso aqui ((gesto com as mão, sinalizando a quantidade de pessoas)) de gente encostada na parede” (linhas 53 a 55) para enfatizar a quantidade de pessoas que estavam encostadas na parede e foram atingidas pelas balas de borracha. O uso de “>os caras fazendo pelotão< de fuzilamento” (linhas 56 e 57) configura a forma como Elaine avalia e constrói com dramaticidade as ações na sequência: “a galera encostada na parede com a mão pro alto e os caras aplicando bala de borracha.” (linhas 57 a 59).

Nessa construção, os manifestantes não foram atingidos pelas balas de borracha ao acaso pelas ruas, mas foram ‘fuzilados’ quando estavam encostados na parede, com as mão para o alto. Tal construção está em consonância com a dicotomia manifestantes *versus* policiais sobre a qual viemos discorrendo ao longo da análise dos dados de Rodrigo, uma vez que os manifestantes estavam com as mãos para o alto, em sinal de rendição e de atitude pacífica, e foram atingidos pelos policiais, grupo que compunha o outro lado (Silva, 2000; Woodward, 2000). O uso dos termos ‘pelotão de fuzilamento’ e os ‘caras aplicando bala de borracha’ acentua o uso da violência praticada pelos policiais nessa manifestação e a falta de ética da atuação policial, se os manifestantes estavam com as mãos para o alto, em sinal de rendição, não seria cabível o uso de balas de borracha.

Nas linhas 46 a 49, Elaine traz as orientações acerca da ‘galera da resistência’ e, na sequência, as ações complicadoras que fazem referência à atitude dos policiais (linhas 50 a 58). Ela não completa as ações da ‘galera da resistência’ que se ‘reagrupou’. Embora Elaine não mencione o desfecho desse reagrupamento da galera da resistência, ela torna relevante outras ações complicadoras, algumas canônicas, como: ‘a gente entrou na Rio Branco’; ‘a galera da resistência se reagrupou’; ‘eu assisti ao caveirão entrando’; e outras não canônicas: ‘e o pessoal encostado na parede’; ‘e os caras aplicando bala de borracha’. E são essas ações que colaboram para a construção do ponto de sua narrativa, qual seja, explicitar

porque considera esse o pior episódio de repressão, pois as pessoas estavam rendidas e, ainda assim, foram atingidas pelo ‘pelotão de fuzilamento’.

Temos, na sequência da fala de Elaine, mais orientações e avaliações que compõem sua narrativa.

Excerto 11 (02:49) – ‘foi o dia mais sinistro que eu já vi de repressão’

- 64 **Elaine** foi o dia mais sinistro que eu já vi de
 65 repressão, assim, papo reto. (2.0) porque você
 66 não tinha pra onde correr, não tinha como
 67 correr, >era uma quantidade muito grande de
 68 pessoas< então você, você assim↑ você imagina,
 69 você tá aqui assim, num lugar como se fosse, sei
 70 lá cordão do, o, o monobloco⁵⁸, a gente e
 71 aquelas:, o gás lacrimogêneo, eles aplicando no
 72 MEIO da população, a pessoa passando mal↑
 73 desmaiando ali↑ e você não tinha como se
 74 locomover↑ aí você corria pra uma rua e o choque
 75 tava aqui, você corria pra outra, o choque tava
 76 aqui e eles tacando↑ simplesmente não tinha o que
 77 fazer, eu tinha, eu vi gente gente querendo se
 78 tacar dentro daquele canal↑
- 79 **Etyelle** Ahã
- 80 **Elaine** porque tava passando mal↑ não conseguia respirar↑
 81 e não tinha pra onde correr↑ pra onde sair,
 82 °entendeu°? pessoas pisoteando umas às outras,
 83 isso com um senhor, senhora, criança↑ (.)você não
 84 tinha como resistir muito tempo,
- 85 **Etyelle** não tinha muito o que fazer, tinha [apanhar↑
- 86 **Elaine** [não tinha, foi um desespero↑
 87 generalizado↑ generalizado, as e o intuito
 88 definitivamente não era dispersar↑ >porque as
 89 pessoas se dispersavam em grupos↑< cara, eles
 90 vinham passando, se tivessem DOIs, TRÊS aqui
 91 parados na esquina, eles iam e tacavam spray de
 92 pimenta na cara,
 93 (5.0)
- 94 **Etyelle** qual o propósito, né? se não era dispersar: era o
 95 quê, né?
- 96 **Elaine** era atacar a população↑ era aterrorizar,

⁵⁸ O Monobloco é um dos mais conhecidos blocos de carnaval da cidade do Rio de Janeiro. Foi criado no ano 2000 pelo grupo Pedro Luís e a Parede e começou como uma oficina com a intenção de ensinar batucada. Ao final do primeiro ano, o grupo fez um desfile no Rio de Janeiro e se oficializou como um bloco. Todos os anos, no domingo após o carnaval, o bloco sai com a bateria completa. Inicialmente os desfiles eram realizados na praia do Leblon e Ipanema no Rio de Janeiro, mas, em 2007, foram transferidos para Copacabana por causa do número de participantes. Em 2007 o bloco reuniu cerca de 40.000 pessoas em Copacabana, em 2008 foram 180.000 e em 2009, a pedido da prefeitura da cidade, o bloco foi transferido para o Centro da cidade onde atraiu uma multidão de cerca de 400.000 pessoas, fazendo do Monobloco o segundo maior bloco do carnaval da cidade.

Ao avaliar o episódio vivido em linhas 64 a 68, podemos sublinhar a já mencionada reportabilidade do evento narrado, sabendo que esta se refere não apenas ao caráter extraordinário de um evento, mas, também, aos motivos pelos quais o narrador escolheu contar esses eventos e não outros (Bastos, 2005). Elaine segue sua narrativa com ações complicadoras, embora elas não apareçam aqui segundo o modelo de Labov, com verbos no passado. O que ela narra, nas linhas 71 a 78 é a sua construção daquilo que viu acontecendo naquele dia. Na sequência dessas ações, Elaine acentua a dramaticidade do evento, ao se colocar como testemunha visual do que relatou em: “pessoas pisoteando umas às outras, isso com um senhor, senhora, criança↑” (linhas 82 e 83). Tal ênfase colabora para a construção da dicotomia que opõe os manifestantes à polícia, pois esta, segundo a visão de Elaine, *atacou* a ‘população’. As pessoas tentavam se locomover, se dispersar, e os policiais ficavam ‘aplicando’ balas de borracha.

Na sequência dessas ações, Elaine faz uma micropausa e elabora uma avaliação em “(.) você não tinha como resistir muito tempo,” (linhas 83 e 84). Essa avaliação carrega um elemento da construção identitária de Elaine: uma ativista que resiste, tendo em vista que, em perspectiva êmica, *resistir* em uma manifestação significa permanecer na rua, mesmo com as tentativas de dispersão por parte da polícia. Como participante da ‘galera da resistência, Elaine se afasta do discurso “manifestante da classe média” que circulou nas mídias e redes sociais acerca da renda dos manifestantes que participaram das Jornadas de Junho. No decorrer de sua fala, ela então constrói uma história sobre como tentou resistir em um dia que não havia como resistir. Constrói-se, assim, como pertencente ao grupo que permanece na rua, independente da repressão.

Participando ativamente da construção da narrativa, eu ainda completo a fala de Elaine em: “não tinha muito o que fazer, tinha [apanhar]↑” (linha 86). Levando em consideração a minha presença no evento narrado, me identifico com a história de Elaine, pois vivenciei aquele episódio também. Elaine aceita a minha contribuição e segue a narrativa, avaliando a repressão aplicada naquele dia: “[não tinha, foi um desespero]↑ generalizado↑ generalizado, as e o intuito definitivamente não era dispersar]↑” (linhas 87 a 89). Tal avaliação

culmina com o ponto da narrativa que Elaine vai construindo ao longo da interação. Ela ratifica o seu entendimento de que o intuito da repressão não era o de dispersar a manifestação, pois as pessoas, mesmo dispersas, continuavam sendo reprimidas (linhas 90 a 93).

Quando eu indago Elaine sobre qual seria, então, o intuito dos policiais, já que não era dispersar a manifestação, ela traz a seguinte avaliação: “era atacar a população↑ era aterrorizar,” (linha 97). Com isso, mais do que construir uma oposição entre os manifestantes e os policiais, Elaine os apresenta como um grupo inimigo que está *contra a população*; contra todas as pessoas. Estivessem elas ou não participando da manifestação. Sublinhamos que construir os policiais dessa maneira é, de certa forma, pessoalizar a oposição política que existe entre estes e os manifestantes. Com essa construção, Elaine subtrai da polícia a função institucional de dispersar uma manifestação, segundo as ordens que recebem e os constrói como inimigos (Collins, 2001) que estão ali para aterrorizar a população. Vale enfatizar aqui, que essa maneira de conceber a polícia vai de encontro a questão da crise da representatividade, pois se esta corporação tem como função promover a segurança dos cidadãos, como ela age como inimiga?

Tal entendimento aparece ratificado ao final de sua narrativa, quando Elaine explicita o porquê de considera o dia narrado marcante.

Excerto 12 (06:17) – ‘tirou a população da rua’

142 **Elaine** esse dia pra mim, ele é, é, um ponto chave, que
 143 foi depois desse dia que somente a galera da
 144 resistência permaneceu,
 145 **Etyelle** tirou a população da rua.
 146 **Elaine** =tirou a população da rua↑ ninguém mais voltou↑

Aqui novamente se pode notar a reportabilidade do evento narrado, pois Elaine considera esse um dia chave para o entendimento do chamado ‘esvaziamento das ruas’, quando os protestos já não reuniam mais um grande contingente de pessoas. Elaine e eu coconstruímos o significado do evento narrado nas linhas 145 e 146 e compreendemos que a repressão do dia 20 de junho fez com que a população deixasse as ruas, que passaram a ser tomadas, apenas, pela ‘galera da resistência’.

Segundo a construção de Elaine, podemos compreender esse ‘esvaziamento das ruas’ como uma consequência do choque moral, uma vez que, dentro do complexo processo emocional da transformação da indignação em ação direta, isto é, de participação em movimentos sociais, temos o trauma, que pode paralisar a ação das pessoas (Jasper, 1997). Nessa ótica, aqueles que não foram mais às ruas, não o foram por causa da violência da polícia. Já aqueles que permaneceram, o fizeram porque o sentimento de indignação os levou a buscar um vilão, alguém a quem culpar, elemento que incentiva a busca por demandas concretas para remediar os males causados pela situação com a qual ficaram indignados (Jasper, 1997).

Portanto, temos nesta análise a construção da violência policial como choque moral que contribuiu para o ‘esvaziamento das ruas’. Tal construção se deu por meio de avaliações que colaboram para a construção da dicotomia manifestantes *versus* polícia. O quadro abaixo nos possibilita visualizar as escolhas linguístico-discursivas das quais Elaine faz uso e que acentuam essa dicotomia:

Manifestantes
a gente entrou na rio, na na rio branco, de novo cara, pra sair,
a galera se reagrupou, assim >a galera da resistência< se reagrupou
e o pessoal encostado na parede↑
a galera encostada na parede↑ com a mão pro alto↑
you não tinha↑ pra onde correr,
vi gente gente querendo se tacar dentro daquele canal↑ porque tava passando mal↑ não conseguia respirar↑
as pessoas se dispersavam em grupos

Policiais
o caveirão entrando↑
e eles aplicando tiro de borracha↑
>os caras fazendo pelotão< de fuzilamento,
e os caras aplicando bala de borracha
o gás lacrimogêneo, eles aplicando no MEIO da população,
o choque tava aqui e eles tacando↑

eles vinham passando, se tivessem DOis, TRÊS aqui parados na esquina, eles iam e tacavam spray de pimenta na cara,
era atacar a população↑ era aterrorizar,

Por meio desses quadros, percebemos que Elaine constrói os policiais como inimigos ofensivos, que avançam sobre a população, que ‘aplicam bala de borracha’, ‘fazem pelotão de fuzilamento’, ‘atacam’, ‘aterrorizam’, entre outras ações. Tais ações são implicitamente avaliadas como covardes, graças a maneira como Elaine constrói os manifestantes: pessoas acuadas que ‘entram na Rio Branco’, ‘se reagrupam’, ‘se dispersam’, enfim, que praticam ações cuja agentividade é bem menos acentuada.

Se observarmos essa dicotomia a partir da concepção da identidade relativa à diferença (Silva, 2000; Woodward, 2000), temos que os policiais são construídos, por meio das escolhas linguístico-discursivas de Elaine, como os *outros*, os *outsiders*, que, por não fazerem parte daquele grupo, são vistos como vilões, inimigos (Collins, 2001). A ‘galera que se reagrupou’ compõe os *ingroupness* (Duszak 2002), que compartilham, em certa medida, um senso de coletivo e por isso, agem numa coletividade (Snow, 2001).

5.2.2.

A tentativa de resistência à repressão e as construções identitárias

Nesta subseção investigaremos como Elaine se constrói identitariamente para além da dicotomia manifestantes *versus* policiais. Para tanto, focaremos nosso olhar na construção do ponto da narrativa e nas avaliações e orientações das quais nossa entrevistada faz uso.

Seguindo o ponto de nossa conversa, Elaine continua narrando a sua experiência na manifestação do dia 20 de junho.

Excerto 13 (04:21) - ‘parecia que eu tava num filme’

99	Elaine	NA LA:pa(.)foi, é sério, parecia cena de filme,
100		foi, aquelas, aquelas bombas de gás lacrimogêneo↑
101		passando pelos arcos, assim, óh (.) eu olhava
102		aquilo↑ sabe?(.) >parecia que eu tava num filme<
103		as pessoas sentadas nos bares e eles aplicando na
104		cara de <u>todo mundo</u> ↑ que tava dentro do <u>bar</u> , nesse
105		dia, eu fiquei presa dentro do metropolitan, do
106		lado ali da pizzaria araribá
107	Etyelle	Ahãm

108 **Elaine** eu fiquei↑ eu sentei ainda↑ no chão da lapa↑
 109 tentei resistir↑ a galera fecho a via, eles
 110 vieram atacando T^Odo mundo↑ mas todo mundo
 111 indiscriminadamente, (2.0) e aí >quando eles
 112 vieram< como eles vieram de moto prendendo↑ e eu
 113 tava↑ de de preto↑ né↑ assim, >sem a máscara na
 114 cara< mas tava de preto, com a máscara de gás,
 115 (3.0) eu entrei no metropolitano, a galera 'isso
 116 sim' ainda tinha os donos dos bares, eles não
 117 querendo↑ que o pessoal entrasse↑ mas nesse dia,
 118 foi o dia que eu vi↑ que eles eles desistiram,
 119 que eles num, eles tavam se desesperando↑ com o
 120 que tava acontecendo] eles tavam deixando entrar,
 121 chamando pra entrar e fechando os bares, depois
 122 que a gente botou o maior número de pessoas que
 123 cabiam, dentro do bar e fechamos, a gente ouvia
 124 os tiros de borracha batendo mesmo, em direção ao
 125 bar (1,0), sabe? (2,0) e aí, quando cessava, o
 126 povo tentava sair do bar pra ver se tinha alguém
 127 ferido, alguém precisando entrar, cara, eu saía,
 128 eu chegava na porta do bar e 'pá, pá' os
 129 começavam a aplicar de novo, eu voltava correndo,
 130 aí catava mais dois que eu via, desesperados, não
 131 tinha, você via o pânico no rosto das pessoas, o
 132 porque o intuito foi esse, foi logo depois da
 133 ALERJ, né
 134
 135 **Etyelle** Ahã
 136 **Elaine** eles soltaram, eles deixaram solto na alerj pra
 137 poder ter um motivo pra repressão no dia vinte,
 138 pras pessoas, que foi depois disso que as pessoas
 139 não voltaram mais pras ruas
 140 **Etyelle** pois é↑ né, é mesmo↑

Enfatizando os motivos pelos quais concebe que o dia 20 de junho foi o mais 'sinistro', Elaine traz as orientações presentes nas linhas 99, 100, 101, 105 e 106, acompanhadas pelas avaliações: "foi, é sério, parecia cena de filme," (linha 99) "óh (.) eu olhava aquilo↑ sabe?(.) >parecia que eu tava num filme<" (linhas 101 e 102), seguidas pelas ações complicadoras nas linhas 105, 106, 108 e 109. Quando ela traz essas avaliações, ela acentua o drama pelo qual passou, construindo sua narrativa de forma similar ao que acontece em um filme de ação. Elaine narra com muitas pausas e alongamentos, o que gera expectativa e ansiedade no interlocutor; além disso, faz uso de onomatopeias e fala reportada, possibilitando a imaginação da 'cena de um filme' por ela mencionada no começo desse excerto.

Após avaliar tudo o que estava presenciando, Elaine dá prosseguimento à série de ações complicadoras: "eu fiquei↑ eu sentei ainda↑ no chão da lapa↑ tentei resistir↑ a galera fecho a via,

eles vieram atacando” (linhas 105 e 106). Aqui, Elaine faz outra avaliação “Todo mundo↑ mas todo mundo indiscriminadamente, (2.0)” (linhas 99). A partir dela, infere-se que os policiais não ‘atacaram’, apenas, ‘a galera que fechou a via’, mas ‘atacaram’ também pessoas que não estavam participando da manifestação. É interessante observar aqui que a entrevistada, a exemplo do excerto 7, apaga as ações dos manifestantes que ‘fecharam a via’ e enfatiza a violência com a qual os policiais agiram na manifestação, ‘atacando todo mundo’. Sendo assim, estes acabam sendo construídos como vilões.

Seguindo a narrativa com mais ações narrativas nas linhas, 108 a 112; 116 a 120 e 122, Elaine faz referência à sua construção identitária de manifestante que resiste à repressão. Confirmando essa construção, Elaine ainda traz a orientação “e eu tava↑ de de preto↑ né↑ assim, >sem a máscara na cara< mas tava de preto, com a máscara de gás,” (linhas 113 a 115). A entrevistada sabe que o uso de roupa preta e rostos cobertos durante a manifestação faz alusão à tática “black bloc” (cf cap. 2). O fato de Elaine estar usando uma roupa preta durante a manifestação e tornar essa informação relevante durante a nossa interação ratifica, mais uma vez, a sua construção como uma manifestante que faz parte do grupo da resistência.

Durante a manifestação do dia 20 de junho, muitos manifestantes foram se dispersando em direção aos bairros da Lapa, Glória, Catete e Laranjeiras. A repressão da polícia foi acompanhando essas pessoas até esses bairros. Conforme a multidão dispersava, o comércio desses locais fechava suas portas, para evitar saques e depredações. Quando a manifestante conta que estava de preto e tentou entrar em um destes estabelecimentos, ela diz que os donos dos bares tentaram impedi-la de entrar, mas desistiram, porque eles também estavam ‘se desesperando’ com o que estava acontecendo. Aqui, o conjunto das ações narrativas possibilita uma construção de si como heroína, pois, ao tentar entrar no estabelecimento, ‘a galera’ que ali estava teria dito ‘isso sim’, aceitando e apoiando a sua presença naquele local. Reforçam essa construção as ações narradas nas linhas 124 a 134, sobre a participação da manifestante na proteção das pessoas que estavam nos bares. Elaine não só ajudou a trazer as pessoas para dentro do estabelecimento, como ainda saiu e ‘catou mais dois’ (linha 130), que

precisavam de ajuda. O uso de sons mais agudos do que o entorno (↑), da elevação do som em diversas palavras e das onomatopeias (pá, pá) enfatiza o drama vivido não apenas por ela, mas também, pela população, em função da violência policial e a sua atuação heróica, na tentativa de ajudar essas pessoas.

Sobre a repressão do episódio narrado, Elaine faz uma avaliação: “o porquê <o intuito foi< Esse foi logo depois da alerj, né” (linhas 134 e 135) “eles soltaram, eles deixaram solto na alerj pra poder ter um motivo pra repressão no dia vinte, pras pessoas,” (linhas 137 a 139). Tal avaliação culmina com o ponto de sua narrativa: a repressão não tinha como intuito dispersar a manifestação, mas retirar a população das ruas, usando o medo, a violência extrema. Ela ratifica essa avaliação narrando a manifestação que aconteceu na ALERJ, no dia 17 de junho, quando manifestantes invadiram e depredaram o local. A manifestação do dia 17, segundo Elaine, não fora acompanhada de grande repressão e, por isso, haveria “motivos” para a polícia “exagerar” no dia 20, para justamente evitar novas tentativas de depredação dos patrimônios públicos e privados e ‘aterrorizar’ a população como forma de impedi-la de voltar às ruas.

Se problematizarmos o trecho em que Elaine diz ‘eles deixaram solto na alerj pra poder ter motivo pra repressão do dia vinte’, entendemos que o ‘eles’ pode não se referir apenas aos policiais, mas ao governo como um todo, afinal de contas, a polícia militar, enquanto corporação, está subordinada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Segurança. Nesse sentido, seria interessante para o governo se as pessoas não voltassem mais para as ruas.

Elaine encerra a narrativa com uma coda (“que foi depois disso que as pessoas não voltaram mais pras ruas”- linhas 139 e 140) e volta à nossa interação com um comentário avaliativo, que explicita a reportabilidade do evento: “esse dia pra mim, ele é, é, um ponto chave, que foi depois desse dia que somente a galera da resistência permaneceu,” (linhas 142 a 144). Elaine e eu ainda prosseguimos coconstruindo o significado do evento narrado: “tirou a população da rua.” (linha 145); “=tirou a população da rua↑ ninguém mais voltou↑” (linha 146). Reforçamos aqui a compreensão da

violência policial como choque moral (Jasper, 1997), que gerou trauma e paralisou a população, levando ao ‘esvaziamento das ruas’.

Nesta narrativa, destacamos as construções identitárias de Elaine como uma ativista que faz parte da ‘galera da resistência’, isto é, que resiste e permanece nas ruas apesar da repressão. Destacamos, também, o conjunto de ações complicadoras que colaboram para a sua construção como heroína, uma vez que ajudou várias pessoas a escapar da repressão policial. Vimos que essas identidades são tornadas relevantes durante a construção do ponto de sua narrativa e, também, por meio das avaliações e orientações que Elaine traz.

5.2.3.

A interação: o compartilhar da militância

Analisaremos, aqui, a interação, em forma de entrevista, desenhada entre mim e Elaine, observando as especificidades desse tipo de interação. Focaremos nosso olhar na forma como coconstruímos os significados acerca da violência policial, partindo da noção de enquadre (Goffman, [1979] 2002) e de contexto compartilhado. Parte do excerto contém fragmentos narrativos⁵⁹. Com isso, a análise aqui ainda contará com os pressupostos teóricos de Labov (1972).

Conforme discorremos no capítulo 3, a forma como inicio a entrevista com Elaine é marcada pelos meus interesses em eliciar narrativas. Sendo assim, começo com uma pergunta que a leva a contar uma história.

Excerto 14 (01:02) - ‘foi perseguição mesmo’

- 01 **Etyelle** eu só queria tipo ouvir: ãh: sei lá(.), qual(.)
 02 o: >maior< embate que você já teve com relação a:
 03 >ações< da polícia? qual foi, ãhn: sei lá, a:
 04 experiência mais: tensa, que você já teve↓
 06 **Elaine** eleger uma:: é °hh°
 07 **Etyelle** não,é >qualquer uma< não precisa também ser a
 08 mais tensa, mas sei lá, a: que você se lembra
 09 mais, num sei
 10 **Elaine** você queria o quê? que eu narrasse? que
 ((inaudível))
 11 **Etyelle** não↑ não↑ você conta do seu jeito. do jeito que
 12 você quiser↑
 13 **Elaine** °deixa eu pensar° (3.0) cara, eu acho que o dia
 14 mais, >que eu fiquei mais assustada com a
 15 repressão policial< foi o dia 20 (.) da
 prefeitura
 16 **Etyelle** aquela do::

⁵⁹ A narrativa de Elaine foi analisada nas seções 5.2.1 e 5.2.2.

17 **Elaine** foi o dia da prefeitura
 18 **Etyelle** ahã, ahã
 19 **Elaine** °do choque na prefeitura° (2.) foi realmente
 20 assustador↓
 21 **Etyelle** por quê?
 22 **Elaine** foi perseguição mesmo, sabe com a intenção, quer
 23 dizer, a intenção nunca foi dispersar, naquele
 24 dia ficou bem claro, é:, qualquer grupo de cinco
 25 pessoas que tivesse indo embora eram atacadas. é:
 26 **Etyelle** foi aquele que foram encurralando a gente até a::
 27 presidente [vargas
 28 **Elaine** foi, até qualquer lugar]
 29 **Etyelle** até onde você conseguiu fugir↑
 30 **Elaine** até a porta da sua casa.
 31 **Etyelle** É hh exato hh
 32 **Elaine** E: (.) nossa e: aquele dia eu vi senhoras,
 33 senhores, eu vi crianças passando mal. sendo
 34 atacadas↓ eu vi gente ferida gravemente do meu
 35 lado assim↑ e a multidão correndo,>correndo não<
 36 não tinha espaço pra correr, era muita gente↑

A proximidade que tenho com Elaine é perceptível nas construções linguístico-discursivas das quais faço uso, que tornam a entrevista bem mais descontraída do que a realizada com Rodrigo. Ao construir a pergunta, com pausas e com a expressão ‘sei lá’ (linhas 01 a 04), tento deixar Elaine à vontade, dada a nossa relação e o cenário no qual a entrevista ocorreu (em uma das ocupações de rua). Tentei manter o enquadre de conversa espontânea, para que ela construísse sua experiência da mesma forma que faria se nossa interação não estivesse sendo gravada, para que ela não se sentisse inibida.

O uso de perguntas semiestruturadas em pesquisa de caráter qualitativo permite a reconstrução de elementos contextuais ausentes na entrevista tradicional, como conhecimento compartilhado e objetivos da interação (Mishler, 1986). Por esse motivo, sabendo que Elaine já havia passado por inúmeras experiências de repressão nas manifestações, peço a ela que me conte a mais tensa. Tal questão suscita dúvida em Elaine acerca do que contar e, assim, ela diz: “eleger **uma**:: é °hh°” (linha 06). Busco, então, reformular a pergunta em: “não, é >qualquer uma< não precisa também ser a mais tensa, mas sei lá, a: que você se lembra mais, num sei” (linhas 07 a 09). É importante observar essa reformulação, uma vez que esta prática é central para o entendimento da coconstrução de significados compartilhados (Mishler, 1986).

Outra questão importante a se destacar ainda no início de nossa interação, é que, quando conversei com Elaine sobre os meus interesses de pesquisa e solicitei a ela uma entrevista, contei que estava em busca de estudar narrativas sobre a violência policial. Por esse motivo, ela responde à minha pergunta com outra: “você queria o quê? que eu narrasse?” (linha 10). E eu apenas solicito que ela me conte do jeito que quiser.

Elaine inicia sua narrativa lançando mão de um resumo (*abstract*, nos termos de Labov), um sumário da história, uma pequena prévia dos eventos que comporão a narrativa nas linhas 13 a 15, 22 a 25 e 32 a 36. Interessante observar que esse resumo é fortemente avaliativo, pois Elaine enfatiza que ‘foi perseguição mesmo’ e que viu as pessoas sendo ‘atacadas’. É possível observar as avaliações por meio da prosódia da fala de Elaine, quando ela acentua que viu ‘senhoras, senhores e crianças passando mal e sendo atacadas’. Ela avalia a tentativa de dispersão da polícia como um ataque à população.

As orientações fornecidas por Elaine são vagas. Tomando por base que as ‘negociações sobre a orientação se tornam ocasiões para construir alinhamentos, no sentido de que revelam compreensões e conhecimentos compartilhadas (ou não) das experiências’ (De Finna, 2010), eu participo da reconstrução do evento, para, justamente, tentar entender a qual episódio ela estava se referindo e, daí, checar se eu havia participado ou não da referida manifestação (“aquela do ::” (linha 18); “foi aquele que foram encurralando a gente até a :: presidente [vargas” - linhas 29 e 30). O compartilhamento das informações referentes à manifestação do dia 20 de junho ajuda a confirmar o meu alinhamento à experiência vivida por Elaine naquele dia.

A esse respeito, destacamos que, durante a entrevista, os participantes da pesquisa localizam espacial e temporalmente as manifestações – p. ex., o dia 20 de junho é conhecido como ‘o dia da prefeitura’; o dia 17 de junho, como ‘o dia da Alerj’; o dia 17 de julho, como ‘o dia da Taylor⁶⁰’. Essas orientações sinalizam que todos nós compartilhamos conhecimentos sobre a forma como os eventos ocorridos nesses dias foram/são construídos.

Sobre a vagueza no provimento de detalhes de orientação em narrativas, como se viu em De Finna (2010), pode estar associada a falta de agenciamento e

⁶⁰ Foi no dia desse protesto que Rodrigo foi detido.

perda de controle das ações, já que a experiência vivida pelos narradores é construída de modo a colocá-los como pessoas que sofreram ações, enquanto os atores reais das ações são apagados. Em nosso contexto, no entanto, a vagueza se dá em função do conhecimento compartilhado entre nós. Uma vez que conheço o episódio ao qual Elaine está se referindo, não seriam necessárias orientações precisas. Como já se disse, a coconstrução das orientações se dá em função da minha necessidade de identificar se eu também estava presente no episódio narrado. Após identificar que eu também estava presente na referida manifestação, nós coconstruímos o significado acerca da forma como se deu a repressão naquela manifestação.

Excerto 15 (01:24) – ‘até a porta da sua casa’

- 28 **Etyelle** foi aquele que foram encurralando a gente até a::
 29 presidente [vargas
 30 **Elaine** foi, até qualquer lugar]
 31 **Etyelle** até onde você conseguisse fugir↑
 32 **Elaine** até a porta da sua casa.
 33 **Etyelle** É hh exato hh
 34 **Elaine** E: (.) nossa e: aquele dia eu vi senhoras,
 35 senhores, eu vi crianças passando mal. sendo
 36 atacadas↓ eu vi gente ferida gravemente do meu
 37 lado assim↑ e a multidão correndo, >correndo não<
 38 não tinha espaço pra correr, era muita gente↑
 39 (7.0)
 40 **Etyelle** esse dia foi aquele que: a gente foi atacado na
 41 cedae, ali? foi uma quinta-feira
 42 **Elaine** Tinha caveirão pra caralho na rua
 43 **Etyelle** isso, isso mesmo, [o choque

Nesse excerto, eu ratifico a avaliação feita por Elaine, ao fazer, também, uso do termo ‘atacado’. E a orientação “Tinha caveirão pra caralho na rua” (linha 43) e mais abaixo, na linha 60, “foi no dia 20 da prefeitura.”, confirmam que a manifestação narrada por Elaine foi a mesma que me motivou na investigação desse objeto de estudo.

A negociação da orientação na narrativa pode ser vista como criadora dos papéis locais e globais na relação entrevistador/entrevistado e, também, como participante do grupo e não participante (De Finna, 2010). Uma vez que coconstruo com Elaine a orientação dos eventos narrados, me incluo no grupo de pessoas que participaram da manifestação.

Se a autoetnografia demonstra a importância de se destacar as vivências do próprio sujeito pesquisador na pesquisa, acrescentando, a esse processo de

interlocução com outros, a interação e o reconhecimento de sua própria vivência, seus saberes e memórias (Versiani, 2005), essa minha participação na interação com Elaine, ratifica a dimensão autoetnográfica da pesquisa. Importante, aqui, é destacar essa dimensão do nosso estudo, uma vez que esse tipo de abordagem permite uma compreensão da complexidade social do mundo no qual o pesquisador vive. Tendo em vista a minha relação de vivência com o objeto de pesquisa, segundo Elis (2004), a autoetnografia possibilita a aproximação dos sentimentos e emoções do pesquisador em relação ao objeto de pesquisa.

Interessante observar que o evento que Elaine considera o ‘mais sinistro’ é o mesmo que produziu em mim o grande incômodo que me motivou a desenvolver essa pesquisa. Conforme dissemos no capítulo 4, quando adentrei o campo de pesquisa, eu buscava discursos que se alinhassem com a minha perspectiva e me ajudassem a entender a ação da polícia nos protestos a partir da minha experiência no dia 20 de junho. Quando Elaine elege esse mesmo dia, ‘o pior dia de repressão’ e ainda explicita que entende que o ‘esvaziamento das ruas’ está ligado à violência aplicada neste dia, ela me fornece as explicações que eu ansiava. A partir disso, percebi minhas vivências e memórias aliadas às vivências de Elaine. Nesse sentido, destacamos mais uma vez, o aspecto autoetnográfico da pesquisa.

Nesse sentido, Elaine compartilha comigo a militância, isto é, percebo que somos a ‘galera da resistência’, que reivindicamos, juntas, o pertencimento a essa coletividade (‘a galera da resistência’). Desse modo, a relação que se estabelece em nossa interação é mais simétrica do que a relação estabelecida entre Rodrigo e eu. Observamos duas situações que podem ter colaborado para essa simetria: 1) mantemos uma relação mais íntima em função da convivência nas ocupações; 2) a entrevista se deu em uma das ocupações, local onde éramos muito assíduas e, ali, compartilhávamos a militância e o senso comum de pertencimento àquele local.

Temos, então, nessa análise, uma alternância de enquadre na interação, de entrevista para conversa espontânea, em função da minha relação e da convivência com Elaine nas ocupações de rua. O contexto compartilhado entre mim e Elaine possibilita a coconstrução das orientações, sem muitos detalhes, da narrativa, o que consideramos índice da coesão do grupo de frequentadores das ocupações. Apesar das diferenças entre os indivíduos que participavam de alguma forma dessas ocupações, determinados termos e referências são de conhecimento

de grande parte desses indivíduos, pois compartilhavam aquele contexto específico.

5.3.

Apontamentos sobre a análise - Aproximações e distanciamentos

Finalizaremos este capítulo, o qual tem, por objetivo mais geral, entender como os manifestantes das Jornadas de Junho se constroem identitariamente, fazendo uma discussão comparativa entre as análises dos dois participantes da pesquisa, salientando aproximações e distanciamentos entre eles. Retomaremos as perguntas de pesquisa separadamente, pontuando como as análises responderam às questões.

Começemos com a primeira pergunta: Que narrativas e reivindicações identitárias emergem do discurso dos manifestantes?

Concebendo as narrativas como uma forma de organização da experiência humana (Bruner, 1973), que possibilita também a construção do sentido de quem somos e do mundo no qual vivemos (Bastos, 2005), os dados da pesquisa indicam que os manifestantes constroem o sentido da violência policial ao narrar suas experiências. Nesse processo, eles reivindicam identidades que os projetam numa luz favorável.

Por meio da observação das avaliações que Rodrigo faz ao longo de suas narrativas, temos a desqualificação da polícia como o tema central de sua fala. É na argumentação sobre esse tema que Rodrigo conta suas narrativas. A forma como o manifestante constrói o ponto de suas narrativas, bem como suas avaliações, traz à tona as identidades de manifestante experiente, esperto, herói, indivíduo estabilizado e esclarecido. Temos, então, que as construções identitárias de Rodrigo estão vinculadas ao sentido que ele atribui à violência policial ao narrar suas experiências com essa mesma violência.

Nos dados de Elaine, temos o uso da narrativa também como forma de justificar um determinado ponto de vista. Ao eleger o dia 20 de junho como o pior dia de repressão pelo qual já passou, Elaine conta uma história para justificar por que compreende esse dia de tal forma. Com isso, ela define, ao nosso entendimento, a repressão como um ‘ataque à população’, responsável pelo esvaziamento das ruas. Durante sua narrativa, destacamos uma identidade que permeia toda a sua história: a de ativista que resiste à repressão e permanece nas

lutas. Destaca-se daí uma construção que a qualifica como uma espécie de heroína.

Todas as narrativas que emergem dos dados são construções que atribuem sentido à violência policial. Rodrigo convoca a violência em sua história como argumento para desqualificar a polícia. Já Elaine, como argumento do esvaziamento das ruas.

Cabe observar, aqui, que, apesar dessas diferenças na forma de conceber a violência policial, é preciso salientar a relevância que lhe é atribuída nos dados aqui analisados. Por esse motivo, buscamos compreender tal violência como choque moral (Jasper 1997), como um elemento que produziu revolta e gerou coesão dos participantes de nossa pesquisa, os quais estiveram presentes às manifestações de junho.

A segunda questão da pesquisa problematiza a importância da violência policial nas narrativas: *Que papel teria a repressão policial na construção dessas histórias e identidades?*

A análise dos dados nos possibilitou entender que, a partir da orientação que forneço a Rodrigo no início da entrevista, construindo a polícia como certa ou errada, ele elabora sua argumentação em cima da dicotomia manifestantes *versus* policiais. Tal dicotomia concebe os policiais como o 'outro', o diferente, o inimigo, ao passo que os manifestantes são contruídos sob uma luz favorável.

Os dados de Elaine apontam para uma construção similar à de Rodrigo. Embora eu não tenha fornecido a ela a mesma orientação que forneci a Rodrigo, Elaine também faz uso da dicotomia manifestantes *versus* policiais em sua narrativa. Suas escolhas linguístico-discursivas concebem a atitude dos policiais como violenta, covarde e desnecessária.

Dentro do complexo processo emocional da transformação da indignação em ação direta, isto é, de participação em movimentos sociais, a identificação de um vilão, um inimigo, alguém para culpar, se faz necessária (Collins, 2001). Quando há um culpado, os indivíduos se incentivam na busca por demandas concretas para remediar os males causados pela situação com a qual estão indignados (Jasper, 1997). Daí a centralidade, neste trabalho, de se perceber, na análise discursiva dos dados, que os participantes da pesquisa constroem a polícia como vilã, como inimiga, que ataca a população.

Passaremos agora à última pergunta de análise: *Que significados são coconstruídos com a pesquisadora, tendo em vista sua atuação ambivalente na situação de entrevista (como pesquisadora e, também, como participante de movimentos sociais)?*

A problematização da forma como se deu a interação com os participantes da pesquisa foi de extrema importância para o entendimento das reivindicações identitárias dos manifestantes como um processo situado. (Moita Lopes, 2003). Além disso, uma vez que me posicionei neste estudo como pesquisadora e como manifestante, compartilho com os entrevistados os significados acerca da violência policial e os analiso de forma a problematizá-los à luz das teorias aqui discutidas. Sendo assim, o fato de compartilharmos do mesmo contexto suscita determinadas construções identitárias que projetam os participantes da pesquisa numa luz favorável na interação comigo.

A análise nos possibilitou identificar uma relação de assimetria no início da minha interação com Rodrigo, construída a partir da mudança de enquadre que ele propõe, passando de ativista político a ativista especialista. Tal mudança também traz construções identitárias que o projetam numa luz favorável, como um indivíduo engajado nos movimentos sociais e esclarecido a esse respeito. Percebemos também que, quando Rodrigo inicia a sua narrativa, eu passo a atuar na coconstrução dos eventos narrados, uma vez que o meu interesse de pesquisa inicial era esse tipo de narrativa. Além disso, participando dessa coconstrução, me projeto numa luz favorável, como manifestante que esteve presente aos protestos.

A entrevista com Elaine se desenhou, ao contrário do que ocorreu com Rodrigo, de forma simétrica. Tendo em vista a nossa relação mais próxima, eu busco enquadrar a entrevista em uma conversa espontânea, para que ela se sinta à vontade. Por meio do nosso movimento de coconstrução do significado, percebemos que Elaine compartilha comigo a militância, a vivência nas ocupações de rua.

A seguir, finalizaremos a dissertação, apresentando as considerações finais sobre a análise e as contribuições teórico-metodológicas deste estudo para o entendimento das construções identitárias, via análise narrativa, dos manifestantes de junho de 2013.

6. Considerações Finais

*Eu, essa mulher,
de braços finos e delicados
de chutes tortos e desconcertados
de cabelo loiro e coração apaixonado
sempre antes, pela justiça,
ameaço aquele homem com meus
pensamentos revoltados,
com minhas vontades de verdade
por meu pulsar de liberdade.*

Pedro Miranda

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a relação entre as identidades que os manifestantes das chamadas Jornadas de Junho de 2013, no Rio de Janeiro, reivindicam para si e os episódios de violência policial ocorridos durante os protestos. Para tanto, entrevistamos dois manifestantes, que participaram ativamente de atividades de ocupação de rua no período, e analisamos discursivamente suas narrativas.

O contexto mais amplo de nosso estudo são os movimentos de protesto que se espalharam em diversas regiões do globo a partir de 2011. Apesar das reivindicações peculiares a cada região, esses movimentos apresentaram formas semelhantes de luta e solidariedade mútua. As ocupações dos espaços públicos, o uso das redes sociais e as articulações políticas fora do espaço institucional tradicional denunciaram a insatisfação dos adeptos desses movimentos com a forma de política vigente em seus países. No Brasil, as manifestações ocorridas em junho de 2013 se aproximaram desses movimentos ao apresentarem essas mesmas características. Como se viu no capítulo 2 desta dissertação, tais protestos, que se iniciaram por conta do aumento das tarifas de transporte coletivo, aos poucos se expandiram em termos de pauta, participação popular e visibilidade. Destaca-se nesse cenário a repressão policial que causou forte indignação e trouxe a discussão de sua desmilitarização como mais uma pauta de reivindicação.

A partir desse aspecto – a violenta repressão por parte da polícia –, traçamos nosso estudo, buscando identificar como os manifestantes de junho construíram significado para essas experiências, desenhando identidades e (re) construções narrativas a respeito do evento. Também no capítulo 2, vimos que apesar das diferenças em sua composição, uma multidão pode agir coletivamente, desde que haja colaboração e comunicação. A composição da multidão de junho foi alvo de amplas discussões. Quem seriam os manifestantes de junho de 2013, isto é, a que classes sociais pertenceriam ou quais seriam suas ideologias, dada a heterogeneidade de pautas de reivindicação? Não sendo possível unir esses manifestantes sob nenhuma bandeira ideológica ou partidária, hipotetizamos sobre dois elementos que possibilitariam certa coesão desses indivíduos nas ruas em junho: a violência policial e a crise da representatividade. Nesta dissertação, estivemos focadas na importância da violência policial para as manifestações, que aqui foi tratada a partir da noção de choque moral (Jasper, 1997), ou seja, um elemento que amplificou e popularizou a indignação e a intensidade das manifestações. Já a crise da representatividade traduz-se na forma como as manifestações foram se delineando, sem lideranças ou partidos e ideologias predominantes; e, nas reivindicações pelas ruas, com cartazes com dizeres como ‘não me representa’. O repúdio às formas tradicionais de governabilidade, bem como a necessidade de representar a si próprio, como se viu, expressam um esgotamento e uma descrença nas instituições de representação, algo que não se restringe ao Brasil, mas vem ocorrendo nas democracias representativas de uma maneira geral e, aplicada, especialmente, aos partidos políticos (Castells, 2013).

No capítulo 3, apresentamos o arcabouço teórico que nos orientou na investigação do nosso objeto de estudo. Com a Sociolinguística Interacional, buscamos o entendimento daquilo que acontece nas entrevistas analisadas. Para a análise, levamos em consideração três questões que partem da perspectiva interacional do discurso: quem fala, para quem fala e em que situação. Entendemos que os manifestantes buscam se construir favoravelmente na interação comigo, outra ativista, participante do mesmo contexto que eles. As noções de enquadre e de alinhamento contribuíram para investigarmos como colaboramos para a manutenção da nossa interação e de uma imagem favorável de nós mesmos, seja fornecendo enquadres, ou mudando *footings*.

Central para esse estudo, também objeto do capítulo 3, foi a a noção de estrutura narrativa laboviana (Labov, 1972), instrumental a partir do qual identificamos os objetos discursivos que nos interessam nesta dissertação. Dessa estrutura, as noções de ponto e avaliação foram vitais para compreendermos o que os manifestantes tornam relevantes em suas narrativas e como significam suas experiências nas manifestações. Além disso, fizemos uso da teoria laboviana em interface com outras teorias que concebem a narrativa como forma de organização da experiência humana e possibilitam a construção do conhecimento sobre quem somos na vida social (Bruner, 1997; Moita Lopes, 2001; Bastos, 2005). Entendemos a narrativa como recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças e eventos (Bastos, 2005), sendo, também, situada, dialógica e constitutiva da vida (Moita Lopes, 2001) e das identidades sociais (Moita Lopes, 2001, 2003; Bauman, 2005, 2007).

Com base nisso, buscamos investigar justamente que identidades, relações, valores os entrevistados tornam relevantes em suas histórias, levando em consideração o que compartilhávamos. Para isso, muitas vezes foi fundamental aos entrevistados e a mim a *diferença*. A identidade refere-se àquilo que um indivíduo é, e a diferença, ao que o outro é (Silva, 2000). Por meio dessa demarcação simbólica, os indivíduos significam práticas e relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído, dividindo a sociedade em pelo menos dois grupos em oposição: nós e eles (Snow, 2001; Woodward, 2000). Percebemos, em nossa pesquisa, que a construção da dicotomia *nós x eles* se estabeleceu na oposição manifestantes *versus* policiais, na qual os manifestantes foram construídos, pelos entrevistados, como detentores da razão em diversas instâncias, ao passo que os policiais foram construídos de forma negativa.

No capítulo 4, apresentamos os aspectos metodológicos sobre os quais se constituiu esta pesquisa. Partimos tanto de uma perspectiva qualitativa interpretativista (Denzin e Lincoln, 2000) como de uma dimensão autoetnográfica, um tipo de etnografia centrada nas vivências do próprio sujeito que pesquisa em seu contexto social (Bossle e Molina Neto, 2009). Em função da minha atuação ambivalente na pesquisa (como manifestante e pesquisadora), essa dissertação também versa, de certa forma, sobre a minha própria relação com as manifestações, as ocupações de rua e os coletivos de mídia alternativa. O principal

instrumento metodológico de que lançamos mão foi a realização de entrevistas, entendidas como um evento que possibilita a coconstrução de significados (Mishler, 1986).

As análises empreendidas no capítulo 5 partiram do objetivo mais geral da pesquisa: entender *como os manifestantes das Jornadas de Junho se constroem identitariamente*. A análise dos dados foi realizada segundo as três perguntas de pesquisa que se desdobram do objetivo mais geral:

1) *que narrativas e reivindicações identitárias emergem do discurso dos manifestantes?* Os manifestantes narram basicamente experiências com a repressão policial nas manifestações. Nessas histórias reivindicam uma imagem favorável de si mesmos. Para tanto, Rodrigo se apoia na argumentação que tem por objetivo desqualificar as ações da polícia e se constrói como um manifestante pacífico, esperto e corajoso, enquanto narra sua detenção numa delegacia. Já Elaine, se baseia na narração daquele que considera o ‘pior dia de repressão’ que levou ao ‘esvaziamento das ruas’ e se constrói como uma manifestante que permanece nas ruas apesar da repressão e como uma heroína, ao ajudar outras pessoas a se proteger da violência policial durante o protesto.

2) *que papel teria a repressão policial na construção dessas histórias e identidades?* Observamos que Rodrigo atribui significado à polícia fazendo uso da dicotomia *nós (manifestantes) x eles (policiais)*, a partir da orientação que forneço no começo da entrevista. Com isso, os policiais são construídos como inimigos, violentos, ao passo que os manifestantes são projetados como indivíduos pacíficos. Elaine faz uso de uma estratégia similar à de Rodrigo ao narrar a forma como os policiais foram violentos ao disparar balas de borracha contra os manifestantes e contra pessoas que apenas passavam pelo local do protesto. Dada a relevância atribuída à violência policial nas narrativas de ambos os participantes, buscamos compreender tal violência como choque moral (Jasper 1997), como mais um elemento que produziu revolta, para além do aumento da tarifa de transporte coletivo, e gerou mais coesão entre os manifestantes, inclusive dos participantes de nossa pesquisa.

3) *que significados são coconstruídos com a pesquisadora, tendo em vista a sua atuação ambivalente na situação de entrevista (como pesquisadora e, também, como participante de movimentos sociais)?* A análise da interação com Rodrigo indica uma relação consideravelmente assimétrica entre nós, construída a partir de

uma mudança de enquadre introduzida por ele, que passa a se alinhar de ativista político a ativista especialista. Percebemos que essa mudança é acompanhada de construções identitárias, como a de indivíduo engajado nos movimentos sociais. Já na análise da interação com Elaine, percebemos que, em função da nossa relação mais próxima, eu busco enquadrar a entrevista em uma conversa espontânea, para que ela se sinta à vontade, o que possibilita maior simetria em nossa interação. Observamos que Elaine compartilha comigo a militância, a vivência nas ocupações de rua, por meio do nosso movimento de coconstrução de significados.

Encerraremos com algumas reflexões que nosso estudo gera.

6.1. Reflexões Reticentes

Nosso estudo buscou entender as manifestações populares na contemporaneidade a partir de uma perspectiva discursiva. As manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil fazem parte desses movimentos. Ao observarmos as construções identitárias dos manifestantes desse período por meio de uma análise discursiva, elegemos, portanto, o micro como ponto de partida para fornecermos um entendimento acerca de como os indivíduos se engajam e se constroem dentro dos movimentos populares na contemporaneidade.

Em nossa análise, observamos que as ocupações de rua e os coletivos de mídia alternativa, no Rio de Janeiro, possibilitaram uma nova forma de interação entre as pessoas. Algumas construções identitárias reivindicadas nas nossas entrevistas expressavam práticas muito específicas desse contexto. Como, por exemplo, a construção da figura do manifestante engajado e corajoso, que permanece nas ruas, apesar da repressão.

Sublinhamos alguns entendimentos que envolvem as possíveis relações que conseguimos estabelecer entre a narrativa, a dimensão autoetnográfica, a violência policial, a noção de choque moral e a crise da representatividade.

O olhar narrativo para as manifestações de junho de 2013 nos possibilitou compreender como os manifestantes organizam suas experiências nos protestos, atribuindo significado a elas e construindo relações com os outros e com o mundo que os cerca. Com o olhar para o micro social, percebemos como a repressão policial, muitas vezes tratada como um problema estrutural, foi construída e

reproduzida nas narrativas dos nossos entrevistados, com base na oposição polícia x população, fundada na concepção de que a polícia serve aos interesses do Estado e de uma classe dominante, e não à segurança do povo, o que ao encontro da referida crise da representatividade. Pois, quando o Estado é concebido como preposto de determinados interesses, que não os da população, estabelece-se uma distância entre representantes e representados, que consiste na crise do governo representativo (Manin, 1995).

Para além dessa dimensão, o choque produzido pela violência policial nas manifestações gerou certa pessoalização da oposição manifestantes x policiais, uma vez que a polícia passou a incorporar as pautas de reivindicações nas manifestações por conta do uso desmedido da violência como forma de revidar as atitudes dos manifestantes ou de aterrorizar a população, e não por conta das questões estruturais e políticas que envolvem a discussão de sua desmilitarização.

Observando os dados à luz da crise da representatividade, consideramos que os entrevistados compartilham desse sentimento, pois, além de estarem presentes às manifestações que questionavam a representatividade, eles ainda participam de coletivos de mídia alternativa e ocupações de rua. Castells (2013) entende que, nesse tipo de organização, há a possibilidade de construção de uma comunidade livre (do poder institucional) num espaço simbólico, além da prática de assembleias soberanas, nas quais todos os presentes podem representar a si próprios, o que faz com que recuperem o seu direito de representação.

Por fim, como participante do contexto pesquisado, me vi envolvida na pesquisa de mim mesma, o que confirma a dimensão autoetnográfica da pesquisa. As construções identitárias dos manifestantes entrevistados, bem como suas percepções acerca da violência policial, se coadunam, em muitos aspectos, com minhas construções e percepções. Na busca por discursos que se alinhassem com a minha perspectiva e me ajudassem a entender a ação da polícia nos protestos a partir da minha experiência no dia 20 de junho, posso dizer que encontrei mais do que isso. A nível pessoal, a pesquisa como um todo contribuiu para a ampliação do meu entendimento acerca da minha militância e dos movimentos populares contemporâneos em geral; a partir da coconstrução de sentidos nas entrevistas e da análise dos dados, passei a compreender a repressão policial ocorrida na manifestação do dia 20 de junho como um possível motivo do ‘esvaziamento das ruas’ após a redução da tarifa de transporte coletivo; percebi que o fato de buscar

engajamento em movimentos sociais não nos isenta do choque com uma violência que, no final das contas, não é comum à classe média; entendi que o significado atribuído à violência policial nas manifestações é construído não somente com base numa estrutura macro, mas, também, a nível micro, interacionalmente, no comportamento dos policiais que deflagra a reação dos manifestantes e vice-versa. Nesse sentido, as palavras da epígrafe deste capítulo expressam a pessoalização da oposição manifestantes \times policiais na minha própria experiência. No dia 7 de setembro de 2013, vesti uma roupa preta e me dirigi para a manifestação no Centro da cidade do Rio de Janeiro. No caminho, passei por um policial, que ligou o taser⁶¹ ao meu lado. Me senti ameaça e indignada com a situação e quando cheguei a manifestação, contei para vários colegas o ocorrido. A partir dessa história, Pedro Miranda, poeta que conheci pelas ruas, escreveu uma poesia.

Não cabe, aqui, por conta do escopo do trabalho, discutirmos os encaminhamentos gerados a partir das manifestações de junho. Entretanto, é válido lançar a questão para reflexões futuras. Muitas eram as reivindicações dos manifestantes: o governo do PT sob comando da presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, foi amplamente criticado; no Rio de Janeiro, o governador Sérgio Cabral Filho, do PMDB, foi alvo de diversos protestos. Em 2014, Cabral era considerado o governador mais impopular do país por diversos canais de mídias⁶². No dia 3 de abril de 2014, ele renunciou ao cargo de governador, e o vice-governador, Luiz Fernando Pezão, também do PMDB, assumiu o cargo.

As eleições presidenciais ocorridas em 2014 foram as mais concorridas dos últimos anos e tiveram como resultado a reeleição de Dilma. No Rio de Janeiro, apesar de toda crítica ao governo de Sérgio Cabral, Pezão, outrora seu vice, foi reeleito. Vale esclarecer que o índice de votos nulos, em branco e de abstenções também foi o maior da história do país. Nas eleições presidenciais, o índice em percentual de votos brancos e nulos no primeiro turno foi de 10% – sendo 4% de votos em branco e 6% de votos nulos. No segundo turno, os votos

⁶¹ Tipo de arma de eletrochoque utilizada para conter manifestações.

⁶² A exemplo, temos as seguintes matérias: <<http://www.notibras.com/site/desesperado-com-impopularidade-cabral-apela-e-afronta-legislacao/>>; <<http://blog.estadaodados.com/veja-quem-sao-os-governadores-mais-populares-e-mais-impopulares/>>; <<http://www.brasil247.com/pt/247/rio247/118678/Piau%C3%ADD-produz-retrato-demolidor-de-Cabral.htm>>.

em branco somaram 1,71%, e os nulos, 4,63%⁶³. Já no Rio de Janeiro, a soma total dos votos brancos, nulos e de abstenções chegou a 4.348.950, número maior do que a quantidade de votos que reelegeu Pezão, 4.343.298. Se observarmos esse quantitativo à luz da crise da representatividade, é possível percebê-lo como reflexo da descrença nas formas tradicionais de representação e de articulação política.

Ao final das eleições, ficou o questionamento: depois de tudo, como os mesmos candidatos foram reeleitos? Não cabe aqui entrar nas discussões que permearam as eleições presidenciais de 2014, expressas no dualismo PT x PSDB, concebidos naquele cenário político como se fossem as únicas alternativas. Observamos que os mesmos foram reeleitos, dentre outras questões, em função da própria estrutura política do país. Muito se pediu nas ruas pela reforma política. Pode ser que a ausência desta reforma expresse uma das possíveis respostas ao questionamento; e, de repente, essa mesma reforma pode configurar a mudança na forma de representatividade adotada no país.

⁶³Fontes:<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/brancos-e-nulos-caem-masabstencoes-crescem-em-relacao-ao-primeiro-turno.htm>
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>
<http://oglobo.globo.com/brasil/rio-tem-recorde-de-votos-brancos-nulos-entre-estados-no-segundo-turno-14373712>
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>

7. Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da Criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópio**. vol. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. Dos. Entrevista, Narrativa e Pesquisa. In: BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. Dos (orgs.). **A entrevista na pesquisa qualitativa** – Perspectivas em análise da narrativa e da interação. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2013.

BATESON, G. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Editora Loyola, 2ª Edição revista e ampliada, 2002 [1964].

BAUMAM, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/ Zygmunt Baumam**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BERGER, L.; ELLIS, C. Composing autoethnographic stories. In: ANGROSINO, M. V. **Doing Cultural Anthropology**. Prospect Heights, IL: Waveland Press, 2002. p. 151-166.

BIAR, L. & BASTOS, L. C. **Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social**. DELTA – Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 31, 2015 (no prelo)

BOSSLE, F; MOLINA NETO, V. No “olho do furacão”: uma autoetnografia em uma escola da rede Municipal de ensino de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, vol. 31, n. 1, p. 131-146, setembro 2009.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, [1990] 1997.

CARVALHO, J. M. de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança** – Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COLLINS, R. Social Movements and the Focus of Emotional Attention. In. GOODWIN, J.; JASPER, J.; POLLETTA, F. **Passionate politics: emotions and social movements**. Chicago, The University of Chicago Press Chicago and London, 2001.

DE FINNA, A. **Identity in narrative: a study of immigrant discourse**. Philadelphia, Johns Benjamins, 2003.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. 2006. The discipline and practice of qualitative research. In: N. DENZIN; Y. LINCOLN (org.), **The handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2000, p. 1-27.

DUARTE, L. F.; GOMES, E. C. **Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DURKHEIM, E. **The Elementary Forms of the Religious Life**. Translated by Karen E. Fields. New York, N.Y.: The Free Press, [1912] 1995.

DUSZAK, A. **Us and Others**. Social identities across languages, discourses and cultures. (Introdução). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.

ELLIS, C. **The ethnographic I: a methodological novel about autoethnography**. New York, Oxford: Altamira Press, 2004.

FAVRE, Pierre (org). **La Manifestation**. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

FIUZA, B. Black Blocs: A origem da tática que causa polêmica na esquerda. Publicado em 08 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>.

FRIAS, M. V. “E aí, presidente, esse cafezinho vai sair?”: entrevista na mídia analisada como performance. In: BASTOS, L.C.; SANTOS, W. S. dos. **A entrevista na pesquisa qualitativa – Perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2013.

GEE, J. P. **Social linguistics and literacies**. Ideology in discourses. Bristol: The Falmer Press, 1990.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 15. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, [1959] 2008.

_____. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Editora Loyola, 2ª Edição revista e ampliada, [1964] 2002 .

_____. Footing. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Editora Loyola, [1979] 2002. 2ª Edição revista e ampliada.

GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. From the Individual Interview to the Interview Society. In: GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. (orgs). **Postmodern Interviewing**. Thousand Oaks, Sage, 2003.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Trad: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M; BRAGA, R. ZIZEK, S.; entre outros. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, D.; TELES, E.; ALVES, G.; SOARES CARNEIRO, H.; WALLERSTEIN, I.; entre outros. **Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M; BRAGA, R. ZIZEK, S.; entre outros. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

JASPER, J. **The Art of Moral Protest: Culture, Biography, and Creativity in social Movements**. Chicago, Chicago University Press, 1997.

LINDE, C. **Life Stories: the creation of conference**. New York, Oxford University Press, 1993.

LEFEBVRE, H. **Sociologia de Marx**. São Paulo: Editora Forense, 1968.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: **Language in the inner city**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

LODER, L.L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: L.L. LODER; N.M. JUNG (org.) **Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodógica**. São Paulo: Mercado de Letras, 2008, p. 127-161.

MALINI, J. ANTOUN, H. **#Internet e a rua, a – Ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre, Editores Sulina, 2013.

MANIN, Bernard. As Metamorfoses do governo representativo. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol. 10, n. 29, São Paulo, out -1995.

MISHLER, E. G. **Research Interviewing**. Context and narrative. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MOITA LOPES, L.P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, LIMA E LOPES DANTAS (orgs.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: IPUB, 2001.

_____. **Discurso de Identidades**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M; BRAGA, R. ZIZEK, S.; entre outros. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as**

manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

NUNES, R. A organização dos sem organização. Oito conceitos para pensar o inverno brasileiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 12 ago. 2013a. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3036> Acesso em: 14 ago. 2013.

OLIVEIRA, T. **Educação e ascensão social: performances narrativas de alunos da rede pública federal na Baixada Fluminense**. Tese (Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. 2012.

PARK, R. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago, Chicago University Press, 1967.

PECHANSKI, J. A. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M.; BRAGA, R. ZIZEK, S.; entre outros. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, 3ª edição, 2013.

REED-DANAHAY, D. **Auto/ethnography: rewriting the self and the social**. Oxford, Berg, 1997.

RIBEIRO, B. T. “Quatro interpretações de uma narrativa”. RIBEIRO, B. T.; COULTHARD, C. R. C.; BASTOS, L. C.; QUENTAL, L; PAREDES SILVA, V. **Revista Palavra**, n. 3. Rio de Janeiro: PUC-Rio, p.43-77, 1996.

_____. e GARCEZ, P. M. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Editora Loyola, 2ª Edição revista e ampliada, [1964] 2002 .

RIESSMAN, C. **Narrative Analysis**. Qualitative Research Methods Series, No. 30. Newbury Park, CA, Sage, 1993.

ROLLEMBERG, A. T. V. Entrevistas de pesquisa: oportunidades de coconstrução de significados. In: BASTOS, L.C.; SANTOS, E. S. Dos. **A entrevista na pesquisa qualitativa – Perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2013.

RUDÉ, G. **A Multidão na História**. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra. Ed Campus, 1991.

SCHIFFRIN, D. **Approaches to Discourse**. Cambridge, Massachusetts, Blackwell Publishers, 1994.

SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M.; BRAGA, R. ZIZEK, S.; entre outros. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.

SILVERMAN, D. **Interpreting qualitativa data**. Methods for analysing talk, text and interaction. London: Sage, 2001.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos**, CEBRAP n. 97, São Paulo - Nov 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002013000300003&script=sci_arttext&lng=es> Acesso em: 13/06/2014.

SNOW, D. Collective identity and expressive forms. University of California, Jan 2001. Disponível em: <<http://www.escholarship.org/uc/item/2zn1t7bj#page-2>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

TANNEN, D; WALLAT, C. Enquadres interpretativos e esquemas de conhecimento em interação. In RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Editora Loyola, 2ª Edição revista e ampliada, [1964] 2002.

TEIXEIRA, A. C. E. M. **Internet e Democracia: Cooperação, Conflito e o Novo Ativismo Político**. Rio de Janeiro, 2014. 296p. Tese de Doutorado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TORET, J. *Tecnopolítica: las potencias de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida*. IN 3 **Working paper Series**. Internet Interdisciplinary Institute (IN3) of the UOC IN3 Working Paper Series (2013) / ISSN 2013-8644/ <http://in3wps.uoc.edu>

VELHO, G. **Individualismo e Cultura**: notas para uma Antropologia da Sociedade. Complexa. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008 [1981].

VERSIANI, D. B. **Autoetnografias**: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; DAVIS, M; BRAGA, R. ZIZEK, S.; entre outros. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença** - a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.

8. Anexo

Convenções de Transcrição Jefferson⁶⁴

[Início de sobreposição de fala
]	Final de sobreposição de fala
↑	Som mais agudo dos que os do entorno
↓	Som mais grave do que os do entorno
(1.2)	Medida de silêncio em segundos e décimos de segundo
°palavras°	Som em volume mais baixo dos que os do entorno
(.)	Silêncio de menos de dois décimos de segundo
>palavras<	Fala acelerada
=	Elocuções contíguas
.	Entonação descendente
_	Sublinhado ênfase em som
MAIÚSCULA	Som em volume mais alto do que os do entorno
?	Entonação ascendente
,	Entonação intermediária
<palavras>	Fala desacelerada
(())	Descrição de atividade não vocal
:	Prolongamento do som
(palavras)	Transcrição duvidosa
-	Corte abrupto na produção vocal
()	Segmento de fala que não pôde ser transcrito

⁶⁴ Os símbolos são simplificados e adaptados do modelo de transcrição de Jefferson (cf. Lorder, 2008).